



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



2020

Sumário

Mensagem da Administração	3
2. PANDEMIA COVID-19	6
3. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico	8
3.1 A Companhia.....	8
3.2 Estrutura Societária.....	9
3.3 Investimentos Realizados.....	11
3.4 Planejamento Estratégico.....	14
4 Panorama Econômico Setorial	19
4.1 Geração.....	20
4.2 Transmissão.....	29
4.3 Operações no Exterior	37
4.4 Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro	38
5. Cepel e Investimentos em P&D+I.....	44
Gestão da Inovação e Melhoria de Processos	45
6. Principais Aspectos ESG.....	47
6.1 Gestão Ambiental (Environmental).....	47
6.2 Gestão Social (Social).....	51
6.3 Gestão da Governança (Governance)	67
7. Programas de Governo	83
8. Mercado de Capitais	87
9. Empréstimo Compulsório	93
10. Serviços de Auditoria Externa	96
11. Desempenho Financeiro	98
12. Balanço Social.....	112



Elvira Cavalcanti Presta
Presidente da Eletrobras interina

Mensagem da Administração

Em um ano tão atípico quanto 2020, a importância da energia, para dar suporte ao país no combate ao novo coronavírus, reforçou para a sociedade e para todos os nossos *stakeholders* o quão essenciais são os serviços prestados pela Eletrobras.

A Companhia foi submetida ao maior desafio operacional de sua história. Logo no início da crise, de forma inédita e imediata, colocou em regime de teletrabalho cerca de 75% de nossos colaboradores, enquanto os outros 25% operavam presencialmente nas usinas, subestações e centros de operações em todas as regiões do país, seguindo, com rigor, os protocolos de saúde e segurança.

Este êxito só foi possível porque, nos últimos anos, as Empresas Eletrobras passaram por um amplo processo de reestruturação, com a modernização da gestão, investimentos na automação das operações e implantação de um sistema integrado em todas as empresas — SAP instância única. A pandemia foi um teste de resiliência, que permitiu atestar o acerto das medidas adotadas. Graças a elas, pudemos operar remotamente, a partir de 183 pontos e respectivos *backups*, e de 399 instalações, entre usinas, subestações e centros de operação.

Os protocolos adotados garantiram a manutenção de todos os padrões de confiabilidade e disponibilidade dos ativos de Geração e Transmissão da Eletrobras em níveis iguais ou superiores ao período pré-pandemia. E, assim, a Companhia contribuiu com a sociedade nesse momento crítico, oferecendo aquilo que tem de melhor: a energia de que o Brasil necessita para se manter e se desenvolver. Nos meses críticos da pandemia, chegou a suprir 40% da geração brasileira.

Enquanto, nas linhas de frente, os operadores seguiam atuando para assegurar o fornecimento de energia, a Alta Administração das Empresas Eletrobras constituiu um Comitê de Crise que se reuniu diariamente, para avaliar cenários, estabelecer protocolos de segurança e adotar medidas necessárias para a continuidade das operações. Neste Comitê, também monitoramos as condições de saúde dos colaboradores e asseguramos suporte às suas famílias.

Além de fazer frente à severidade dos acontecimentos de 2020, a Eletrobras obteve conquistas valiosas em diferentes esferas de seu negócio. Iniciou o projeto de Transformação Cultural, um dos mais importantes dos últimos tempos para a Companhia, com objetivo de consolidar uma cultura corporativa focada em criatividade, colaboração, inovação e sustentabilidade; comprometida com a meritocracia e a alta performance, reconhecendo e premiando o talento e os feitos dos colaboradores. A partir de uma pesquisa que serviu para mapear o atual estado da cultura organizacional nas empresas, considerando as opiniões e as sugestões de todos os empregados, o processo vai sedimentar, nos próximos meses, as bases desta grande transformação, construindo a Eletrobras que todos queremos como brasileiros: moderna, dinâmica e meritocrática.

A racionalização dos investimentos continuou em 2020, com a venda das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Centroeste, MTE, Santa Vitória do Palmar e Complexo Campos Neutrais, reduzindo de 136 para 94 o número de SPEs nas quais a Eletrobras detinha participações. Além disso, aprovamos a compra da participação dos sócios minoritários e a incorporação de outras 12 SPEs pelas subsidiárias Furnas (Transenergia Goiás) e Chesf (11 empreendimentos do Complexo Eólico Pindaí I, II e III), o que permitiu reduzir para 82 o número de participações em SPEs já no início de 2021.

Também concluímos a incorporação de duas subsidiárias atuantes na região Sul: Eletrosul e CGTEE. O projeto foi iniciado em 2017 e incluído no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras, com foco na sinergia societária das controladas regionais. Com atuação única e integrada no Sul do Brasil, a nova empresa, CGT Eletrosul, ganha em eficiência operacional, melhoria de processos e otimização de resultados.

A reestruturação promoveu também, do ponto de vista organizacional, mudanças visando equalizar as estruturas administrativas da *Holding* e de suas subsidiárias. Ainda internamente, concluímos o processo de adequação das Empresas Eletrobras à Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, e publicamos nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade da Eletrobras, ambos com ampla divulgação e treinamento dos colaboradores.

No segmento de Transmissão, o ano marcou o retorno da participação da Eletrobras nos leilões, após seis anos de ausência. A *Holding* coordenou a participação de três controladas, pautada por rigorosa premissa de disciplina financeira. Mas, a conquista mais significativa foi a aprovação dos processos de revisão tarifária das concessões de transmissão, prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, e contemplada na Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário 2020-2021, com atualização e remuneração pelo Custo do Capital Próprio (Ke), real, do segmento de Transmissão definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Além disso, foi também incluída, no ciclo tarifário, a parcela retroativa prevista na Portaria MME 120/2016 relativa à remuneração pelo Ke, não incorporada desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, que havia sido excluída da tarifa, pela Aneel, em 2017, por força de liminares judiciais, que foram revogadas em 2020.

Em Geração destacam-se a decisão pela retomada das obras de Angra-3, com aprovação de dotação orçamentária de R\$ 3,5 bilhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico, que assegura a conclusão das obras até 2026, e a edição da Lei 14.120/2021, que estabelece premissas do preço para um novo contrato de energia de reserva de 40 anos, preservando a sustentabilidade do projeto e a modicidade tarifária já foi aprovada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O projeto de reestruturação do modelo de negócios da Comercialização é outra ação que assegura ganhos importantes para os próximos anos. E, no âmbito da inovação, integramos o conjunto de membros fundadores do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil). Fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. O C4IR Brasil é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas, Transformação Urbana e Política de Dados. O objetivo é

estimular a adoção de tecnologias inovadoras com base na formulação de políticas públicas escaláveis e que contribuam para a ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade das empresas e da economia no país.

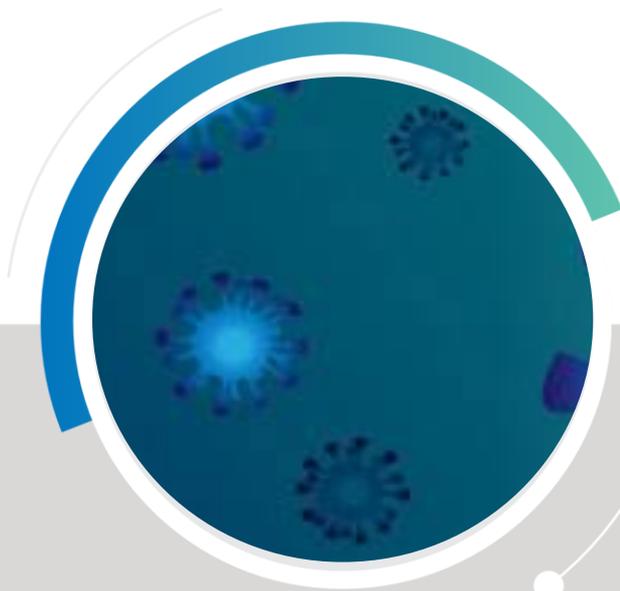
Signatária do Pacto Global, a Eletrobras se orgulha de ter seus constantes esforços reconhecidos pelo mercado, como atestam a melhoria das notas da Companhia no *Carbon Disclosure Project* (A-) e no *Dow Jones Sustainability Index* e a obtenção de credenciais para emissão de *green bonds*, conquistas que evidenciam nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável. Neste quesito, também merece destaque o lançamento da Jornada EESG, uma área no site da Eletrobras dedicada a reunir todos os nossos indicadores referentes aos temas sociais, ambientais e de governança, aumentando a visibilidade e evidenciando, assim, sua importância na estratégia de negócio da Companhia. Foi um ano sem igual! Por isso, em meio a tantos esforços e importantes conquistas, foi preciso fazer ainda mais. As Empresas Eletrobras contribuíram com R\$ 23,7 milhões para o combate à pandemia da covid-19, que chegaram a hospitais e santas casas do SUS em todo o país, em parceria com o BNDES, no programa “Salvando Vidas”. Foram realizadas campanhas de doação de equipamentos e EPIs, cestas básicas, kits de higiene, testes de covid, máscaras de proteção destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social nas comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa, fruto de um levantamento que mapeou os ativos estratégicos e os públicos com os quais nos relacionamos. Já em 2021, foram doados 100 cilindros ou 1.000m³ de oxigênio para Manaus.

Agradecemos a dedicação de todos os colaboradores, que, com determinação e competência, fazem a Eletrobras ser a empresa que é. Queremos ainda nos solidarizar com as famílias de brasileiros que tiveram vidas perdidas e homenagear os colegas das Empresas Eletrobras que nos deixaram, vítimas da pandemia. Agradecemos ainda a confiança depositada por acionistas, parceiros e demais públicos de relacionamento, e o reconhecimento aos esforços e frutos de todo o trabalho que apresentamos neste relatório.

E por fim, não poderíamos deixar de registrar um especial agradecimento ao ex Presidente Wilson Ferreira Junior, que por quase cinco anos conduziu a Eletrobras em seu processo de reestruturação, focado em governança e conformidade, disciplina financeira e excelência operacional. Os avanços detalhados neste Relatório da Administração foram todos atingidos durante sua gestão, encerrada em 15 de março de 2021. A ele agradecemos não apenas pelos avanços aqui relatados, mas pela incansável dedicação às nossas empresas, pelo compromisso com o futuro sustentável da Companhia, pela liderança exemplar e por deixar um time preparado para consolidar todas as conquistas já alcançadas.



Ruy Flaks Schneider
Presidente do Conselho de
Administração



2. PANDEMIA COVID-19

Unidas diante da maior crise da atualidade, as Empresas Eletrobras vêm, desde o início da pandemia, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e dos governos dos estados e das cidades onde se encontram suas sedes e unidades operacionais. Além de garantir os serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica essenciais para o Brasil, as Empresas Eletrobras mobilizaram-se, por meio de doações, para contribuir com a sociedade brasileira no combate à covid-19. Em colaboração com o governo e comunidades locais aprovaram, em 2020, R\$ 23,7 milhões para doações de saúde e assistência em todo o país, com foco nos municípios e nos estados onde operam seus ativos estratégicos de Geração e Transmissão. As contribuições foram assim aplicadas:

- CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas e a *Holding* destinaram R\$ 19,8 milhões à campanha “Salvando Vidas”, capitaneada pelo BNDES, em que o banco dobra o valor dos doadores, ampliando ainda mais o alcance da ação. As doações chegaram a 109 hospitais e santas casas do SUS, em 102 municípios de 24 estados e do Distrito Federal, na forma de *kits* de proteção para o profissional de saúde, com materiais como touca, óculos de proteção, máscara cirúrgica, avental de manga longa, luvas, oxímetro de pulso, estetoscópio e aparelho de pressão, bem como, em entregas de 100 cilindros ou 1.000m³ de oxigênio, em 2021, para a cidade de Manaus (AM).
- Eletronorte doou R\$ 2 milhões para aquisição de duas ambulâncias e um tomógrafo ao Hospital Regional de Tucuruí, no Pará. A Eletronorte também aprovou a doação de R\$ 875 mil para equipamentos de saúde nas comunidades indígenas e associações comunitárias na Amazônia.
- CGT Eletrosul, Chesf e Eletronuclear aprovaram a doação de R\$ 455 mil para mais de 8 mil cestas básicas a comunidades do entorno de suas instalações.
- Eletronuclear investiu R\$ 276,6 mil na doação de 2.600 testes de covid-19 para o SUS em Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro (RJ).
- Chesf aplicou mais R\$ 20 mil em ações sociais no entorno de suas operações.

- Furnas destinou R\$ 130 mil para *kits* de higiene e 16,6 mil máscaras de proteção a aproximadamente 4.150 famílias em situação de vulnerabilidade social das comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa.
- A Holding doou ainda R\$ 100 mil à campanha “Máscaras + Renda”, promovida pela Vale, em que costureiras no entorno da sede da empresa, no Rio de Janeiro, receberam insumos e foram remuneradas para produzir 27 mil máscaras doadas a suas comunidades.

Devido à necessidade de preservar suas atividades essenciais, a Companhia, na medida do possível, antecipou férias; aprovou compensação de banco de horas; autorizou o teletrabalho; restringiu as viagens nacionais e reuniões com a participação de número elevado de pessoas; proibiu viagens internacionais; e colocou os colaboradores que apresentaram sintomas da covid-19 em quarentena. Solicitou ainda que seus prestadores de serviços observassem, igualmente, todas as orientações do Ministério da Saúde, além de adotar, monitorar e atualizar medidas preventivas à covid-19, com os seguintes protocolos instituídos nas Empresas Eletrobras:

- Protocolo de Contingência na Operação e Manutenção de Ativos de G&T.
- Protocolo Eletrobras para Suprimentos.
- Protocolo de Isolamento de Operadores.
- Protocolo de Retorno da Manutenção.
- Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão.

Os impactos da pandemia em nossos negócios e pessoas serão abordados em seus respectivos capítulos.



3. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico

3.1 A Companhia

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras” ou “Companhia”) é uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o Governo Federal. Foi constituída pela Lei 3.890-A, de 11/06/1962 e o escritório central está instalado em um único local, na rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro.

A Eletrobras é líder em Geração e Transmissão de energia elétrica no país e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Também atua nos segmentos de Comercialização e Eficiência Energética, além de programas como o Procel, o Programa Luz para Todos e o Proinfa.

Em Geração de energia elétrica brasileira, a capacidade instalada da Companhia equivalente a cerca de 29% do total da capacidade instalada do país, sendo que cerca de 97% vem de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa.

No segmento de Transmissão de energia elétrica no Brasil, a Eletrobras é responsável por cerca de 44% do total de linhas de transmissão do país em sua rede básica, em alta e extra-alta tensão.

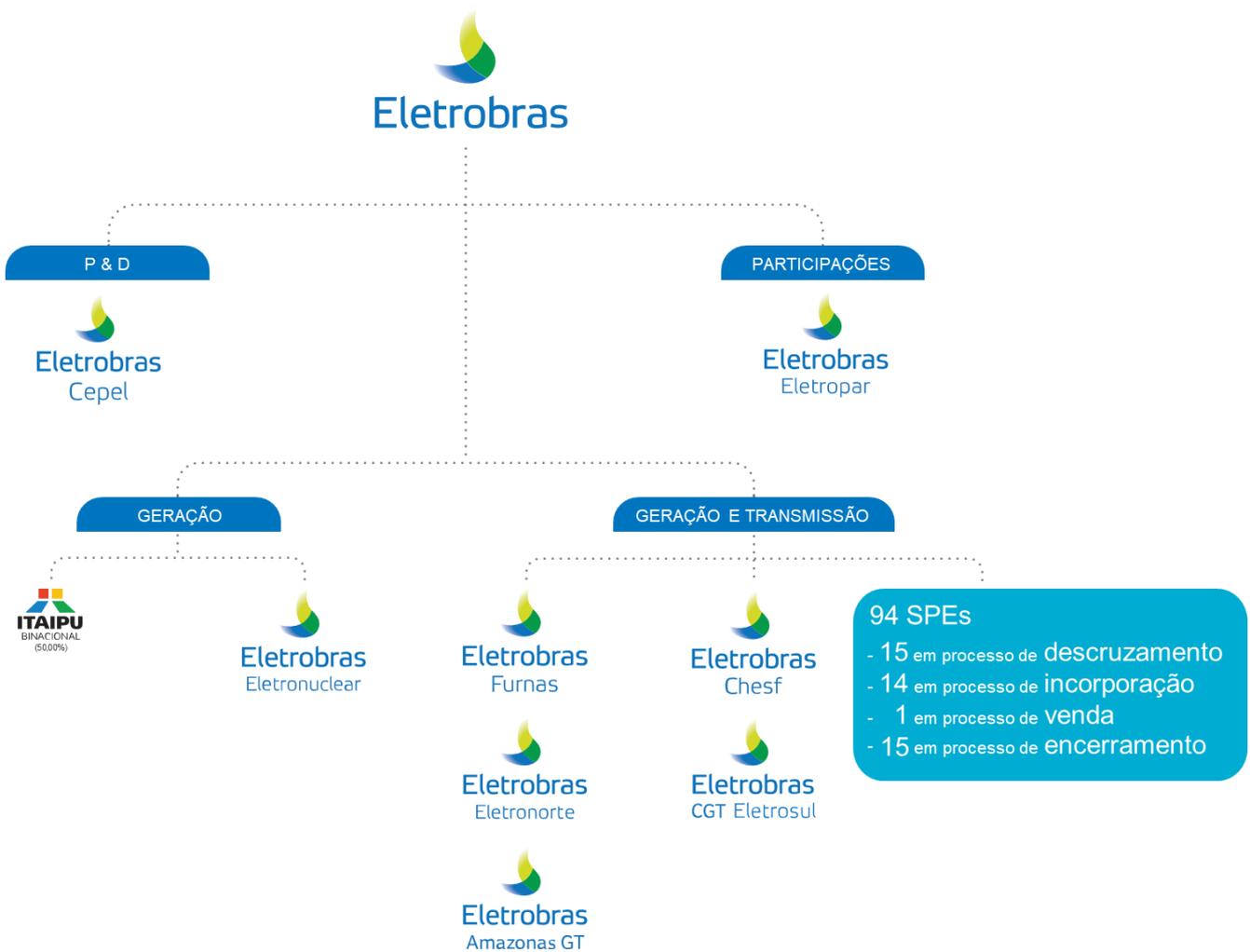
A Eletrobras cumpre estratégias voltadas para governança e conformidade, excelência operacional, disciplina financeira, atuação sustentável e valorização das pessoas. Suas empresas e centro de pesquisas estão presentes em todas as regiões do Brasil.

3.2 Estrutura Societária

O Sistema Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, era formado pela *Holding* e por sete controladas, sendo seis operacionais, 50% da participação de Itaipu Nacional, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e a empresa de Participações Eletropar. A Eletrobras possui, ainda, participação acionária em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Brasil — sendo 69 de geração, 20 de transmissão e três de serviços —; em duas geradoras de energia no exterior — a Rouar e a Inambari —; e em 25 empresas coligadas.

Estrutura Societária

Figura 1



Alterações Societárias

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Em dezembro de 2016, a empresa possuía participação em 178 SPEs. Desde então, houve o encerramento de 11 SPEs; a incorporação de 20; a redução de 02 (duas), através de permuta com sócio; e a venda de 51 SPEs, gerando mais de R\$ 2,2 bilhões para o caixa da Companhia. Destas operações, 42 ocorreram no ano de 2020. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2020, com um total de 94 SPEs, ou seja, uma redução de 84 SPEs em relação a dezembro de 2016.

O Projeto de Racionalização das SPEs terá continuidade com o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2021-2025, por ser um projeto estratégico e prioritário. Das 94 SPEs, 15 estão em processo de descruzamento para posterior incorporação; 01 (uma) em processo de venda; 14 em processo de incorporação e 15 em processo de encerramento. Das 14 SPEs em processo de incorporação, a Eletrobras já possui 100% de participação em 12 — 11 dos Complexo Pindaí I, II e III e a TGO— e nas outras duas, o processo de aquisição depende de envio de propostas do sócio para avaliação da Eletrobras. Com tais operações, a Companhia prevê a redução de mais 45 sociedades em 2021, encerrando ano com 49 SPEs.

JANEIRO 2020

A incorporação da Eletrosul pela CGTEE, resultando na controlada Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), foi concluída no dia 02/01/20.

A Eletrobras vendeu e transferiu 01(uma) ação ordinária da Amazonas Energia D, que era residual em decorrência do processo de privatização, para o Consórcio Juruá, não mais fazendo parte do quadro societário da referida distribuidora.

Alienada para Cemig a totalidade das ações que Eletrobras detinha na SPE Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., correspondente a 49% do capital social total.

FEVEREIRO 2020

O aumento de capital social da Eletrobras, no montante de R\$ 7.751,9 milhões, foi homologado mediante a emissão de 201.792.299 novas ações ordinárias e 14.504.511 novas ações preferenciais classe B, que foram subscritas e integralizadas, nos termos Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em novembro de 2019. O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 39.057.271.546,52. A operação foi executada através da integralização do AFAC da União de R\$ 4.054 milhões, além da captação de cerca de R\$ 3,7 bilhões do mercado de capitais.

MARÇO 2020

A Eletrobras transferiu para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazonas GT, conforme 176ª Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 3.130,2 milhões.

AGOSTO 2020

Aumento de capital da Eletrobras na SPE Chapada do Piauí I Holding, no valor de R\$17,1 milhões, mediante a emissão de 17.150.000 ações ordinárias.

SETEMBRO 2020

Venda da totalidade da participação societária da Eletrobras, de 49,5%, na SPE Manaus Transmissora de Energia (MTE) para a Evoltz Participações S/A., pelo valor de R\$232 milhões.

OUTUBRO 2020

Venda da totalidade da participação acionária da Eletrobras, de 49%, na SPE Eólica Mangue Seco 2 para o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus (FIP Pirineus), pelo valor de R\$ 33 milhões.

Aumento de capital da Eletronuclear, no valor de R\$ 1.885,7 milhões, mediante a emissão de 22.081.709.937 ações, sendo 17.256.190.449 ações ordinárias e 4.825.519.489 ações preferenciais, com a conversão de créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$850 milhões e a conversão de créditos financeiros de R\$1.035,7 milhões.

NOVEMBRO 2020

Venda e transferência da totalidade da participação societária da Eletrobras nas SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (78%), Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí IX S.A. (99,99%, respectivamente), pelo valor total de R\$ 618,1 milhões.

DEZEMBRO 2020

Venda e transferência de 4,77% da participação da Eletrobras na AES Tietê Energia, equivalentes a 1.509.602 Units ou 0,38% do Capital Social da AES Tietê, para a AES Holding Brasil II S.A., pelo montante de R\$25,8 milhões.

Além disso, a Eletrobras promoveu, ao longo dos meses fevereiro, março, abril, maio, agosto e dezembro de 2020, AFAC para a Eletronuclear, no montante total de R\$ 1.202 milhões, sendo R\$ 1.052 milhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico da usina da Angra-3.

EVENTOS SOCIETÁRIO SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda, nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III, pelo valor de R\$ 20,6 milhões.

Em 19 de fevereiro de 2021, foi pago o valor de R\$ 2.291,8 milhões, a título de dividendos intermediários do ano de 2021, à conta da reversão da integralidade do saldo da reserva especial de dividendos retidos, nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

3.3 Investimentos Realizados

O total dos investimentos realizados pelo Sistema Eletrobras, em 2020, foi de R\$ 3.122 milhões, o que corresponde a 59,1% do orçamento do ano. Deste total, R\$ 3.008,4 milhões correspondem a gastos corporativos e R\$ 113,7 milhões em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 1.802 milhões em Geração, R\$ 1.051 milhões em Transmissão e R\$ 269 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2019, observa-se um acréscimo de 25,2 % no total

do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 11,3 % no segmento de Transmissão.

As realizações de 2020 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais, pela Portaria Ministério da Economia 407/2020 e pela Lei 13.978/2020.



Investimentos Realizados

Tabela 1

(Em R\$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2020	% 2020	Realizado 2020	Realizado 2019	Realizado 2018
Geração	2.869	63%	1.802	2.049	2.214
Implantação Corporativa	1.108	98%	1.082	703	593
Ampliação Corporativa	263	84%	222	190	84
Manutenção	822	52%	424	487	351
Expansão SPes	676	11%	74	669	1.186
Transmissão	2.009	52%	1.051	1.068	1.430
Implantação Corporativa	7	200%	14	3	18
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.212	52%	631	691	1.042
Manutenção	657	56%	366	203	293
Expansão SPes	133	30%	40	171	77
Distribuição	-	-	-	-	756
Outros⁽¹⁾	408	66%	269	211	200
Total	5.286	59%	3.122	3.328	4.600

(1) Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Destaques em 2020

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS DE R\$ 1.802 MILHÕES

- Usina Nuclear Angra-3, da Eletronuclear: R\$ 1.049 milhões, representando 99,7% do total orçado para 2020, referente à retomada das obras. Isso foi possível após a integralização de recursos pela Eletrobras por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).
- Usina Termelétrica Santa Cruz, de Furnas: R\$ 214 milhões, representando 93% do total orçado para 2020. Este valor foi destinado à aquisição de equipamentos, montagens eletromecânicas e instalação de novos componentes da usina. Também foi realizado o comissionamento a frio (testes e ajustes de malha e execução de testes funcionais em equipamentos e sistemas).
- Parque Eólico Casa Nova A, da Chesf: R\$ 19 milhões em 2020, com entrada em operação em dezembro de 2020.
- Manutenção da Geração: realização total ficou em 52% do total previsto, com destaque para R\$ 90 milhões de um orçamento de R\$ 104 milhões de Furnas.

GERAÇÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R\$ 1.067 MILHÕES

Em manutenção de Geração houve grandes impactos atribuídos à covid-19, afetando o nível dos investimentos, como atrasos com entregas de equipamentos e atrasos em processos licitatórios.

- Usina de Candiota, da CGT Eletrosul: investimento total de R\$ 13 milhões de um orçamento de R\$ 50 milhões, pois os processos de aquisição ficaram prejudicados devido a dificuldades dos fornecedores em realizar as entregas e a grande variação do câmbio, dado que alguns equipamentos são importados. A usina ficou parada de junho a novembro devido ao problema crítico com o conjunto turbina/gerador elétrico.
- Usinas de Angra 1 e 2: investimento total de R\$ 215 milhões de um orçamento de R\$ 459 milhões, o que possibilitou que as atividades nas usinas se mantivessem em nível suficiente para assegurar a qualidade e a segurança da operação. Devido à pandemia, o desenvolvimento de projetos em curso e/ou a serem iniciados foram afetados pelo regime de revezamento ou de teletrabalho praticado pelas equipes. Também houve problemas com fornecedores e com contratos de prestações de serviços que utilizavam a mão de obra estrangeira.

SPEs – programas de *standstill* ofertados por instituições financeiras melhoraram a posição de caixa das SPEs, reduzindo necessidade de aportes no total de R\$ 650 milhões pelas Empresas Eletrobras. Furnas fez aportes na Holding Brasil Ventos num total de R\$ 22 milhões (23% do total orçado) para atender a custos e despesas da SPE e nas subsidiárias Baleia e Punaú, para cobrir o ressarcimento de estudos e, em Itaguaçu da Bahia, para pagamento de penalidade Aneel relacionada à desconstrução de energia. SINOP e ESBR – Jirau não demandaram aportes, anteriormente previstos em R\$ 202 milhões devido à adesão ao *standstill*. Teles Pires também aderiu ao *standstill* porém recebeu aportes num total de R\$ 29 milhões para cobertura de déficit (pagamento de debêntures). Com a venda do Complexo Eólico Campos Neutrais pela Holding, os aportes totais de R\$ 91 milhões previstos não foram necessários.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS DE R\$ 1.051 MILHÕES

Os investimentos em Ampliação, Reforços e Melhorias corresponderam 62% do Investimento Corporativo no segmento.

- Chesf: realizou total R\$ 113 milhões de um orçamento de R\$ 157 milhões para a Ampliação do Sistema de Transmissão da Chesf, cujas principais obras em andamento são os empreendimentos LT 230 kV Russas II; Banabuiú C2 e LT 230 kV Pau Ferro; Santa Rita II e SE Santa Rita II - 230/69 kV.
- SPEs de transmissão: investimento de R\$ 39 milhões em Mata de Santa Genebra, de Furnas. Com a pandemia, a SPE aderiu ao *standstill* que apenas adiou para o fim do ano a necessidade dos aportes.

TRANSMISSÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R\$ 958 MILHÕES

Os desinvestimentos no segmento de Transmissão, incluindo na manutenção foram reflexos da covid-19, pelos atrasos de fornecedores, além de problemas com mão de obra, por medidas de prevenção, com licitações por causa de câmbio elevado e na obtenção de licenças ambientais. Também ocorreram atrasos e ausências de autorizações da Aneel, atrasos em licitações, otimização de custos gerando menor desembolso, comissionamento e outros.

- Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão, da Chesf: investimento total de R\$ 128 milhões de um orçamento de R\$ 419 milhões.
- Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, de Furnas: investimento total de R\$ 85 milhões de um orçamento de R\$ 328 milhões.
- Início das obras do empreendimento SE Cotegipe - 5 ° TR 230/69 kV - 100 MVA, da Chesf: sofreu impacto em virtude de problemas para a obtenção de alvará de construção.

- Redução no ritmo das obras: seccionamento de barra na SE Recife II até desmobilização da contratada no empreendimento Seccionamento da LT 230 KV Banabuiú/Fortaleza para SE Aquiraz C1 e C2.
- SPE Transmissora Delmiro Gouveia: previsão de aporte de R\$ 40 milhões não ocorreu, uma vez que foi incorporada pela Chesf em maio de 2020. A Eletronorte não aportou os R\$ 47 milhões programados para a Transnorte Transmissora de Energia, em função da falta de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Eletronorte aguarda decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Nossos investimentos em sociedades coligadas e controladas estão relacionados na nota explicativa 20 das Demonstrações financeiras consolidadas de 2020.

3.4 Planejamento Estratégico

Em 1º de agosto de 2020, a Eletrobras divulgou ao mercado seu Planejamento Estratégico 2020-2035, onde a Sustentabilidade é a premissa que determina as diretrizes, estratégias, processos da Companhia e toda sua maneira de fazer negócios.

O posicionamento atual da Companhia, diferente do Plano Estratégico anterior, em função da agilidade com que vêm ocorrendo mudanças nas mais diversas esferas: sociais, ambientais, conjunturais, estruturais; com forte tendência de descarbonização; diversificação das fontes; aumento da geração distribuída; disrupção tecnológica; digitalização acelerada; a maneira como o Brasil irá evoluir socioeconomicamente; e, por consequência, a evolução da demanda por eletricidade. Estas e outras tendências do setor elétrico implicaram em ajustes na maneira como a empresa deve atuar, o que resultou neste novo posicionamento.

O novo Plano Estratégico 2020-2035, além de definir uma nova identidade empresarial — Propósito, Visão e Valores —, estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização da Eletrobras e alinhados às novas tendências do setor de energia.



Planejamento Estratégico 2020-2035

Figura 2

PROPÓSITO	VISÃO DE FUTURO	VALORES
Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito às pessoas e à vida; ● Ética e transparência; ● Excelência; ● Inovação; ● Colaboração e reconhecimento.

A figura abaixo apresenta o desafio de transformação estratégica a que a Eletrobras se propõe nesse período:



Diretrizes Estratégicas

Figura 3

DESEMPENHO EMPRESARIAL

VALOR E INVESTIMENTO >> Multiplicar a criação de valor e ampliar a capacidade de investimento da empresa

NEGÓCIOS

EFICIÊNCIA DE G&T >> Criar valor pelo aumento da eficiência dos ativos de G&T

EXPANSÃO DE G&T >> Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa

COMERCIALIZAÇÃO >> Alcançar a liderança na comercialização, com margens atrativas e eficiência na gestão dos riscos

NOVOS NEGÓCIOS >> Investir em novos negócios, com foco em energia, participando da consolidação do setor (M&A)

GOVERNANÇA, GESTÃO E CAPACIDADES CRÍTICAS

CULTURA E PESSOAS >> Desenvolver a cultura de alta performance e a excelência na gestão de pessoas, com meritocracia

GOVERNANÇA >> Atingir a excelência em Governança, Gestão de Riscos e Controles internos (GRC)

GESTÃO >> Focar a gestão da empresa em criação de valor e aumento de competitividade

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL >> Ter protagonismo em inovação e promover a transformação digital dos processos de negócio e de gestão

O Plano Estratégico é desdobrado no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), atualizado anualmente, com horizonte de cinco anos. Em dezembro de 2020, foi aprovado, pelo Conselho de Administração, o PDNG 2021-2025, que é uma atualização natural do PDNG 2020-2024.

Os principais resultados disponíveis até o momento do PDNG 2020-2024, para cada uma das Diretrizes Estratégicas estão relacionados abaixo:

Dentre as principais iniciativas desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas no PDNG 2020-2024, destacamos as principais realizações:



Principais Realizações

Tabela 2

INICIATIVA	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2020
Implantação do OBZ	Ganhos de R\$ 281,6 milhões ao orçamento das Empresas Eletrobras
Implantação da Cultura de Alta Performance	A consultoria externa contratada concluiu o arcabouço metodológico e diagnóstico da cultura organizacional da Eletrobras e das suas controladas
Racionalização das Participações Societárias	Concluídas 5 operações de venda de SPEs (Centroeste, MTE e Mangue Seco 2, Hermenegildo I, II e III, Santa Vitória do Palmar, Chuí IX) Encerradas 8 SPEs (Energia Olímpica, Carnaúba I, II, III, V, Cervantes I e II e Punaú I) Incorporação das SPE TDG e TSBE pela CGT Eletrosul
Dimensionamento do Quadro Quali-Quantitativo – 2ª fase	Definida a reestruturação organizacional da Holding e das empresas a ser implantada em 2021
Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	Contratação de consultoria especializada em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional

INICIATIVA	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2020
Projeto Angra-3	<p>Aprovação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do relatório emitido pelo BNDES, com recomendação do modelo de negócio a ser adotado para conclusão da Usina Angra-3.</p> <p>Aumento do capital social da Eletronuclear no valor de R\$ 1.886 milhões mediante conversão de créditos de Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 850 milhões e de créditos de financiamento no valor de R\$ 1.036 milhões ambos pertencentes à Eletrobras</p> <p>Aprovação do plano de aceleração do caminho crítico, com aprovação de novos AFACs para a Eletronuclear nos valores de R\$ 1.052 milhões e R\$ 2.447 milhões para 2020 e 2021, respectivamente</p>

Diretrizes e Objetivos Estratégicos

À semelhança do PE 2020-2035, o PDNG 2021-2025 estabelece diretrizes e objetivos sobre temas relevantes para a companhia vencer os desafios do mercado.



Principais diretrizes estratégicas do PDNG 2021-2025

Figura 4



O PDNG 2021-2025 desdobra as Diretrizes Estratégicas em Objetivos Estratégicos aos quais estão vinculadas iniciativas que serão desenvolvidas ao longo do período para que o Plano seja alcançado. Todas as Diretrizes Estratégicas são associadas a indicadores com metas estabelecidas para serem alcançadas ano a ano, abrangendo o período do Plano.



Indicadores e Metas das Diretrizes Estratégicas

Figura 5

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS PARA 2021
1 VALOR E INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO: Enterprise Value / EBITDA	TOP 3 NO IEE
2 EFICIÊNCIA DE G&T	EFICIÊNCIA: PMSO/PMSO Reg.	< 1.0
	DISPONIBILIDADE DA GERAÇÃO: DISPGR	1.00
	DISPONIBILIDADE DA TRANSMISSÃO: DISPOLT	99.88%
3 EXPANSÃO DE G&T	EXPANSÃO DA GERAÇÃO: Capacidade Instalada de G (MW)	181
	EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO: Capacidade Instalada de T (KM)	772
4 COMERCIALIZAÇÃO	MARGEM: Margem em relação ao preço de referência na descontização	**
5 NOVOS NEGÓCIOS	RECEITA: Receita de Novos Negócios / ROL	2.0%
6 CULTURA E PESSOAS	SEGURANÇA: Taxa de Frequência de Acidentes (Empregados e Terceiros)	2.61 e 3.92
	PESSOAS: Horas de treinamento / nº colaboradores	35.0
	PESSOAS: Índice de Satisfação dos Colaboradores*	≥ 74.7%
7 GOVERNANÇA	GOVERNANÇA: Nível da ELB na listagem da B3	Nível 1
8 GESTÃO	PRODUTIVIDADE: Resultado Operacional / empregado	**
9 INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	INOVAÇÃO: Investimento em P&D+I / ROL	1.2%

*Pesquisa a ser aplicada em 2021 com meta para 2022 ** Metas estratégicas por isso não serão divulgadas

A previsão de investimentos para o período do PDNG 2021-2025 totaliza mais de R\$ 41 bilhões segmentados conforme abaixo:



Investimento do PDNG 2021-2025

Tabela 3

(Em R\$ mil)

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Corporativo	6.814.192	9.579.807	8.673.376	7.770.336	5.441.438	38.279.149
Geração	4.311.025	6.324.734	6.047.338	5.620.892	3.838.302	26.142.292
Ampliação	359.802	1.019.844	654.667	439.145	64.111	2.537.569
Angra 3	2.813.366	3.459.548	3.473.688	3.267.353	2.289.895	15.303.849
Manutenção	1.137.857	1.845.343	1.918.982	1.914.394	1.484.297	8.300.873
Angra I e II ¹	537.322	716.991	918.580	997.192	876.750	4.046.835
Demais	600.535	1.128.352	1.827.124	917.202	1.396.622	4.254.038
Transmissão	1.819.546	2.843.112	2.305.055	1.864.235	1.335.755	10.167.703
Ampliação	104.894	0	0	0	0	104.894
Leilão LT ²	20.000	119.139	126.386	158.972	144.628	569.125
Reforço e Melhoria	1.378.398	2.332.312	1.997.521	1.602.590	1.114.989	8.425.810
Manutenção	316.254	391.661	181.148	102.673	76.138	1.067.874
Outros (I + A) ³	683.621	411.961	320.983	285.209	267.380	1.969.154
SPE Total	1.430.717	535.448	537.604	203.739	115.984	2.823.492
Geração	753.641	470.948	468.604	201.239	113.484	2.007.916

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Transmissão	677.076	64.500	69.000	2.500	2.500	815.576
Total Geral ⁴	8.244.909	10.115.255	9.210.980	7.974.076	5.557.422	41.102.642

- 1 - Esse investimento contempla a manutenção das UTNs Angra I e II e também a extensão de vida útil da UTN Angra I
 2 - O investimento previsto em Leilão LT está sujeito ao ganho dos leilões.
 3 - A sigla I + A refere-se a investimentos em infraestrutura e ambiental.
 4 - Os valores reportados referem-se ao cenário sem capitalização.

Os investimentos corporativos nos segmentos de Geração e Transmissão totalizam R\$ 39,1 bilhões para o período de 5 anos, dos quais há previsão de realização de 72,1% com recursos próprios e 28,1% com Recursos de Terceiros, conforme demonstrado abaixo:



Fonte de Recursos

Tabela 4

(Valores correntes - R\$ mil)

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Fonte de investimento R\$ Mil	7,561,288	9,703,294	8,889,997	7,688,867	5,290,042	39,133,488
Total Geração	5,064,666	6,795,682	6,515,942	5,822,132	3,951,786	28,150,209
Recursos Próprios	2,225,233	2,727,667	2,376,631	1,934,611	1,110,378	10,374,519
a Contratar	2,793,796	3,779,733	3,559,606	3,245,670	2,267,387	15,646,192
Terceiros-Em Negociação	45,637	288,282	579,705	641,851	574,022	2,129,497
Terceiros-Contratado	-	-	-	-	-	-
Total Transmissão	2,496,622	2,907,612	2,374,055	1,866,735	1,338,255	10,983,279
Recursos Próprios	1,951,858	1,696,343	1,706,620	1,804,594	1,338,255	8,497,671
a Contratar	544,764	1,211,269	667,434	62,141	-	2,485,608
Terceiros-Em Negociação	-	-	-	-	-	-
Terceiros-Contratado	-	-	-	-	-	-

Valores referentes a investimentos em G&T corporativos e em SPEs, exceto FEN, FESC e aquisição dentro do grupo.

Considerando todo o período que abrange o Plano Estratégico 2020-2035, o investimento total em expansão de Geração e Transmissão no cenário sem capitalização é de R\$ 95,3 bilhões e de R\$ 201,9 bilhões, considerando o cenário com capitalização.



4 Panorama Econômico Setorial

O PIB do Brasil de 2020 apresentou queda de 4,1%, com o impacto da crise do coronavírus nas atividades econômicas, que foram parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do coronavírus. A queda de 2020 é considerada a maior retração anual da série, iniciada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,52%, em 2020, contra 4,31% em 2019 e acima da meta de 4,% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2020, ficando entre o piso de 2,5% e o teto de 5,5%.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 474.231 GWh até dezembro de 2020, com uma redução de 1,6% a.a. em comparação com 2019, seguindo a redução do PIB. Exceto a classe residencial, todas as outras foram impactadas pela pandemia do coronavírus, sendo a classe comercial a mais afetada, com redução de 10,5% em comparação a 2019.



Consumo de Energia Elétrica

Tabela 5

(Em GWh)

CLASSE	2020	2019 ⁽¹⁾	%
BRASIL	474.231	481.819	-1,6
RESIDENCIAL	148.223	142.811	4,1
INDUSTRIAL	165.819	167.688	-1,1
COMERCIAL	82.416	92.083	-10,5
OUTROS	77.774	79.637	-2,3

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica

(1) Dados de 2019 foram revisados e alterados pela EPE.

4.1 Geração

Capacidade Instalada

Em 31/12/2020, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 50.648,2 MW em empreendimentos de Geração, o que representa 29% dos 174.412,68 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 61,2% é composto de empreendimentos de propriedade integral do Sistema Eletrobras, 23,1% de empreendimentos realizados por meio de SPEs e 15,7% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW).

Aproximadamente 97% da capacidade instalada total da Eletrobras provêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Em 31/12/2020, do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 53% ou 70,2 GW pertenciam à Eletrobras.

Do total da capacidade instalada das Empresas Eletrobras, em 31/12/2020, cerca de 91% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 4% por fonte nuclear, 3% por fontes térmicas, 1% por fontes eólicas e menos que 1% por fonte solar.

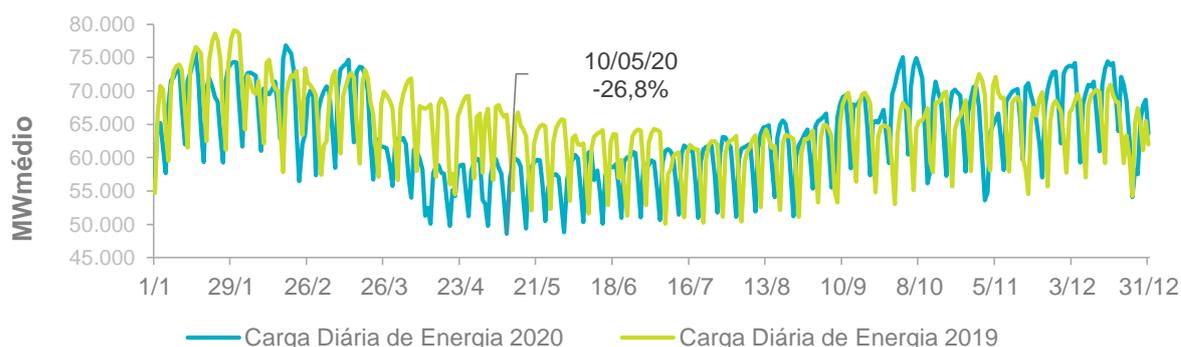
A Geração durante a Pandemia

Os impactos ao setor elétrico brasileiro decorrentes da crise da covid-19, no segmento de Geração, resultaram em redução de demanda, redução de preços nos Mercados de Energia Elétrica (ambiente livre e de curto prazo) e uma ligeira instabilidade contratual nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Livre (ACL). Quanto aos impactos da redução da carga de energia, observa-se que, devido ao isolamento social iniciado em meados de março de 2020, ocorreu um forte decréscimo da carga média até fim de maio. A partir de junho verifica-se uma tendência de crescimento do consumo de energia, motivada por variações de temperatura e pelo início de flexibilizações ao isolamento em alguns Estados. Em final de setembro tem início a recuperação do consumo de energia, com os sinais de retomada da economia com 4% de aumento do consumo de energia mensal com relação a setembro de 2019, embora na comparação anual tenha ocorrido redução de cerca de 1,6%. Além disso, percebe-se redução das afluições, principalmente no Sudeste/CO, Sul e Norte, o que elevou consideravelmente o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e os preços do ACL no último trimestre de 2020.



Carga Diária de Energia no Brasil em 2020 vs. 2019

Gráfico 1



Fonte: ONS



Consumo de Energia Elétrica Mensal em 2020 vs. 2019

Gráfico 2

(Em MW médio)



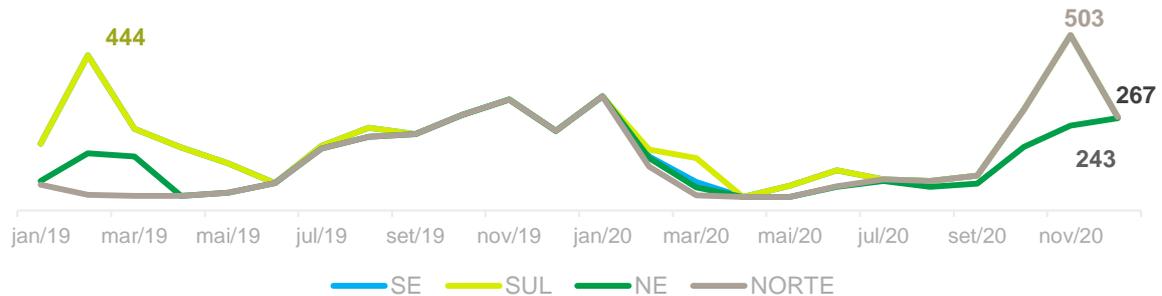
Fonte: CCEE



Preço de Liquidação de Diferenças

Gráfico 3

(Em R\$/ MWh)



Fonte: site da CCEE

A operação dos ativos de Geração das Empresas Eletrobras ocorreu normalmente desde o início da pandemia, mesmo considerando os impactos da covid-19. Diversas medidas foram adotadas de forma a garantir a segurança e continuidade dos serviços, além de elaboração de protocolos relacionados à operação e manutenção dos ativos. O planejamento das manutenções previstas para 2020 foi revisado, sendo realizados os serviços necessários para garantir o desempenho e confiabilidade dos equipamentos.

Adicionalmente, durante as reuniões do Comitê de Crise – ver no Capítulo de Governança Corporativa – foram traçadas estratégias e prioridades para a continuidade dos serviços essenciais, assim como verificação da situação das equipes envolvidas. Estas medidas permitiram que as Empresas Eletrobras passassem pelo período da pandemia contribuindo para a segurança do Sistema Interligado Nacional e mitigassem os riscos de contaminação de suas equipes técnicas.

A Companhia também monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados nos ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força

maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes — capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos — e inadimplência. Foram realizadas poucas renegociações em contratos firmados no mercado livre, entretanto sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência — excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica, isolada e que não guarda relação direta com a pandemia da covid-19 —, não houve em 2020 registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu, Proinfa e nuclear. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Aneel, como a criação da “Conta Covid” permitindo maior capacidade de pagamento por parte das empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do Covid-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado



Usinas das Empresas Eletrobras em Operação no Brasil em 31/12/2020

Mapa 1



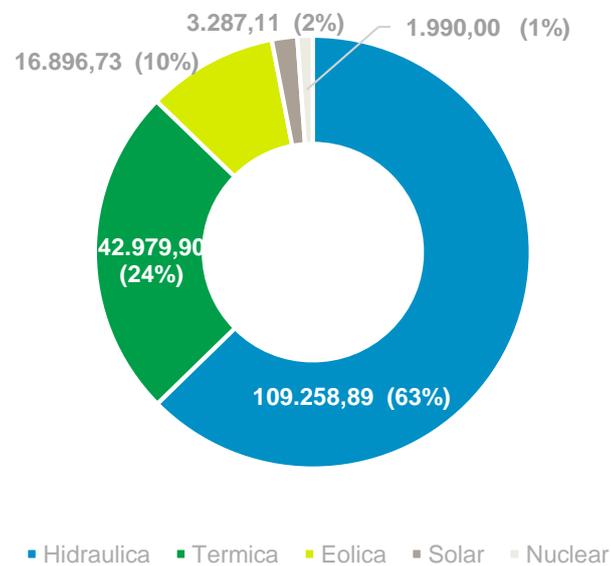
Capacidade Instalada



Capacidade Instalada no Brasil por Fonte em 2020

Gráfico 4

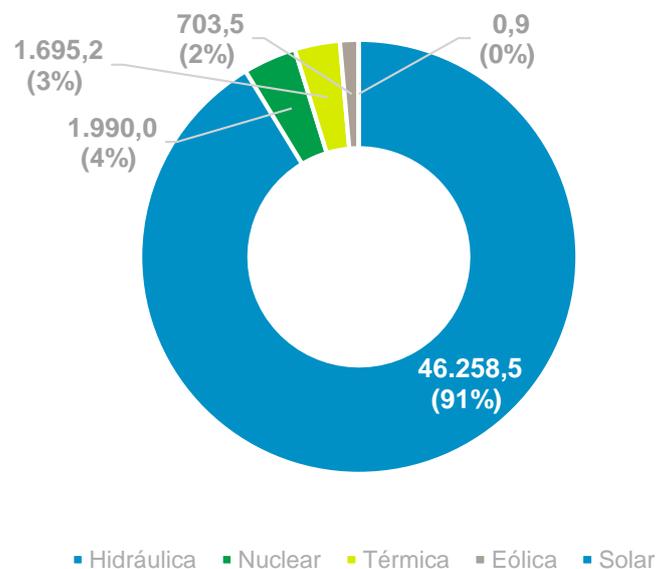
(Em MW)



Capacidade Instalada Eletrobras por Fonte em 2020

Gráfico 5

(Em MW)





Capacidade Instalada por Fonte e Número de Usinas que Possuem Participação das Empresas Eletrobras

Tabela 6

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.870,5	12	1.695,2	14	1.990,0	2	223,1	9	0,93	1	14.779,7	38
Corporativos renovados pela Lei no 13.182/2015	3.132,3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,3	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.089,7	17	-	-	-	-	-	-	-	-	13.089,7	17
Propriedade Compartilhada	15.848,1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15.848,1	4
SPE	23.558,3	12	-	-	-	-	728,7	34	-	-	24.286,9	46
SPE em Regime O&M Lei 12.783/13	807,5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	807,5	1
Total Geral	67.306,4	48	1.695,2	14	1.990,0	2	951,8	43	0,9	1	71.944,3	108

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que possuam acionistas minoritários, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

Agregações - Destaca-se, em 2020, a entrada em operação de 277 MW. Deste total, cerca de 40 MW foram dos parques Caititu 2 e 3; Carcará; e Corrupião 3, do Complexo Eólico Pindaí I. Outros 123 MW referem-se ao Complexo Eólico Fortim e 24 MW ao parque Casa Nova A. Por fim, cerca de 90 MW são referentes às UTEs Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte, para atendimento emergencial ao Amapá.

Desagregações - Foram desativadas as UTEs Mauá Blocos III e IV da Amazonas GT, com redução na capacidade instalada de 260 MW.

O processo de desinvestimento em SPEs reduziu a capacidade instalada em 507 MW nas empresas do Sistema Eletrobras em 2020, devido à venda de SPES com destaque para: Santa Vitória do Palmar (18 SPES); Hermenegildo I, II; Chuí IX; e Mangue Seco 2.



Evolução Física por Empresa Eletrobras

Tabela 7

(Em MW)

Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)	Total (a+b+c+d+e+f)	Resultado Líquido 2020
Eletrobras Holding	-	-	-	-	1.869,9	-	1.869,9	- 507,1
Eletronorte	8.981,1	-	78,0	-	2.406,8	-	11.465,9	90,0
Chesf	902,4	1.050,3	8.394,7	-	2.750,2	-	13.097,6	64,0
Furnas	1.237,2	2.082,0	4.617,0	764,9	3.058,3	402,94	12.162,3	123,0
Eletronuclear	1.990,0	-	-	-	-	-	1.990,00	
CGT Eletrosul	648,0	-	-	177,9	1.215,5	-	2.041,5	
Itaipu Binacional	-	-	-	7.000,0	-	-	7.000,0	
Amazonas GT	1.020,8	-	-	-	-	-	1.020,9	- 260,0
Total	14.779,7	3.132,3	13.089,7	7.942,8	11.300,7	402,9	50.648,2	- 490,1

Energia Gerada e Vendida

As Empresas Eletrobras geraram, em 2020, um total de 195.183 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou um aumento de 5,5% em relação a 2019, conforme verificado na tabela a seguir:



Energia Gerada

Tabela 8

(Em GWh)

Empresas Eletrobras	2020	2019	Crescimento
Eletrobras	6.240,63	6.280,74	-0,6%
Itaipu Binacional	38.191,00	39.722,26	-3,9%
Eletronorte	36.486,34	36.523,33	-0,1%
Chesf	43.983,52	28.491,15	54,4%
Furnas	43.985,38	42.613,45	3,2%
Eletronuclear	12.866,46	16.126,85	-20,2%
Eletrosul (1)	NA	7.330,95	NA
CGT Eletrosul (1)	7.499,58	NA	NA
CGTEE (1)	NA	1.668,31	NA

Empresas Eletrobras	2020	2019	Crescimento
Amazonas GT	5.930,32	5.864,23	1,1%
Amazonas D (2)	NA	403,37	NA
Total Eletrobras	195.183,23	185.024,64	5,5%

(1) Os empreendimentos da CGTEE e Eletrosul foram incorporados, em 2020, na CGT Eletrosul.

(2) Geração proporcional ao período compreendido entre janeiro e abril de 2019, quando houve a transferência de controle acionário.

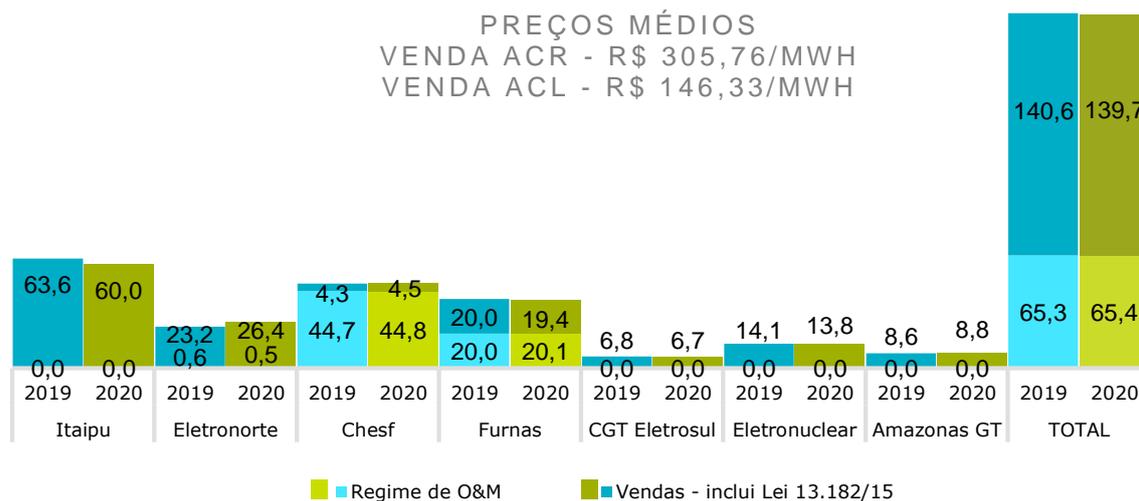
- **Variações positivas:** Destacamos a Chesf, com a entrada em operação dos parques eólicos dos Complexos Pindaí e Casanova A; Furnas, com a entrada em operação dos parques eólicos do Complexo Fortim; e CGT Eletrosul, com a incorporação dos empreendimentos da CGTEE.
- **Variações negativas:** As reduções mais significativas podem ser explicadas pelo maior tempo para manutenção e reabastecimento das usinas Angra 1 e 2; pelas baixas afluências em Itaipu e pela transferência da participação acionária de SPEs da Eletrobras Holding aos consórcios vencedores do leilão.



Energia Vendida Geradoras

Gráfico 6

(Em TWh)



Os Preços Médios ACR no gráfico não incluem Itaipu e O&M e incluem Eletronuclear.

Disponibilidade Operacional

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.


Fator de Disponibilidade por Fonte Primária

Tabela 9

(Em %)

Fator de Disponibilidade - Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	51,01	92,77	68,10
Eólica	98,68	98,99	98,81
Gás	84,93	91,00	85,38
Hídrica	95,37	95,92	96,70
Óleo	99,80	-	99,35
Solar	98,26	99,30	99,27
Urânio	93,04	92,80	90,36


Fator de Disponibilidade por Fonte Primária – SPEs

Tabela 10

(Em %)

Fator de Disponibilidade Sociedades de Propósito Específico – SPEs (%)			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Eólica	89,91	92,52	96,43
Hídrica	97,05	98,21	96,88

A Disponibilidade Média de Geração (%) por Empresas Eletrobras, foi calculada pela média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.


Disponibilidade Operacional na Geração

Tabela 11

(Em %)

Disponibilidade Operacional na Geração Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional ⁽¹⁾			
Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	92,36	96,46	95,97 ⁽²⁾
CGTEE	NA	92,77	68,10
Chesf	96,04	96,80	97,78
Eletronorte	93,34	94,41	96,72
Eletronuclear	93,04	92,80	90,36
CGT Eletrosul	77,87	95,14	96,89
Furnas	94,28	94,60	94,52
Itaipu	97,10	97,55	97,16

(1) O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Fator de Disponibilidade}) / \sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras})$;

(2) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia em 2018 foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas;

Eficiência Técnica em Geração



Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório

Tabela 12

(Em %)

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório - (1)			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	34,64	34,96	37,00
Gás Natural	45,77	44,30	37,98
Óleo (2)	-	-	-
Urânio	35,43	37,70	35,60

O cálculo da Eficiência é realizado da seguinte forma: $\frac{\sum(\text{Energia Gerada 2020 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Eficiência})}{\sum(\text{Energia Gerada 2020 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras})}$ e os valores apresentados referem-se às usinas próprias das Empresas Eletrobras.

Não foram contabilizadas as eficiências das Usinas Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte e das Usinas Anamá, Anori, Caapiranga e Codajás da Amazonas GT em 2020. As usinas da Eletronorte foram reativadas de forma emergencial em novembro 2020 não sendo possível apurar os valores para o ano de 2020. Não são apurados os valores de Eficiência Térmica das usinas da Amazonas GT que operam no sistema isolado.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Em 2020, apenas os estudos de viabilidade somavam cerca de 17,17 GW de capacidade instalada de Geração, enquanto os estudos de inventário representavam 3,77 GW e os de projetos básicos correspondiam a 0,27 GW.



Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétrica

Tabela 13

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade				
Empresas Eletrobras	Tipo	Empreendimento	Local	MW
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Jatobá	PA	1.650
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE São Luiz do Tapajós	PA	8.040
Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Marabá	PA/TO/MA	1.850
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Garabi	BR/Arg	1.152
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Panambi	BR/Arg	1.048
Outro Projetos do Sist. ELB	Hidrelétrica	diversos	diversos	3.430
Total				17.170

Comercialização de Itaipu

A Lei 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nesta condição, dos 66.126 GWh previstos em 2020, a empresa repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 58.391 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a

um faturamento de aproximadamente US\$ 3,68 bilhões. A potência contratada refere-se à parte da potência mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia não vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 1,653 GWh.

Durante o ano de 2019 foram negociados, entre a Eletrobras, a paraguaia *Administración Nacional de Electricidad* (Ande) e a Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o período de 2019 a 2022. Em 13 de dezembro de 2019, foi assinada, entre as partes, a Carta Compromisso, que estabelece os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no período de 2019 a 2022.

A tarifa da Itaipu Binacional, estabelecida nos contratos entre a paraguaia Ande e a Eletrobras, por força do Tratado e seus Anexos, é calculada, anualmente, com base em seu custo, que é composto, basicamente, pelos componentes: Dívida, Encargos do Anexo C e Despesas de Exploração. Para o ano de 2020, a tarifa foi estabelecida em US\$ 22,60 por kW de potência mensal contratada — valor que permanece inalterado desde 2009. O repasse da Potência Contratada às empresas de distribuição cotistas da Comercialização de Itaipu, conforme estabelecido no Artigo 3º da Lei 5.899/73, teve sua tarifa estabelecida pela Resolução Aneel 2812/2020, em US\$ 28,07 por kW.

Em 2023, as disposições do Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) ao Tratado de Itaipu deverão ser revistas, tendo em vista o disposto no item VI do referido Anexo. Conforme estabelecido na Portaria 124, de 12 de fevereiro de 2019, o Ministério de Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos, para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, do qual a Eletrobras participa como convidada.

AMAPÁ:

Para reestabelecer a energia elétrica do Estado do Amapá, ocorrida em novembro de 2020, a Eletronorte contratou, de forma emergencial e, conforme Portaria 406 do Ministério de Minas e Energia, 45 MW de geração térmica adicional, dos quais 20 MW foram instalados na subestação Santa Rita e 25 MW na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

Adicionalmente, em atendimento ao Despacho Aneel 3.341/20, a Eletronorte recuperou e retornou à operação comercial a UTE Santana, com duas unidades geradoras de 15 MVA cada de potência, garantindo uma geração contínua e ininterrupta de 30 MVA, as quais estão instaladas também na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

A ação fez parte da operação de apoio para retomada da energia elétrica da região, que teve o desligamento causado pelo incêndio no transformador da subestação Macapá. Os custos fixos e variáveis associados à geração acima mencionada serão cobertos por meio de encargos setoriais previstos para casos de restrição da operação do SIN, mediante aprovação da Aneel.

4.2 Transmissão

Em 31 de dezembro de 2020, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras atingiu um total de 76.128,54 km, sendo 9.127,41 km corporativas não renovadas; 57.303,17 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 9.697,96 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPEs. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, ou seja, as tensões de ± 800 ,

750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 70.091,89 km, o que representa 43,54% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões. A partir do 4º trimestre de 2020, a extensão das linhas em corrente contínua da Eletrobras passou a ser contabilizada por polo e não mais por trecho, de forma a compatibilizar com a apuração efetuada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Por essa nova metodologia, o total de linhas em quilômetros registrado em 2019 foi ajustado para 74.524,26 km, em 2020, sendo 8.318,35 km corporativas não renovadas; 55.819,83 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei no 12.783/13; e 10.386,08 km correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas Empresas Eletrobras por meio de SPEs.

O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2020, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, os com a participação destas em parceria e de outras empresas.



Mapa da Localização das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil

Mapa 2



Linhas de Transmissão e Subestações em 2020

Tabela 14

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Amazonas GT	389,84	0	6	0	0	389,84	0	389,84
Chesf	2.385,94	19.063,50	129	1.762,31	5	23.211,75	3.596,56	25.046,00
Eletrobras	0	0	1	0	2	0	0	0
Eletronorte	2.159,85	8.865,09	65	3.380,90	1	14.405,84	6.899,80	17.924,74

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
CGT Eletrosul	2.445,68	9.419,48	40	358,53	6	12.223,69	703	12.568,16
Furnas	1.746,10	19.955,10	69	4.196,22	11	25.897,42	8.833,33	30.534,53
Total Eletrobras	9.127,41	57.303,17	310	9.697,96	25	76.128,54	20.032,69	86.463,27

* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.



Linhas de Transmissão e Subestações em 2019

Tabela 15

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total Eletrobras km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras* (d)	Total Alavancado pelos projetos (a+b+d)
Amazonas GT	389,84	0,00	6	0,00	0	389,841		389,841
Chesf	2.608,00	18.589,30	127	1.757,63	9	22.954,93	3.587,00	2.4784,3
Eletrobras	0,00	0,00	1	603,93	4	603,93	1220,7	1.220,7
Eletronorte	2.010,56	9.005,82	64	3.388,74	3	14.405,12	6.915,80	17.932,18
CGT Eletrosul	1.563,85	9.513,31	40	1.147,55	12	12.224,71	1493	12.570,16
Furnas	1.746,10	18.711,40	69	3.488,23	29	23.945,73	7.468,68	27.926,18
Total Eletrobras	8.318,35	55.819,83	307	10.386,08	57	74.524,26	20.685,18	84.823,36

A Transmissão durante a Pandemia

Com a pandemia da covid-19 e a necessidade de preservar a saúde de seus colaboradores, as Empresas Eletrobras implantaram rígidos protocolos para execução das atividades de operação e manutenção de seus sistemas.

O Protocolo de Contingência da Covid-19 aplicável às ações de O&M foi publicado em março/20 pela Eletrobras. Em abril/20, saiu o Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão das Empresas Eletrobras. Ambos com o objetivo de preservar o serviço essencial de energia elétrica e a saúde dos colaboradores. Vários foram os desafios: contaminação de colaboradores no campo; postergações nos prazos de fornecimento de materiais e equipamentos; aumento de valores ofertados nas licitações; ritmo lento dos serviços de implantação face aos protocolos de prevenção a contaminação; e recorrentes paralisações de obras por diversos fatores, todos ligados à pandemia do covid-19.

Demonstrando sua capacidade e resiliência, as Empresas Eletrobras, mesmo em meio a todas as adversidades da pandemia, conseguiu que os eventuais atrasos na realização de manutenções não emergenciais, dadas as medidas de prevenção definidas pelos protocolos, fossem contornados ao longo do 2º semestre de 2020, quando o planejamento da manutenção voltou aos níveis normais pré-pandemia.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e 1.217 MVA em capacidade de transmissão com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R\$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março a dezembro de 2020, ou seja, após a declaração da pandemia de covid-19. Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de *workshops* para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

Em junho de 2020, a Aneel reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que permitiu a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 04 (quatro) meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da covid-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 (seis) empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Eficiência do Serviço de Transmissão

Disponibilidade Global pressupõe todos os desligamentos das Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras, mesmo aquelas que não estão sob sua responsabilidade, mas estavam disponíveis para a operação e desligadas por outros fatores.

Disponibilidade Operacional considera apenas os desligamentos das LTs das Empresas Eletrobras, sejam aqueles ocasionados por falhas e defeitos ou aqueles para manutenção preventiva e corretiva. Este é o indicador que deve ser acompanhado para medir o desempenho das instalações sob a ótica de O&M.



Índice de Disponibilidade Global e Operacional de Linhas de Transmissão

Tabela 16

(Em %)

Empresas Eletrobras	2018		2019		2020	
	Global	Operacional	Global	Operacional	Global	Operacional
Amazonas GT	99,91	99,91	99,90	99,90	99,95	99,96
Chesf	99,64	99,91	99,46	99,97	99,44	99,96
Eletronorte	99,08	99,95	99,65	99,98	99,54	99,94
Eletrosul	99,86	99,93	99,92	99,97	99,79	99,97
Furnas	99,22	99,86	98,88	99,89	99,52	99,91
Total	99,46	99,90	99,41	99,95	99,54	99,94

Desligamentos por 100 km de LTs

O indicador informa o número de desligamentos, por cada 100km de LTs, comparando a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação. Em relação a 2019, houve uma melhora em praticamente todas as tensões devido ao resultado de

desempenho e/ou redução de efeitos climáticos adversos nos sistemas Eletrobras, exceto para linhas de 500 kV.



Indicador de Desligamentos por 100 km de LTs

Gráfico 7



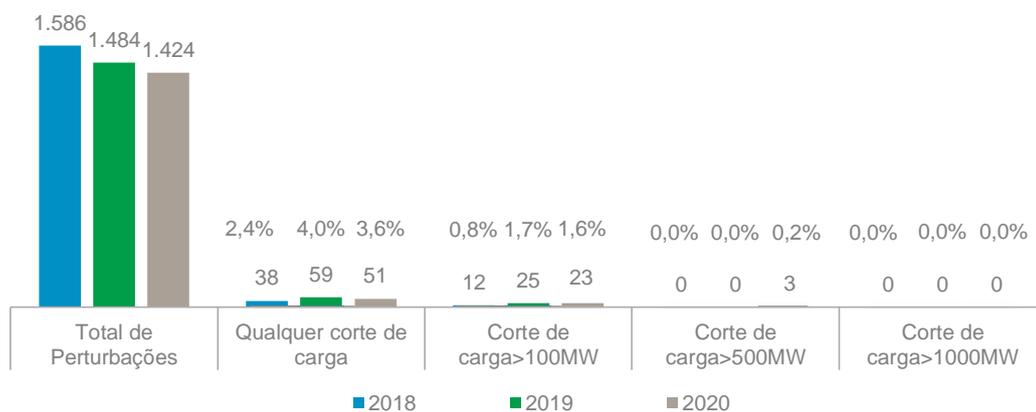
Perturbações na Rede de Transmissão

Em 2020, o número total de perturbações na rede básica de transmissão das Empresas Eletrobras apresentou uma queda de 4% em relação a 2019, e não houve ocorrências com corte de carga superior a 1.000 MW. Essa redução está relacionada a melhoria de processos e/ou diminuição de efeitos climáticos adversos em seus sistemas.



Perturbações e Cortes de Carga na Rede Básica de Transmissão da Eletrobras

Gráfico 8



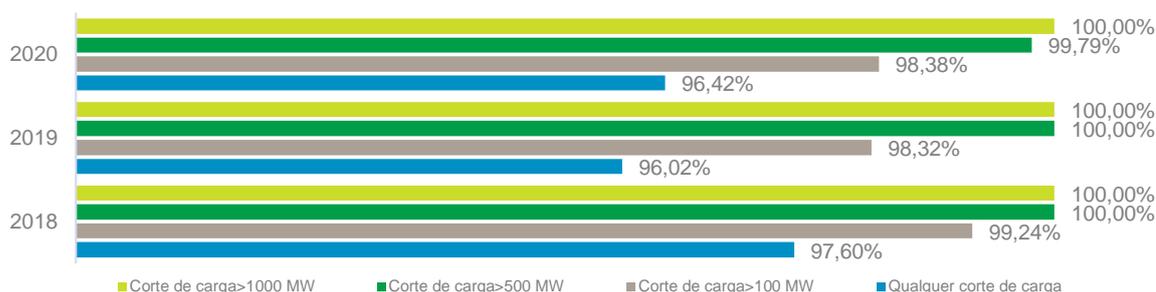
Índice de Robustez

O Índice de Robustez avalia a capacidade da rede básica de suportar contingências, sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo elevado desempenho nos últimos anos, tendo em vista a estabilização verificada no número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2020.



Índice de Robustez do Sistema Eletrobras

Gráfico 9



Perdas na Transmissão

Ao longo dos últimos três anos, observa-se a redução nas perdas técnicas, exceto para Amazonas GT e CGT Eletrosul, devido à política de despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS) e à evolução da topologia da rede conforme planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



Índice de Perdas Técnica na Transmissão de Energia por Empresa

Tabela 17

(Em %)

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	0,16	0,13	0,10
Chesf	1,16	1,84	1,98
Eletronorte	0,75	0,95	0,96
CGT Eletrosul	1,41	1,40	1,34
Furnas	1,28	1,79	1,96
Total	1,16	1,52	1,62



Parcela Variável do Sistema Eletrobras

Tabela 18

% PV da RAP	2020	2019	2018
Anual	1,84%	2,28%	2,16%

A metodologia de cálculo do Indicador de Parcela Variável foi atualizada em novembro de 2020, em comum acordo entre as Empresas Eletrobras e os participantes do grupo de trabalho do Subcomitê de Operação das Empresas Eletrobras (SCOP).

Em 2020, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram uma redução do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2019, devido a melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados nesse período.

Evolução Física em Transmissão

AGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Foram realizadas as seguintes energizações no Sistema Interligado Nacional (SIN):

- LT 230 kV Russas / Banabuiú: 111,7 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C3 na SE Aquiraz IIL 36,1 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C1 na SE Aquiraz II: 35,0 km de LTs;
- Seccionamento da LT Campinas Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias, de Furnas: 8,7 km LTs.
- Seccionamento da LTs Guamá / Utinga C1 e Guamá / Utinga C2 na SE Marituba, da Eletronorte: 9,18 km LTs.

SPES:

Destaca-se a entrada em operação das SPES Mata de Santa Genebra, com total proporcional a participação da Eletrobras (49,9%), de 442,4 km de LTs e a entrada da Brasil Ventos Energia, 100% Eletrobras, com 68,8 km de LTs.

DESAGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Houve desagregação de 212,0 km devido à transferência não onerosa das LTs 138 kV Campos / Cachoeiro do Itapemirim C1 e C2, de Furnas para a empresa EDP Brasil, conforme resolução da Aneel.

SPES:

Com a venda das SPES Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A; Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A e Manaus Transmissora de Energia S.A. a desagregação total foi de 605 km.



Total de Energização de Transmissão

Tabela 19

(Em Km)

Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPES - Participação Eletrobras (c)*	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Amazonas GT				
Chesf	111,7	71,1		182,8
Eletronorte		9,18		9,18
CGT Eletrosul			-1	-1
Furnas		-203,3	511,2	307,9
Eletrobras Holding			-603,9	-603,9
Total	111,7	-123,02	-93,7	-105,02

*Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

4.3 Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. No PDNG 2021-2025, foi aprovada a manutenção do portfólio estratégico de projetos internacionais da empresa a identificação e construção de um portfólio de oportunidades de aquisição de ativos em operação (*brownfield*). As oportunidades já mapeadas são projetos de geração eólica ou fotovoltaica e de porte equivalente aos investimentos já realizados por empresas não nacionais nos países alvo (entre 30 e 100 MW).



Participação da Eletrobras na América do Sul

Mapa 3



Nesse período, foram mantidas tratativas entre a Eletrobras e a estatal argentina Integración Energética Argentina S.A. (IESA) objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Destaca-se o avanço do Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa *WorleyParsons Engenharia Ltda.* A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, *Empresa Nacional de Electricidad da Bolívia (ENDE)* e *Banco de Desarrollo de América Latina (CAF)*. A conclusão do estudo está prevista para o primeiro semestre de 2021.

- Bolívia — Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contrataram um consórcio de empresas formado pela *MRC Consultants and Advisors*, SIGLA e *Universidad Pontificia Comillas*. A conclusão dos estudos está prevista para o segundo semestre de 2021.
- Uruguai — manutenção da parceria estratégica com a estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE)*, visando de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico *Artilleros* (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2021, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

A Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o

Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Carteira de Projetos Internacionais de Eletrobras é composta por oito projetos, sendo 4,7 GW em geração e 1.500 km em transmissão. As interligações fronteiriças não sofreram alteração em relação a 2019.

A Eletrobras se manteve como agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracier), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, em 2020, a participação da Eletrobras na criação do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4 Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro

Capitalização

Em 2020, apesar de muitas discussões, o Congresso Nacional não colocou em votação o Projeto de Lei de Desestatização da Eletrobras, PL 5.877/2019, encaminhado em 5 de novembro de 2019, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em 23 de fevereiro de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.031 ("MP"), que trata também da desestatização da Eletrobras, através da capitalização, prevendo que os estudos de modelagem serão feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de incluir algumas modificações em relação ao texto do PL.

Dentre as modificações, destacam-se:

- Prorrogação, por 30 anos, da concessão da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – Contrato de Concessão 007/2004-Aneel-Eletronorte –, da controlada Eletronorte, que atualmente já está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas.
- Obrigação de aportes de recursos da ordem de R\$ 239 milhões anuais, em 10 anos, para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP.
- Redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal, no valor de R\$ 295 milhões anuais, em 10 anos, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Eletronorte.
- Revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco com investimento de R\$ 350 milhões anuais, em 10 anos, que já era previsto no PL.

- Nova repartição de receita entre União, através do pagamento de bonificação de outorga, e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através do pagamento de quotas anuais em 30 anos. No Projeto de Lei 5.877/19, a repartição um terço (1/3) para CDE e dois terços (2/3) para outorga, com a referida MP alterou para metade (1/2) CDE e metade (1/2) outorga.
- Previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei 6.404/1976, que dará o poder de veto em deliberações sociais previstas na referida MP (*golden shares*).

O racional adotado no PL permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos; dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei 12.783/2013; das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei 11.943/2009 — referente a usinas sob regime de cotas —; das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei 13.182/2015 — UHE Sobradinho e UHE Itumbiara —; e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

O valor residual, após os referidos descontos, será integralmente rateado sendo 50% (cinquenta por cento) para a CDE, como contribuição para modicidade tarifária e os outros 50% (cinquenta por cento) para pagamento de outorga. Este montante, deverá ser considerado para efeito do aumento de capital com consequente diluição da participação acionária da União Federal, sem prejuízo de eventuais ofertas públicas secundárias que a União, ou empresa por ela controlada, precise realizar para deixar o controle acionário da Eletrobras.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

Geração

Em 2020, não houve avanço nos pleitos das Empresas Eletrobras junto à Aneel quanto às indenizações estabelecidas na Resolução Normativa 596/2013, que trata do cálculo das indenizações de ativos de Geração que tiveram concessões prorrogadas ou não nos termos da Lei 12.783/2013.

A Lei 14.056/2020, que altera a Lei 13.203/2015, estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. E, ainda, procura apresentar uma solução para o destravamento da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), atualmente bloqueada por uma batalha judicial entre diversos geradores e os agentes institucionais do setor elétrico, com vistas ao afastamento dos impactos ocorridos no passado em decorrência de riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), minorando os efeitos adversos do GSF<1, no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A nova lei estabelece que a compensação deverá considerar a atualização pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e a aplicação da taxa de desconto de que trata o § 2º do art. 1º da Lei 13.203/2015. Isto se dará mediante extensão do prazo de outorga dos empreendimentos participantes do MRE, limitada a sete anos, sendo calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, para as extensões decorrentes do inciso II do § 2º do art. 1º da mesma lei, dispondo o gerador livremente desta energia. A lei dispõe, ainda, que o cálculo dos efeitos decorrentes das restrições de transmissão será realizado pela Aneel, considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos citados, caso não haja restrição ao escoamento e preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Diversas usinas das Empresas Eletrobras são impactadas pelos efeitos do tema que está sob discussão. Em 1º de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos que determina a extensão de outorga. O impacto

financeiro para as Empresas Eletrobras é de R\$ 4,0 bilhões. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, estimamos um valor menor, na ordem de R\$ 3,2 bilhões, conforme tabelas abaixo.



Impacto Financeiro

Tabela 20

Empresa Eletrobras	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro (R\$ milhões)
FURNAS	793,97
CHESF	628,67
CGT ELETROSUL	15,49
ELETRONORTE	2.537,60
SUBTOTAL	3.975,74
Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas*	796,88
TOTAL	3.178,86

* Para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite de 7 anos. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE



Usina Listadas na Planilha da CCEE

Tabela 21

Usinas listadas na planilha da CCEE na CP 56	Cálculo da CCEE	
	Impacto Financeiro (R\$ milhões)	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
PEIXOTO	35,89	79
SERRA DA MESA	39,04	184
SOBRADINHO	451,61	2555
MANSO	0,01	0
BATALHA	0,23	15
SIMPLÍCIO ANTA	1,46	24
PASSO SAO JOAO	2,47	191
MAUA	0,06	1
SAO DOMINGOS (ESUL)	0,00	0
BARRA DO RIO CHAPEU	6,65	1461
JOAO BORGES	6,31	1362
TUCURUI	2.439,14	426
CURUA UNA	18,53	2313
SAMUEL	79,94	1042
CUREMAS	0,64	446
ITUMBIARA (FURNAS)	695,35	2555
BOA ESPERANCA	4,56	122
ITAPARICA	31,62	126
COMPLEXO PAULO AFONSO	69,58	120
FUNIL (CHESF)	0,14	44
XINGO	70,52	126
FURNAS	5,37	33
ESTREITO (FURNAS)	4,57	34

Usinas listadas na planilha da CCEE na CP 56	Cálculo da CCEE	
	Impacto Financeiro (R\$ milhões)	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
PORTO COLOMBIA	1,82	34
CORUMBA I - FURNAS	2,02	34
MARIMBONDO	7,02	37
FUNIL (FURNAS)	1,19	37

Os cálculos finais deverão ser publicados pela Aneel em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Em 2019, o MME instituiu um grupo de trabalho para discutir aspectos relativos à modernização do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro (vide www.mme.gov.br), que não teve conclusão no ano de 2020.

Ao longo de 2020, ocorreram outros eventos legais ou regulatórios que a Eletrobras vem acompanhando, como a MP 998/2020, que tratou da retirada de subsídios para fontes de energia, anteriormente incentivadas, como eólica e solar; viabilizou a realização de leilões de capacidade, bem como estabeleceu condições para a celebração de novo contrato de 40 anos para a Usina Nuclear de Angra-3, em construção, e parâmetros de preço, dentre outras medidas. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.120, em 1º. de março de 2021.

Transmissão

A regulação de transmissão buscou reduzir, em 2020, a exposição ao risco de gestão de uma grande quantidade de Ativos Totalmente Depreciados (ATD), decorrentes do envelhecimento da rede de transmissão das Empresas Eletrobras.

Face ao grande percentual de ativos com vida útil regulatória esgotada na rede das Empresas Eletrobras, à restrição dos fornecedores para atender a demanda e à limitação dos desligamentos que seriam necessários para a substituição dos ativos, não é possível realizar a troca de todos estes equipamentos em um curto espaço de tempo. Assim, o objetivo do projeto foi demonstrar à Aneel a necessidade de uma remuneração justa para o risco associado à gestão destes ativos, de forma alterar a equação econômica e estimular a permanência destes bens. Esta remuneração muda a equação econômica da decisão de troca dos ativos, adiando as substituições realizadas e beneficiando o consumidor no longo prazo. Entretanto a Agência tem demonstrado preocupação com o custo da energia elétrica no curto prazo, preocupação que aumentou após a pandemia de covid-19.

Como resposta à crise, em abril de 2020, a Aneel decidiu adotar algumas medidas de preservação do setor elétrico. Dentre elas, Aneel antecipou a devolução, via Parcela de Ajuste (PA), para os meses de abril, maio e junho/2020, do superávit de arrecadação para o segmento de transmissão no montante de aproximadamente R\$ 430 milhões. Estes recursos, ordinariamente, somente seriam devolvidos pelas transmissoras no ciclo seguinte, diluídos em 12 meses. Estima-se que para as Empresas Eletrobras esse valor foi da ordem de R\$ 210 milhões, ressaltando que o impacto atingiu apenas financeiro, e não econômico, já que o ajuste seria feito de qualquer forma no ciclo 2020/2021, iniciado em julho de 2020.

Além disso, a aprovação da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados nos termos da Lei 12.783/2013, pela Aneel, em junho/2020, resultou na homologação das revisões dos contratos de Furnas, Eletronorte, CGTEletrosul e Chesf, respectivamente, e na aprovação da Receita Anual Permitida (RAP) destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021.

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos como consequência do resultado positivo da Revisão Tarifária Periódica de 2018 e do reconhecimento da parcela da remuneração prevista na Portaria PRT MME 120/2016. Com isto, o custo de capital não incorporado, desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, de acordo com o § 1º do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração foi excluída da tarifa em 2017 por força de liminares conforme Fato Relevante publicado em 11/04/2017. Com a derrubada destas liminares, a Procuradoria da Aneel se manifestou por meio de Pareceres de Força Executória no sentido que esta remuneração deveria ser reincorporada à receita das transmissoras. O valor será pago até junho de 2025, e a liquidação do montante retroativo de 2017 a 2020 se dará até o final do ciclo de revisão tarifária, reajustada pela inflação.

Na tabela abaixo, são apresentadas a RAP revisada para o ciclo 2020-2021 e a Parcela de Ajuste Revisão consolidada atualizada pelo IPCA em milhares de reais. O efeito contábil da referida revisão tarifária, estará descrito no capítulo de desempenho financeiro.



RAP ciclo (2020-2021)

Tabela 22

(Em R\$ mil)

Empresa	RAP Ciclo 2020-2021 Revisada (Ref. jun/2020)	PA Revisão Consolidada (Ref. jun/2020) ⁽¹⁾		RAP Total Ciclo 2020-2021 (Revisão + PA - Ref. jun/2020)
		Total	Por Ciclo	
Chesf (CC 061/2001)	3.494.422,00	1.734.512,45	578.170,82	4.072.592,81
Eletronorte (CC 058/2001)	1.832.587,63	954.107,06	318.035,69	2.150.623,31
Eletrosul (CC 057/2001)	969.071,95	233.641,16	77.880,39	1.046.952,34
Furnas (CC 062/2001)	5.153.445,67	1.777.381,68	592.460,56	5.745.906,23
Eletrobras	11.449.527,25	4.699.642,35	1.566.547,45	13.016.074,70

(1) - Estimada com base nos valores da NT 108/2020 - SGT/Aneel e no IPCA entre jun/19 e jun/2020

Destaques em 2020

- Resolução Homologatória 2.725/2020 estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão no ciclo 2020-2021. Para as Empresas Eletrobras o valor total de RAP neste ciclo é de R\$ 14.586 milhões, com um aumento de aproximadamente 26% em relação ao ciclo anterior. Cabe destacar que esse valor considera não apenas os contratos prorrogados constantes na tabela anterior, mas todas as instalações de transmissão em operação, incluindo o efeito dos contratos licitados. Essa diferença se deve, principalmente, ao resultado da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados, conforme já mencionado no item acima, e à reincorporação do parâmetro de capital próprio (Ke) ao componente financeiro da base blindada da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), após cassação de tutela antecipada que até então suspendia parte desses valores em função de decisões liminares.
- Resolução Autorizativa 8.926/2020 autorizou a postergação, por até 4 (quatro) meses, dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujas datas de início da operação comercial após 11/03/2020. A Aneel avaliou os impactos da covid-19 em cronogramas de outorgas de transmissão em andamento e das autorizações de novas obras de reforços e melhorias.

- Medida Provisória 998/20, que estabeleceu, dentre outras, a transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), entre 2021 e 2025, de parte dos recursos que as concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética. Os recursos não comprometidos destinam-se a projetos contratados ou iniciados. A Consulta Pública 005/2020 foi realizada com o objetivo de obter subsídios ao Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) referente à necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos de transmissão.
- Consulta Pública 30/2020 onde a Aneel fez uma avaliação dos comandos regulatórios sobre Reforços e Melhorias levando propostas para tornar a regulação sobre o tema mais simples e clara. Foi sugerida alteração na regulamentação vigente, uma vez que trata de conceitos e processos que afetam diretamente os investimentos no negócio de transmissão e, conseqüentemente, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.
- Resolução Normativa 874/2020 resultado da Consulta Pública 26/2019, aprovou os novos valores para o WACC Regulatório. Foram identificados erros materiais na base de dados utilizada pela Agência. Assim, a Eletrobras interpôs Pedido de Reconsideração apontando as inconsistências identificadas e solicitando as devidas correções. Como resultado, a Aneel deferiu parcialmente os pedidos, o que elevou os valores do WACC, no caso específico para o ano de 2018, de 7,66% para 7,71%. Utilizando a base de dados disponibilizada pela Agência foi possível simular o efeito desse aumento da taxa de remuneração nas RAPs da Eletrobras, correspondente a um acréscimo de cerca de R\$ 20 milhões.

A Eletrobras tem atuado ainda no âmbito do Grupos de Trabalho do Comitê de Transmissão da Abdib e em discussões como contribuições da Associação à Tomada de Subsídios 007/2020 (Segurança Cibernética), CP 005/2020 (Ativos Totalmente Depreciados), CP 030/2020 (Reforços e Melhorias), CP 75/2020 (Liquidação Financeira dos EUST), dentre outros temas.



5. Cepel e Investimentos em P&D+I

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) contribui para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), em equipamentos e sistemas, de forma a atender as características singulares do setor elétrico brasileiro. Em 2020, foram desenvolvidos cerca de 70 projetos da Carteira Institucional e outros 30 projetos para diferentes clientes. O desenvolvimento desses projetos representou R\$ 193,3 milhões em contratos de projetos de P&D, serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios. Coube às Empresas Eletrobras aplicarem R\$ 192 milhões, no atendimento de sua obrigação estatutária. O restante correspondeu ao aporte de outros Associados Especiais, além de recursos próprios obtidos através de licenciamento de seus produtos e da prestação de serviços tecnológicos especializados.



Áreas de Atuação do Cepel

Tabela 23

Aportes de Recursos	(Em R\$ mil)		
	2020	2019	Variação (%)
Automação de Sistemas	27.473	29.542	-7,0
Otimização Energética e Meio Ambiente	32.786	40.401	-18,85
Linhas de Transmissão e Equipamentos	29.948	34.436	-13,03
Redes Elétricas	20.508	22.938	-10,59
Tecnologias da Distribuição	5.233	13.355	-60,82
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	18.451	25.386	-27,32
Pesquisa Experimental	58.914	71.794	-17,94
Total	193.314	237.852	-18,72

Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Em 2020, os projetos de melhoria contínua tiveram como foco utilizar metodologias ágeis para definir e otimizar os ciclos, em especial de gestão dos contratos estratégicos, do processo de fechamento, consolidação e análise das demonstrações contábeis e do sistema de gestão de denúncias.

Governança de Tecnologia da Informação

O planejamento das ações que apoiam as necessidades estratégicas está alinhado e vinculado ao Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG). Todas as necessidades fazem parte do portfólio de projetos de TI, o que permite maior gestão e acompanhamento, além da formalização do alinhamento e atendimento ao PDNG.

Dentre os principais projetos estratégicos de TI em 2020, destacam-se:

- Conclusão do ProERP, Programa de Implantação do ERP SAP em Instância Única, com entrada em produção da Eletronorte e da incorporação da Eletrosul pela CGTEE;
- Implantação do SAP WCM (*Work Clearance Management*) para gestão dos processos de O&M; do SAP AIS (Ativos Imobilizados em Serviço) para gestão de ativos; do SAP LSO (*Learning Enterprise Management*) para gestão de educação corporativa e do conhecimento; do SAP TRM (*Treasury and Risk Management*) para gestão de contratos obtidos pelas Empresas Eletrobras; e de novas funcionalidades no ERP SAP Instância Única, para gestão de contratos e fornecedores;
- Implantação da plataforma de assinaturas eletrônicas e digitais de documentos;
- Início da automação de processos por robotização (RPA);
- Realização de *assessment* sobre a cultura de dados nas Empresas Eletrobras, por meio de pesquisa com empregados, análise da situação atual e estudo de tecnologias e governança;
- Implantação de ferramentas modernas de *workplace*, por meio da plataforma Office365, para colaboração e produtividade em nuvem;
- Adoção de práticas de inovação e agilidade pela iniciativa *Transformation Labs*, visando democratizar tecnologias, *insights* analíticos e automação rápida de processos (*low code*);
- Implantação do processo de gestão unificada de demandas de TI das Empresas Eletrobras relacionadas ao SAP instância única, visando maior eficiência na sua priorização;
- Contratação de Solução de Gestão de Reuniões de Colegiados de Alta Administração, denominada “Portal Atlas Governance”, para utilização pelos colegiados e órgãos de governança da Eletrobras;
- Projetos relacionados ao aperfeiçoamento do suporte à segurança da informação, incluindo novas soluções para segurança de perímetro, estações de trabalho, servidores e rede de dados;
- Ações voltadas a prover maior eficiência à infraestrutura de suporte ao teletrabalho;
- Implantação de novos sistemas, como o de Empréstimo Compulsório e o de Gestão de Empreendimentos de Transmissão.
- Aquisição de soluções como *Webex*, *Citrix* e *Trend* dadas as necessidades do trabalho remoto iniciado em março com a pandemia.

Em 2020, foram investidos, aproximadamente, R\$ 13 milhões em aquisição de equipamentos destinados à proteção da rede de dados e acesso à Internet e cerca de R\$ 40 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação do ERP SAP Instância Única e da Solução Fiscal.

Segurança Cibernética

Entre os riscos monitorados pela Eletrobras está o de Segurança da Informação. A Companhia age para mitigar e evitar eventos que comprometam a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações corporativas, ou que causem danos, perdas de informações, perdas financeiras, paradas de serviços, disseminações indevidas ou danos à reputação, entre outros.

Para tal, as Empresas Eletrobras adotam a Política de Segurança da Informação, aprovada desde 2018, que orienta estrategicamente as questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de suas informações no ambiente convencional ou de tecnologia. Contam também com o Regulamento de Gestão Integrada de Demandas de TI e um plano com 32 atividades que busca aprimorar o ambiente corporativo e aumentar a maturidade na Gestão da Segurança da Informação, reduzindo a probabilidade de materialização dos riscos monitorados e/ou redução de seus impactos.

O planejamento das ações de Segurança da Informação e a Gestão de Riscos Relacionados são orientados pelo *NIST Cybersecurity Framework*, desenvolvido pelo *National Institute of Standards and Technology* em parceria com o setor privado. Essa metodologia propõe diretrizes para guiar as atividades de segurança da informação, considerando os riscos relacionados ao tema como parte do processo de gestão de riscos corporativos.

Como parte do referido planejamento, os seguintes regulamentos foram aprovados para todas as Empresas Eletrobras:

- Regulamento de Planejamento da Segurança da Informação.
- Regulamento de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação.
- Regulamento de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
- Regulamento de Gestão de Vulnerabilidades Tecnológicas.

O risco de segurança da informação foi priorizado pelo Conselho de Administração da Eletrobras. O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário prepara relatórios trimestrais sobre os principais fatores de risco e status das iniciativas do Plano de Segurança da Informação, que contribuem para mitigação destes fatores.

Tais iniciativas, além da redução de riscos, trazem mais robustez para o processo de Gestão da Segurança da Informação, com o estabelecimento de normativos; aquisição de ferramentas ou serviços; melhorias em procedimentos; realização de campanhas de conscientização e treinamentos. Estas ações contribuem para a redução de vulnerabilidades, detecção mais eficiente de incidentes e, conseqüentemente, redução de impacto ao negócio.

Destacamos que a Eletrobras Holding executa testes de intrusão (Pentest) anualmente. Em 2020, por conta das constantes ameaças que cercam o ambiente de TI, a Eletrobras tentou fazer a aquisição do serviço para atender e garantir maior visibilidade e segurança para todas as Empresas Eletrobras. No entanto, por causa da pandemia, o processo licitatório atrasou, e o Pentest não foi executado em 2020.



6. Principais Aspectos ESG

Buscando alcançar o nosso propósito de colocar toda a nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dispomos da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras que estabelece as diretrizes que norteiam as nossas ações quanto à promoção da sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade, princípio de nosso planejamento de longo prazo, é premissa que determina as diretrizes da empresa, sendo transversal a todos os processos da Companhia e a nossa maneira de fazer negócios.

Nesse sentido, buscamos integrar os nossos negócios às prioridades da sociedade para o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, com a qual a Eletrobras se comprometeu voluntariamente desde 2016.

6.1 Gestão Ambiental (*Environmental*)

Em todos os planejamentos da Eletrobras, há estudos para identificar e avaliar impactos ambientais e sociais de cada projeto. A Companhia elabora diagnósticos socioeconômicos participativos, implanta programas de comunicação, interação social e de educação ambiental, e ainda promove fóruns comunitários e articulações com agentes públicos e privados.

O sistema de Gestão Ambiental se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

Sistema IGS

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS) compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderentes aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

Em 2020, entrou em produção a versão 2.0 do IGS. Para o módulo ambiental foram elaborados e revisados indicadores e variáveis de água, resíduos e biodiversidade. Ao final do ano, o resultado foi: 250 indicadores de desempenho, 439 variáveis, 356 usuários e 187 unidades cadastradas.

Além do IGS, as Empresas Eletrobras possuem certificações ISO 14.001 nas operações da UHE Tucuruí e da UHE Coaracy Nunes, da Eletronorte. A Chesf dispõe de certificação ISO 14.001 no serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas de Furnas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei Estadual 1.898/1991.

Destaques em 2020

- *Carbon Disclosure Project (CDP)*: elevou a classificação da Eletrobras para A- "*Leadership*" na dimensão Mudanças Climáticas, ficando acima da média regional da América do Sul (D) e do setor de Geração Renovável (B).
- *ICO2 B3*: a Eletrobras foi incluída no Índice Carbono da bolsa de valores (ICO2 B3). A adesão da companhia ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.

Ações e Projetos Ambientais

No âmbito do antigo PDNG 2020-2024, foi criado em 2019, Programa Sustentabilidade 4.0, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, onde se destacaram as atividades dos projetos "Transição Energética" e "Compensação de Mudanças Climáticas e Proteção do Meio Ambiente":

- Projeto piloto relacionados a carbono, em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras.
- Estudo de precificação de carbono.
- Ações de eficiência energética do Procel voltadas à Eletrobras.
- Elaboração de planos de ação para cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de redução do consumo de energia elétrica, de combustíveis fósseis e de água.
- Ações de internalização da Política Ambiental nas Empresas Eletrobras.
- Estudo de vulnerabilidade do negócio frente às mudanças climáticas, incluindo o risco financeiro.
- Realização de análise de cenários, considerando todas as tipologias de empreendimentos, e cálculo de risco financeiro em mudanças climáticas.
- Definição de meta de compensação das emissões de GEE, visando a emissão líquida nula para a Holding.

- Estudo sobre a viabilidade de certificação de operações das Empresas Eletrobras em Sistemas de Gestão Ambiental.
- Análise de ciclo de vida de produtos e serviços.
- Desenvolvimento de projetos que contribuam para as metas do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade e do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica.
- Desenvolvimento de metodologia de valoração de serviços ecossistêmicos para os empreendimentos das Empresas Eletrobras.
- Aprimoramento da Gestão de Resíduos da Holding.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Não houve em 2020 alterações nas diretrizes para remanejamento de populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras. Há o compromisso da Companhia de que as informações sobre os projetos; seus impactos; medidas de compensação e reparação; critérios de avaliação; formas de indenização e direitos da população afetada devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados e acessíveis aos envolvidos.

O Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, continuou a se reunir, em 2020, nos grupos de trabalho: educação ambiental; população atingida e assuntos indígenas, promovendo diálogos sobre a licença social e educação ambiental com foco em comunidades atingidas.

Destaca-se que em de 2020, a Eletrobras foi excluída da lista do portfólio do *Norwegian Government Pension Fund Global* sob alegações de suposta violação de direitos humanos pelo projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, de responsabilidade da Norte Energia S.A (SPE Belo Monte) a qual a Eletrobras detém junto de Chesf e Eletronorte o total 49,98% do capital.

A Eletrobras esclareceu que, por ocasião da instalação e do início de operação da UHE Belo Monte, foram adotadas ações socioambientais pela Norte Energia S.A. com o objetivo de mitigar e compensar os impactos negativos potenciais na região do empreendimento, seguindo o processo de licenciamento ambiental. A Eletrobras e a Norte Energia refutam que o empreendimento tenha contribuído ou sido responsável por violações de direitos humanos. Os investimentos na região foram planejados para reparar ou minimizar os impactos causados, visando condições iguais ou melhores antes da instalação do empreendimento.

A Eletrobras, em parceria com a estatal boliviana *Empresa Nacional de Electricidad* (Ende), desenvolve os Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do Rio Madeira, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Em razão da pandemia do covid-19, os dois países determinaram medidas sanitárias de restrição de circulação. Com isso, foram suspensos o monitoramento das urnas “Fale Conosco” e as atividades previstas de contato direto com a população local. Também fechou o Centro de Informação dos Estudos de Inventário para atendimento ao público, localizado em Guajará-Mirim. Em 2020, o lado brasileiro, recebeu 27 manifestações pelas urnas distribuídas na área de estudo localizada nos estados de Rondônia e Acre, 22 via *WhatsApp*, 01(um) por telefone e 03 (três) por e-mail. As principais dúvidas da população local são sobre: estudos de inventário hidrelétrico; construção de novas hidrelétricas na bacia do rio Madeira e seus impactos socioambientais; redução da tarifa de energia elétrica com novas construções; benefícios para a população local; e se a população atingida será indenizada. O atendimento ao público continua sendo realizado de forma virtual e todas as manifestações foram respondidas até 31/12/20.

Proteção da Biodiversidade

As Empresas Eletrobras são signatárias do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade que tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas, partindo da premissa de uma atuação alinhada aos planos estratégicos nacionais e globais.

Em 2020, a Eletrobras priorizou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 – Vida Terrestre, definindo indicadores e metas que visam ampliar as ações de conservação e recuperação da biodiversidade nas regiões onde a empresa está inserida.



Ações de Conservação

Tabela 24

INDICADOR	META
Total de áreas protegidas e/ou florestadas pela empresa.	Perda zero de áreas vegetadas e/ou florestadas por ações das empresas.
Espécies da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e de listas nacionais de conservação incluídas em projetos executados para a conservação de espécies ameaçadas.	Incluir novas espécies ameaçadas nos projetos de conservação executados pelas Empresas Eletrobras.
Investimento em projetos que contribuam para a gestão da biodiversidade.	Aumento de 1% ao ano em relação ao % do ano base
Fixação de carbono na biomassa (ton.)	Aumento de 5% ao ano em relação ao ano anterior

A Eletrobras aderiu, em 2020, como “*Early Supporter*”, à iniciativa da *Business for Nature* denominada *Call to Action*. Trata-se de um chamado para ações coletivas visando reverter a perda de natureza até 2030. A Companhia também promoveu o *webinar* “Como Alcançar Impactos Líquidos Positivos na Biodiversidade”, tendo como convidado o prof. Luís Enrique Sánchez, da Universidade de São Paulo, e a participação de diversas áreas da Holding e das Empresas Eletrobras.

6.2 Gestão Social (Social)

6.2.1 Responsabilidade Social

A Eletrobras conduz suas atividades de maneira comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Sustentável nos territórios em que atua e nas comunidades com quem se relaciona, de forma complementar aos programas compulsórios e condicionantes de licenciamento ambiental. A empresa possui um abrangente escopo de atuação que envolve ações de comunicação e comprometimento para gerar valor junto aos seus públicos de relacionamento.

Em 2020, foi desenvolvido o Projeto Engajamento dos *Stakeholders* da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0. Esse projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionados ao tema Direitos Humanos junto aos diversos públicos de relacionamento das Empresas Eletrobras, tais como colaboradores, fornecedores e parceiros, e as comunidades que vivem em territórios onde atua. Destaca-se também adesão de todas as Empresas Eletrobras ao Programa Na Mão Certa, que busca o envolvimento das empresas para enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes.



Execuções do Projeto 3.0.

Tabela 25

Subprojetos	Atualização
3.1) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações de trabalho	Pesquisa documental considerando legislação, pactos e princípios na perspectiva das relações de trabalho. O resultado trouxe propostas de ações que deverão ser avaliadas pelo Subcomitê de Direitos Humanos e, posteriormente, apresentadas às áreas envolvidas no tema nas empresas.

Subprojetos	Atualização
3.2) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações com a comunidade local	Elaboração de um roteiro de questões e aspectos que devem ser considerados numa avaliação documental dos empreendimentos sob a ótica de Direitos Humanos e análise da legislação, pactos e princípios.
3.3) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (<i>due diligence</i>) de fornecedores de nível 1	<p>Houve a definição de fornecedores críticos que deverão estar submetidos à avaliação de Direitos Humanos em 2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Terceirização de serviço contínuo com mão-de-obra alocada ● Obras ● Serviços de transporte
3.4) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (<i>due diligence</i>) de <i>joint ventures</i> /SPEs	Foi realizada uma reunião com os representantes da Norte Energia para a qualificação do relacionamento entre a Eletrobras e a SPE visando uma parceria de longo prazo para a realização de trabalhos voltados para Direitos Humanos.
3.5) Planos de mitigação de riscos de Direitos Humanos em <i>joint ventures</i> /SPEs	Este subprojeto será iniciado após a realização do subprojeto 3.4 que mapeará os possíveis riscos de Direitos Humanos nas <i>joint ventures</i> /SPEs.
3.6) Ações de divulgação sobre temas de Direitos Humanos	O calendário elaborado no Plano de Comunicação das Empresas Eletrobras vem sendo utilizado como referência para as ações de divulgação sobre os temas relacionados a Direitos Humanos. Ao Subcomitê de Direitos Humanos foi entregue uma planilha com os casos mapeados, visando ofertar um banco de boas práticas para que sejam replicados/adaptados nas empresas. Houve a inclusão do calendário previsto no plano de ação do Programa Na Mão Certa.
3.7) Contratar o Programa Na Mão Certa para obter materiais e serviços especializados sobre o tema, visando (i) sensibilizar públicos de relacionamento (subprojeto 3.6); e ter subsídios para analisar e especificar em política (ou outro documento corporativo) as atividades e setores que requerem maiores cuidados no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Adesão da Eletrobras ao Programa na Mão Certa como mantenedor beneficiando sete Empresas Eletrobras: Holding, Amazonas GT, Cepel, CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear.
3.8) Treinamento de colaboradores em Direitos Humanos	<p>Curso será dividido em 7 capítulos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Direitos humanos e suas características 2. Trabalho infantil 3. Trabalho forçado ou compulsório 4. Discriminação e diversidade 5. Assédio moral e sexual 6. Livre associação sindical e direito à associação coletiva 7. Povos indígenas e comunidades tradicionais
3.9) Certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social	Após estudo da norma, pesquisa documental, reuniões com especialistas em certificação, com EDF — empresa certificada pela SA8000 — e outros encontros internos, foi elaborada uma informação técnica com a recomendação da adesão à norma SA8000 pela Eletrobras.

DESTAQUES EM 2020

PROJETOS SOCIAIS



Fonte: Ateliê Escola de Lutheria, integrante do projeto "Aprendendo o ofício de luteria"

PROJETOS SELECIONADOS NO EDITAL SOCIAL 2019

Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 4 – Educação de Qualidade, os projetos "Nutrindo o Saber" e o "Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas - Programa Neojiba" foram selecionados no Edital Social 2019 e previam sua execução em 2020.

Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas: projeto do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba), capacita jovens aprendizes e beneficia crianças, adolescentes e jovens através de reparo

e manutenção de seus instrumentos musicais. Além disso, proporciona a manutenção e a expansão das atividades do Núcleo Territorial Neojiba Teixeira de Freitas. Valor do repasse: R\$ 105,5 mil.

Nutrindo o Saber: o projeto promove a qualificação social e profissional de 135 jovens e adultos nas áreas de cozinha técnica e panificação/confeitaria. Desenvolvido no bairro de Lagoa Azul, em Natal (RN) e voltado para o setor de alimentação, o programa visa fortalecer e integrar as ações de assistência social para a preparação integral da pessoa humana violada em seus direitos para o pleno exercício da cidadania e construção de uma sociedade mais equânime. Valor do repasse: R\$ 124,5 mil.



Fonte: Centro Educacional Dom Bosco. Turma de padaria e confeitaria "

Devido à pandemia, os projetos tiveram aditivos firmados e terão seu encerramento em 2021.

PROJETO KAYAPÓ



Fonte: Instituto Kabu

A Eletrobras deu continuidade a sua participação nos projetos com as comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 4.500 indígenas e 40 aldeias. Decorrentes de compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esses projetos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e as instituições representativas dos Kayapó. Os principais resultados são: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras; a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas;

o fomento a atividades econômicas sustentáveis; e a valorização cultural da etnia Kayapó. Os projetos são financiados pela Norte Energia, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu. Em razão da pandemia, muitas das atividades previstas do projeto foram suspensas, e o foco recaiu sobre ações de apoio e prevenção à Covid-19, buscando priorizar máximo isolamento das comunidades em suas aldeias. Os Kayapó estão sendo vacinados e conscientizados por meio das campanhas do Instituto Kabu e Floresta Protegida sobre a importância da vacina.

PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS APOIADAS PELA ELETROBRAS EM 2020**Centro Comunitário de Produção (CCP) Bonecas Negras:**

Fonte: Antonio Cláudio/Eletrbras. Integrantes na inauguração do CCP

Os Centros Comunitários de Produção (CCPs) são projetos que resultam da parceria da Eletrbras com comunidades de pequenos produtores, promovendo o beneficiamento da produção local por meio do fomento ao uso eficiente e produtivo da energia elétrica, gerando trabalho e renda e o empoderamento socioeconômico de mulheres costureiras, na cidade de Armação dos Búzios (RJ). Com o investimento de cerca de R\$ 28 mil reais, o projeto foi executado ao longo de 2019 e 2020 com a vigência encerrada em novembro/20.

PATROCÍNIOS

Em 2020, face à pandemia da covid-19, a Eletrbras estabeleceu protocolo para que todo o orçamento disponível das empresas para doações, patrocínios e projetos sociais fosse revertido para doações de enfrentamento da pandemia, e complementação financeira para atingir o valor recomendado.

Antes do protocolo estabelecido, 4 patrocínios incentivados por escolha direta estavam em tratativas e foram contratados.

**Projetos Incentivados pela Lei Rouanet**

Tabela 26

Contrato	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
001/2020	Álvaro Alberto-Um Homem à Frente de seu Tempo	Madai Produções Eireli - EPP	300.000,00
002/2020	Festival de Harpas-2020	Carpex Empreendimentos e Promoções Ltda	200.000,00
003/2020	Espaço Cultural da GROTA Grota - 25 anos formando talentos',	Reciclarte	200.000,00
004/2020	Plano Anual de Atividades e Temporada 2020 - Orquestra Sinfônica Brasileira	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira (FOSB)	300.000,00
			1.000.000,00

Em 2020, também foram realizados os repasses dos recursos referentes a sete projetos selecionados no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrbras a Eventos do Setor Elétrico de 2019, que contou com a participação de cinco Empresas Eletrbras: Holding, Furnas, Chesf, Eletronuclear e Eletronorte. O programa foi lançado com investimento no valor de até R\$ 1,5 milhão.

**Projetos Não Incentivados**

Tabela 27

Projeto	Valor contratado (R\$)
Fórum Abinee Tec e IX Ciertec - FIEE Smart Energy	120.000,00
Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico - Enase	20.000,00
Workshop Electricity for All	50.000,00

Projeto	Valor contratado (R\$)
16º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - Cobee 2019	79.680,00
10º Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental no Setor Elétrico - Lase	64.870,00
25º Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - SNPTEE	69.860,00
6º Seminário Socioambiental Eólico	40.000,00
	444.410,10

Adicionalmente, foram pagos em 2020, três projetos de patrocínios, contratados por escolha direta ainda em 2019, no valor total de R\$ 68,5 mil.



Indicadores Sociais Externos da Eletrobras Holding

Tabela 28

(Em R\$)

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados		Holding	
		2020	2019
1	Projetos e Ações Sociais		
1.4	Geração de Trabalho e Renda	230.110,08	28.060,54
Subtotal Projetos e Ações Sociais		230.110,08	28.060,54
	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	2.500.000,00	0,00
	Subtotal de doações	2.500.000,00	0,00
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	9.212,98	685,80
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	5.600,00	50.374,22
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	6.871,58	26.585,95
Subtotal Voluntariado		21.684,56	77.645,97
6.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	0,00	0,00
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	0,00	296.988,85
Subtotal Patrocínios Esportivos		0,00	296.988,85
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.000.000,00	1.500.000,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	512.910,00	80.000,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		1.512.910,00	1.580.000,00
Total de investimentos repassados		4.264.704,64	1.982.695,36

PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO



Investimentos em Publicidade e Comunicação

Tabela 29

(Em R\$)

Produto	2020	2019
Publicidade Institucional Eletrobras	1.616.314,77	15.913.560,29*
Publicidade Oficial (Legal)	4.735.742,08	4.329.256,19
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	649.976,32	974.571,31

Produto	2020	2019
Total	7.002.033,17	21.217.387,79

*O valor dos investimentos realizados em Publicidade Institucional no ano de 2019 foram atualizados, pois houve pagamentos do exercício de 2019 compensados em 2020.

INICIATIVAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19



Desde março de 2020, surpreendidas pela pandemia da Covid-19, as Empresas Eletrobras contribuíram com o enfrentamento do vírus doando R\$ 23,75 milhões a ações de assistência e saúde em todo o país, com foco no entorno de seus ativos de geração e transmissão. Cerca de R\$ 19 milhões, foram doados à campanha “Salvando Vidas”, coordenada pelo BNDES, e que viabilizou a aquisição e a distribuição de equipamentos de proteção a

profissionais de saúde de 109 hospitais e santas casas do SUS. Desse valor, R\$ 2,4 milhões correspondem à doação efetuada pela Holding. Os R\$ 100 mil restantes doados pela Eletrobras foram investidos na campanha Máscaras + Renda.

Projeto Máscara + Renda: promovido pelo Instituto Vale, o projeto contribuiu para a prevenção à covid-19 e à economia de comunidades em vulnerabilidade social por meio da confecção de máscaras de proteção, feitas por costureiras locais, que foram destinadas a associações, instituições e grupos de moradores da própria comunidade, gratuitamente, através da destinação de R\$ 100 mil da Holding para o projeto.

Dessa forma, a participação da Eletrobras viabilizou a geração de renda para 18 costureiras e sua produção de máscaras de proteção contribuiu com a saúde e segurança de seus próprios colaboradores, uma vez que há convivência neste território.

As Empresas Eletrobras, por meio dos subcomitês de Patrocínio e de Edital Social, elaboraram 4 (quatro) editais que serão publicados em 2021: Edital Cultural, Eventos do Setor Elétrico, Edital de Patrocínio e o Edital Social. Este último considerou a inserção da temática ambiental em seu escopo, passando a ser denominado Edital Socioambiental, elegendo os ODS 10, 13 e 15 como prioritários e estabelecendo critérios que alinhem a redução das desigualdades sociais à conservação da biodiversidade.

Programa de Coleta Seletiva Solidária: a redução de materiais recicláveis produzidos na empresa ocasionou impacto direto na operação das cooperativas de catadores parceiras. Assim, visando a minimizar esses efeitos, integrantes da Comissão de Coleta Seletiva Solidária se mobilizaram para o fornecimento voluntário de cestas básicas para a Recooperar no período de abril a setembro. A partir de outubro, a Cooperecológica foi beneficiada com a doação de recursos para a compra de materiais de higiene e limpeza.



Foto: Integrantes da Abrapac recebendo as máscaras do projeto Máscara + Renda.

Fonte: Abrapac



Foto: Voluntária cuidando do jardim da instituição.

Fonte: Pequenas Vozes do Carmelo

Programa Eletrobras de Voluntariado: desde o início da pandemia, a preocupação dos voluntários com as comunidades atendidas pelas instituições parceiras foi evidente, principalmente com as comunidades do entorno da sede da empresa. O Programa Eletrobras de Voluntariado foi o mais utilizado como intermediário entre essas demandas sociais e os anseios dos colaboradores em contribuir, mesmo estando em isolamento social.

Foram dedicadas 127 horas de trabalho voluntário, incluindo as horas e planejamento e execução das ações, ratificando o comprometimento dos filantropos com causas sociais, mesmo em circunstâncias de isolamento social, alcançando um total de 762 pessoas.

Desde março de 2020 foram implementadas iniciativas de doações que variaram de materiais de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, roupas, calçados e materiais escolares destinados às crianças atendidas pelas instituições até recursos financeiros que viabilizaram a compra de cestas básicas. A estimativa é de que os valores das doações de materiais e os recursos financeiros somaram, até dezembro, R\$ 35 mil.

OUTRA DOAÇÕES:

- **Campanha de Natal:** destinou R\$ 3,1 mil para a compra de cestas básicas entregues às comunidades da Providência e da Coroa, localizadas no Centro do Rio de Janeiro, promovida pelo SOS Favelas.
- **Centro de Referência Especializada da Assistência Social:** arrecadação de itens de higiene, livros, cadernos, roupas, agendas e mensagens de Natal destinadas à população em situação de rua, totalizando R\$ 4,4 mil.
- **Pequenas Vozes do Carmelo, a Associação São Martinho e a Creche das Mães Trabalhadoras:** receberam doação de 230 kits lanche, totalizando R\$ 3,4 mil.

COMITÊ DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE:

Há 15 anos, a Eletrobras participa dos trabalhos do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemmev). Neste ano atípico, contribuiu na estruturação e apoio tecnológico necessário para realização de 08 *webinars*, abordando temas como "Igualdade Racial"; "Diversidade; Equidade de Gênero"; "Engajamento de Homens e Mulheres no Contexto Doméstico e do Trabalho em Tempos de *Home Office*"; "Gestão da Diversidade e Inclusão nas Organizações Públicas"; "Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes"; e o "Papel das Organizações Públicas para os Direitos Humanos".

Além disso, foi realizada a palestra "Equidade de Gênero, Vieses Inconscientes", em alusão aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres realizado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo e direcionada aos jovens aprendizes e estagiários.

WEBNÁRIO COGEMMEV
COMITÊ DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE DO MME E ENTIDADES VINCULADAS

TEMA 2 DE 7
Engajando homens e mulheres no contexto doméstico e do trabalho em tempos de Home Office

02 de Julho
Das 15:00 às 16:30

ISMAEL DOS ANJOS
(Coordenador de "O Silêncio dos homens")

NILTON SANTOS
(Eletrobras)
MEDIADOR

CINTIA CRUZ
(UNFA ONU)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Fonte: Página de contação de histórias das Empresas Eletrobras.

6.2.2 Gestão de Pessoas

A Eletrobras encerrou o ano de 2020 com 12.527 empregados efetivos (excluindo a parte brasileira de Itaipu), contra 13.089 empregados em 2019, o que representou uma redução de 4,29% do quadro efetivo. Desse total, 4.184 estavam nos segmentos administrativo e 8.343 no operacional. A redução deve-se, principalmente, aos desligamentos do Plano de Demissão Consensual (PDC) 2019.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), previa um quadro de referência de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, tendo em vista a pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram a meta dos desligamentos para o primeiro trimestre de 2021.



Nº de Empregados Efetivos nas Empresas Eletrobras em 2020

Tabela 30

Empresa	Região											Total ⁽²⁾
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Expatriado ⁽¹⁾	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Masc.	
Eletrobras	0	0	0	0	2	12	234	441	0	0	1	690
Cepel	0	0	0	0	0	0	66	208	0	0	0	274
CGT Eletrosul	0	0	0	0	2	30	0	0	203	1104	0	1339
Chesf	0	0	580	2582	0	0	0	0	0	0	0	3162
Eletronorte	114	908	23	231	256	640	2	27	0	0	0	2201
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	319	1341	0	0	0	1660
Eletropar	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Furnas	0	6	0	0	42	305	467	1917	4	86	0	2827
Amazonas GT	51	320	0	0	0	0	0	0	0	0	0	371
Total Eletrobras sem Itaipu	165	1236	603	2813	302	988	1091	3934	207	1190	1	12527
Total Feminino												2.367
Total Masculino												10.160
Itaipu (margem brasileira)	0	0	0	0	0	0	0	0	246	1.030	0	1276

(1) A partir de 2019 optou-se por fazer a separação de empregado da Holding que fica lotado no escritório internacional em Montevideo, Uruguai.

(2) Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora do Sistema Eletrobras e os que estão em licença sem vencimentos e aposentados por invalidez. Dados de Itaipu são separados por não ser empresa consolidada no Sistema Eletrobras.

Admissões – Em 2020, foram efetuadas 41 admissões nas Empresas Eletrobras e 34 admissões por Itaipu, totalizando 75 admissões.

Mão-de-Obra Contratada – Não houve contratação de mão-de-obra em 2020, assim como 2019. Refere-se a profissionais contratados mas que não prestaram concurso público e não se confundem com terceirizados, que prestam serviços especializados ligados à atividade meio.

Rotatividade nas Empresas Eletrobras – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras aumentou 0,20 p.p. A variação no indicador se deve aos aumentos de admissões e demissões em relação ao ano anterior.



Rotatividade nas Empresas Eletrobras

Tabela 31

Índice de Rotatividade	2020	2019	2018
Total Empresas Eletrobras	0,53%	0,33%	1,01%
Itaipu	3,73%	3,73%	3,79%

PLANO DE DEMISSÃO CONSENSUAL (PDC)

Em 2020, não houve lançamento de Planos de Demissão Consensual (PDC), mas houve a demissão de 115 empregados inscritos no Plano de Demissão Consensual de 2019, cujos desligamentos foram postergados e efetivados em 2020. Os 115 desligamentos representam 8,4% dos 1.367 inscritos no plano PDC 2, divulgado no Relatório da Administração de 2019. O valor de indenizações desses 115 empregados foi estimado em R\$ 43,9 milhões, gastos com planos de saúde estimados em R\$ 2,1 milhões e economia anual estimada em R\$ 52,8 milhões. Os valores estimados já estavam contemplados nas informações sobre PDC divulgadas em 2019.

PERFIL DOS COLABORADORES

O quadro de empregados das Empresas Eletrobras é composto por 19% de mulheres e 81% de homens. Nas funções gratificadas, 23% são ocupadas por mulheres e 77% por homens. Mais da metade — 6.764 empregados —, tem nível superior, sendo que destes há 1.368 pós-graduados, 546 com Mestrado e 98 com Doutorado.



Perfil dos Empregados da Eletrobras em 2020

Tabela 32

	Superior			Médio			Fundamental			Total Geral
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	
Raça										
Branca	3323	1149	4472	2520	395	2915	138	6	144	7531
Parda	1272	374	1646	1669	187	1856	182	10	192	3694
Negra	226	68	294	327	34	361	25		25	680
Amarela	54	16	70	47	5	52	3		3	125
Indígena	13	6	19	25	1	26	3	1	4	49
Não Informado	187	74	261	133	42	175	12		12	448
Total Geral	5.075	1.687	6.764	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527

	Superior			Médio			Fundamental			Total Geral
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	
Tempo de serviço										
0 a 5 anos	260	105	366	222	81	303	19		19	687
6 a 10 anos	926	354	1280	866	128	994	10	2	13	2286
11 a 15 anos	1698	651	2349	1301	162	1463	22	1	23	3835
16 a 20 anos	931	293	1224	786	95	881	34		34	2139
21 a 25 anos	270	33	303	383	9	392	17		17	712
26 a 30 anos	29	2	31	51	1	52	5		5	88
31 a 34 anos	633	169	802	687	135	822	170	10	180	1804
Acima de 35 anos	328	80	409	425	53	478	86	4	90	976
Total Geral	5.077	1.687	6.764	4.721	664	5.385	363	17	380	12.527
Nível Hierárquico										
Assessoria	70	38	108	1	2	3				111
Superintendência	115	33	148	2	1	3				151
Departamento	309	122	431	16	1	17				448
Divisão	211	33	244	27		27				271
Supervisão	62	12	74	28	3	31				105
Sem função	4310	1449	5759	4647	657	5304	364	17	381	11441
Total Geral	5.075	1.687	6.762	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527
Nível Educacional										
Fundamental							363	17	380	380
Médio				4721	664	5385				5385
Graduação	3617	1133	4750							4750
Pós	974	394	1368							1368
Mestrado	411	135	546							546
Doutorado	73	25	98							98
Total Geral	5.077	1.687	6.764	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527
Portador de Deficiência										
Sim	133	40	173	105	17	122	7		7	302
Não	4942	1647	6589	4616	647	5263	356	17	373	12225
Total Geral	5.075	1.687	6.762	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527

INCLUSÃO

As Empresas Eletrobras contam, em seus quadros de pessoal, com pessoas com deficiências, de acordo com as exigências legais e por meio dos seus concursos públicos. As empresas realizam ações em prol da acessibilidade nas suas dependências, mantendo as instalações adequadas para tornar os ambientes de trabalho cada vez mais acessíveis, proporcionando autonomia, equidade, respeito e melhoria na qualidade

de vida por meio de iniciativas de saúde que promovam o bem-estar desses empregados. Essas medidas contam, inclusive, com apoio de comitês especializados nas empresas.

Em 2020, havia 302 empregados com deficiência, contra 305 empregados em 2019, sendo explicada a redução pelo PDC. Estes empregados estão assim distribuídos: 08 da Holding; 02 no Cepel; 155 na Chesf; 85 na Eletronorte; 06 na Eletronuclear; 24 na CGT Eletrosul e 22 em Furnas.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O Plano de Educação Corporativa (PEC) da Universidade Corporativa (Unise) contempla o mapeamento das ações educacionais em diversas temáticas. O documento foi elaborado a partir de levantamentos realizados pelas equipes de educação corporativa nas Empresas Eletrobras, com base em metodologias específicas, calcadas na interação com gestores líderes e especialistas internos, além da análise da capacitação nas competências críticas, gerenciais e gerais necessárias para o enfrentamento dos desafios previstos no Plano Estratégico 2020-2035, no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) vigente e nos planos de negócios das empresas.

Em 2020, as ações educacionais das Empresas Eletrobras receberam um investimento total de R\$ 12,3 milhões, representando queda de 48,28% em comparação aos R\$ 23,9 milhões de 2019, com destaque para oferta de ações educacionais à distância, principalmente por conta da pandemia e por utilizar recursos internos e empregados educadores em muitas das ações oferecidas.

As Empresas Eletrobras aprovaram, em 2020, a Política de Educação Corporativa e o Regulamento de Educação Corporativa, com o objetivo de orientar as ações de educação e fortalecer uma cultura baseada na sinergia e integração de processos e no desenvolvimento contínuo das pessoas, contribuindo para o alcance dos resultados empresariais.



Sistema Educacional Eletrobras em 2020 (Unise + Unidades de Educação)

Tabela 33

Ações	Investimento (R\$)	Qtde de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós - Graduação Stricto Sensu	R\$ 422.323,44	27	36	37	10.252
Pós - Graduação Lato Sensu	R\$ 2.271.518,86	102	240	243	52.687
Demais Ações Educacionais	R\$ 7.018.692,09	2.296	11.896	37.010	580.279
Congressos e Seminários	R\$ 1.348.773,31	192	852	1.102	36.386
Cursos de Idiomas	R\$ 823.662,80	536	652	1.447	24.132
Viagens e Deslocamentos	R\$ 474.906,10	4	0	0	0
Total	R\$ 12.359.876,60	3.153	13.676	39.839	703.336
Horas Treinadas por participação					17,66
Investimento por participante					R\$ 903,76

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A política de remuneração, adotada pela Eletrobras, segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras), o PCR é aprovado pelas entidades sindicais, por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério

de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia.

Em 2020, as Empresas Eletrobras contrataram uma consultoria especializada para auxiliar no aperfeiçoamento do PCR, consolidação do Plano de Funções e criação do Catálogo de Funções Gerenciais, concatenado com a modelagem da nova estrutura organizacional. No mês de dezembro, foi encaminhada à Sest a proposta metodológica de atualização do PCR e Plano de Funções. A expectativa é de que a versão final e a implantação sejam disponibilizadas ao longo de 2021.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) —metodologia unificada para avaliação de desempenho das Empresas Eletrobras — identifica e monitora o nível de desenvolvimento dos empregados em relação às habilidades, conhecimentos e atitudes exigidas para o nível de complexidade do cargo ou da função que ocupam. É um dos modelos de gestão que facilita o desdobramento de ações que possam auxiliar no alcance das metas empresariais pactuadas.

Todos os colaboradores e gerentes são submetidos às avaliações de competência, contribuindo para que os resultados reflitam as entregas individuais. Com isso, é possível mensurar a diversidade de desempenho da força de trabalho da Companhia.

Em 2020, foram realizadas diversas ações relacionadas ao aperfeiçoamento do SGD no sistema SAP instância única, além da avaliação de todas as competências organizacionais, gerais e por eixo de atuação no âmbito do Plano de Carreira e Remuneração (PCR), com reflexos no Sistema de Gestão de Desempenho. Além das competências por cargo e função, estão previstas competências para cada um dos eixos de atuação da Eletrobras.

Para 2021, a expectativa é finalizar a nova metodologia do SGD, em sincronia com as demais peças de carreira, trazendo para o contexto novas abordagens de mensuração do desempenho do trabalho remoto, recompensas não financeiras e novas formas de engajar equipes e indivíduos.

TRABALHO REMOTO E OUTRAS PRÁTICAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS

As áreas de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras somaram esforços, durante o ano de 2020, no sentido de aprovar a normatização do trabalho remoto, a qual ainda não foi aprovada em todas as empresas e envolve a interface e encadeamento de temas concernentes à Gestão de Pessoas —carreira, desenvolvimento, saúde, segurança, qualidade de vida, programa de estágio e jovens aprendizes—; Tecnologia da Informação — ambiente e ferramentas de TI—; Segurança da Informação; e Serviços Compartilhados.

A norma permitirá que, mesmo após a pandemia da covid-19, as Empresas Eletrobras possam incorporar esta sistemática nas suas práticas laborais.

No ano de 2021, no âmbito do projeto de transformação cultural e do projeto de atualização do Sistema de Gestão de Desempenho, serão discutidos novos mecanismos para engajar e recompensar os empregados, a partir de análise das diversas práticas e projetos pilotos dentro do próprio grupo e exame de melhores práticas no mercado.

PLANEJAMENTO DE SUCESSÃO

O Processo de Seleção e Nomeação Gerencial, criado em 2018, atualizado em 2019 e aprovado em 2020 na Diretoria Executiva e Conselho de Administração, consolidou uma padronização no procedimento para

indicação de potenciais gestores. A avaliação — *assessment* — é realizada por equipe interna, das áreas de Gestão de Pessoas e Diretorias Executivas; e externa, por meio de consultoria independente, estabelecendo a meritocracia como fator crucial para o resultado.

Desde 2017, foram realizados mais de 1.750 *assessments* nas Empresas Eletrobras, sendo mais de 590 em 2020.

Esta política constitui um passo relevante na direção da cultura de excelência e ampliação dos horizontes da carreira profissional dos empregados das Empresas Eletrobras. Ao longo de 2020, foram realizados na Holding e em Furnas, por exemplo, cerca de 18 processos sucessórios de gestores com mais de 170 empregados participantes do processo.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2020, a Eletrobras atuou na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que administra.

No plano de assistência à saúde, com o apoio de consultoria técnica atuarial e jurídica, foram ajustados itens relativos ao percentual de custeio patrocinadora/participantes; alteração de regras para inclusão de dependentes; padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros, para a adequação às determinações contidas na Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).



Beneficiários do Plano de Previdência das Empresas Eletrobras em 2020

Tabela 34

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Plano de Previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	Plano de Previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	Plano de Saúde de autogestão
Beneficiários ativos (em unidades)				
Eletrobras	65	593	525	2529
Eletronuclear	1432	0	1524	5967
Eletronorte	32	2139	2795	9127
Furnas	404	2366	2212	12128
CGT Eletrosul	465	883	1563	4611
Cepel	40	212	367	997
Chesf	10	3204	1622	10474
Amazonas GT	6	352	379	1425
Itaipu	1265	0	1352	8412

SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Face à pandemia causada pelo novo coronavírus, declarada pela OMS em março de 2020, as áreas de saúde da Eletrobras implantaram inúmeras medidas de enfrentamento à covid-19. Foram elaborados protocolos visando à prevenção da doença entre eles a realização de testagem para todos os colaboradores da Companhia e a implantação de ferramenta de *check-in* diário, *on-line*, para fins de monitoramento da saúde dos empregados, tanto em trabalho remoto quanto em regime presencial. Além disto, a Companhia realiza o acompanhamento direto junto aos colaboradores em trabalho presencial,

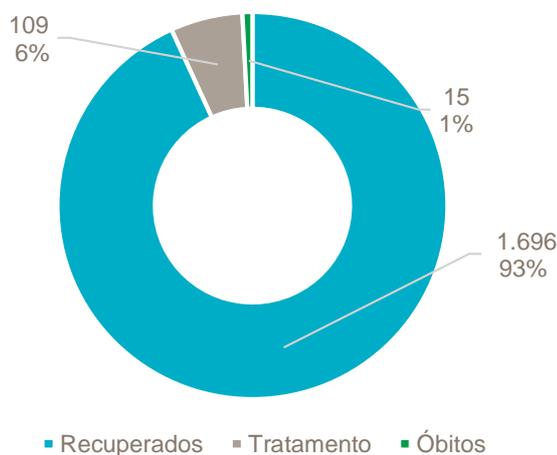
sendo, em sua maioria, colaboradores das áreas de operação, manutenção e engenharia, incluindo a avaliação dos riscos relacionados à referida doença, além dos protocolos de viagens essenciais durante a pandemia, de utilização de transportes corporativos e de contatos dos colaboradores com covid-19 no ambiente de trabalho, para evitar possíveis aumentos de caso de contaminação nas empresas.

Foram adquiridos equipamentos de barreira de proteção, como máscaras respiratória e álcool em gel, além de equipamentos de proteção individual e coletiva para os colaboradores com foco na prevenção à covid-19. As instalações das empresas passaram a contar também com equipamentos de aferição de temperatura no controle de acesso; *dispensers* para álcool em gel; tapetes sanitizantes; e sinalizações delimitando o distanciamento seguro em elevadores, salas e corredores de acesso, além de realização regular de sanitização em suas dependências. Até 29/12/20, foram aplicados 76.820 testes para detecção da covid-19 em empregados e terceirizados do Sistema Eletrobras.



COVID-19 nas Empresas Eletrobras Consolidado

Gráfico 10



Até o fim de 2020, dos 109 empregados em tratamento para covid-19, 6 se encontravam em UTI, 3 em enfermaria e 100 em domicílio.

Para fins de apoio aos seus colaboradores durante a pandemia, as Empresas Eletrobras criaram a Rede de Apoio Psicossocial, disponibilizando atendimentos *on-line* de psicólogos e assistentes sociais das próprias empresas.

Dentre outras medidas tomadas pela Eletrobras na prevenção à pandemia destacamos:

- Recomendação de restrição das viagens.
- Criação de uma seção na intranet dedicada ao tema Coronavírus, com informações, orientações e medidas de prevenção.
- Reforço da higienização e da limpeza das instalações e transporte.
- Restrições para ambientes compartilhados, reuniões e eventos.
- Cobertura dos exames de detecção.
- Trabalho remoto para todos os empregados que puderem realizar suas atividades fora das instalações da empresa e ferramenta digital de *check-in* de saúde diário.
- Formulário Eletrônico sobre aspectos sociais relacionados a covid-19.

Em 2020, foi lançado o Programa Energia e Saúde, por meio do qual as áreas de Saúde e Bem-Estar no Trabalho realizaram campanhas, palestras e atividades, em sua maioria *on-line*, voltadas para a promoção de saúde e da qualidade de vida dos colaboradores, abordando, em especial, temas voltados para a prevenção da covid-19 e para o bem-estar físico, mental e social, no contexto do distanciamento social requerido para o enfrentamento à pandemia.

Dentre os programas e campanhas que compõem o Energia e Saúde, destacam-se aqueles voltados para as atividades físicas, como corrida e caminhada e, ainda, gerenciamento do estresse; motivação; relacionamento interpessoal; atividades infantis para filhos de colaboradores; *lives* com *shows*, além dos corais corporativos. E mais, campanha de vacinação contra a gripe; iniciativas de alimentação saudável; saúde mental; aleitamento materno; preparação para aposentadoria; Semana de Saúde e Qualidade de Vida; doação voluntária de sangue e ações do Setembro Amarelo (prevenção ao Suicídio); Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama); e Novembro Azul (prevenção ao câncer de próstata). Todas as atividades devidamente adaptadas ao contexto do trabalho remoto e de acordo com as diretrizes de distanciamento social estabelecidas, tendo predominado a plataforma digital como o meio de realização das ações citadas, permitindo, inclusive, uma maior abrangência e melhor interação e participação dos colaboradores das Empresas Eletrobras.

SEGURANÇA DO TRABALHO

No que se refere à Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, além dos protocolos de prevenção ao coronavírus no ambiente corporativo, destaca-se um novo marco neste segmento com o início do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho das Empresas Eletrobras, em setembro de 2020, visando a implantação de um sistema de gestão integrada de saúde e segurança do trabalho em todas as empresas, em conformidade com os padrões preconizados pela ISO 45001.

Destaques em 2020:

- Atendimento às normas regulamentadoras dos órgãos ministeriais e ao tratamento das atividades de fiscalização em áreas de risco elétrico e respectiva periculosidade caracterizada nestes locais, com o acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de inspeções físicas de obras, empreendimentos e/ou serviços de projetos.
- Continuidade e melhoria dos processos de certificação de operadores, de acordo com as diretrizes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Treinamentos legais, como aqueles para trabalho em altura (NR-35); para espaços confinados, (NR-33); para segurança com combustíveis e inflamáveis (NR-20); uso de EPI (NR-06); segurança em instalações e serviços em Eletricidade (NR-10); e Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (NR-18).

RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS

As negociações de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), no âmbito das Empresas Eletrobras, são efetuadas de forma nacional e contam com a participação de diversas Federações e Sindicatos tais como:

- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU),
- Federação Nacional dos Engenheiros (FNE),
- Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge),

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema),
- Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro (Sinserj),
- Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec),
- Federação Brasileira dos Administradores (Febrad),
- Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (Frune),
- Federação Regional dos Trabalhadores Urbanitários nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e no Distrito Federal (Furcen),
- Federação Nacional das Secretárias e Secretários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários de Furnas e DME (Sindefurnas),
- Sindicato dos Eletricitários do Norte e Noroeste Fluminense (Stieennf),
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Parati e Angra dos Reis (Stiepar),
- Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro (Sinaerj) e
- Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais (Sinape).

Tendo em vista que a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022 foi finalizada apenas em janeiro de 2021, houve prorrogação da validade do ACT 2019/2020, inicialmente vigente de maio de 2019 a abril de 2020, até a citada data. Nesse sentido, com relação ao exercício de 2020, não houve reajustes de salários e benefícios.

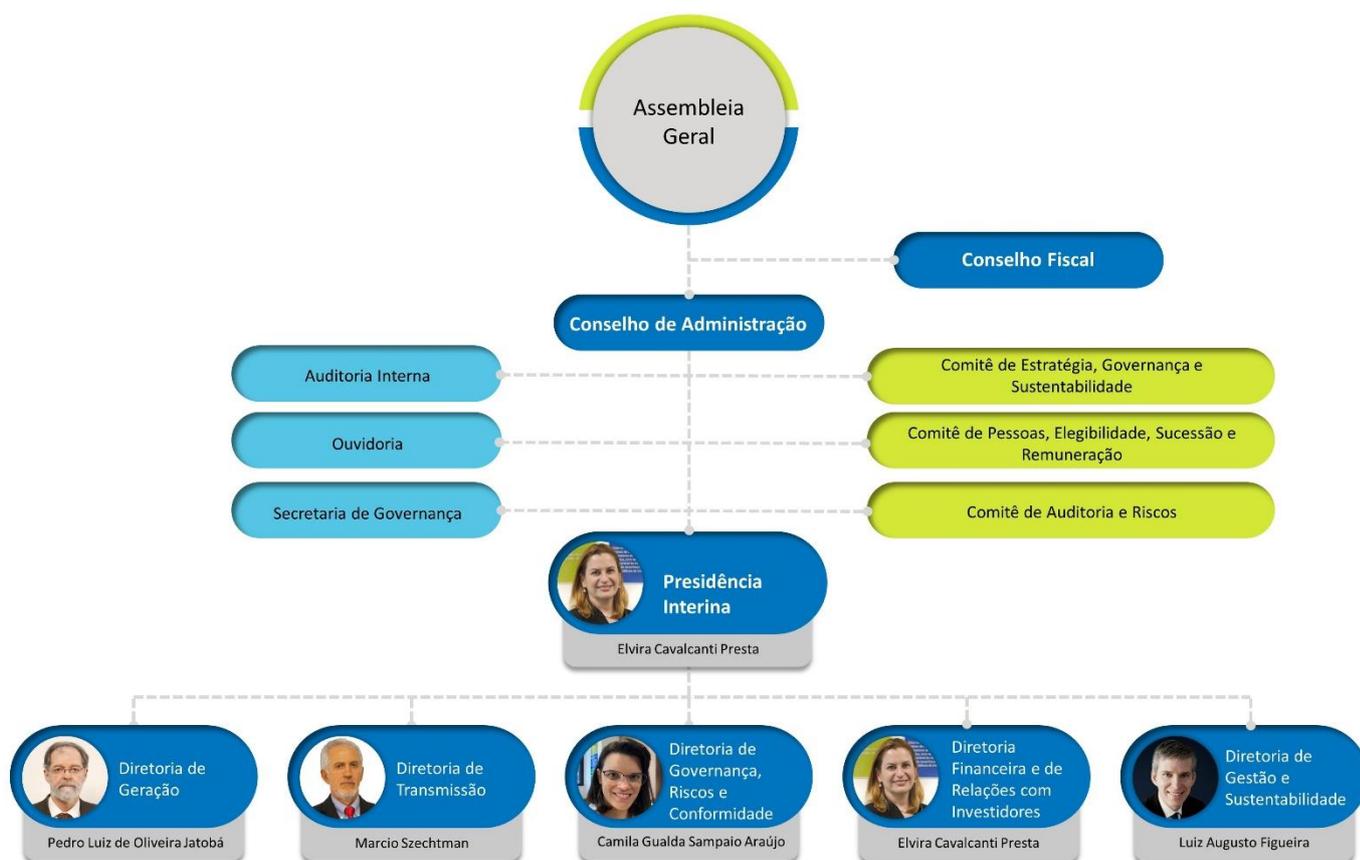
Convém lembrar que o ACT 2019/2020 havia estabelecido quadro de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, em função da pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram os desligamentos para alcance dos quadros de referência para o primeiro trimestre de 2021.

Sobre o ACT 2020/2022, que será válido até abril de 2022, ficou acordada a reposição salarial de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período compreendido entre maio de 2019 e abril de 2021, com aplicação dos reajustes com data de vigência de dezembro de 2020 e outubro de 2021.

6.3 Gestão da Governança (Governance)

6.3.1 Governança Corporativa

Figura 6



As práticas de governança corporativa das Empresas Eletrobras são norteadas pela ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.

O Conselho de Administração (CA) da Eletrobras é composto por 11 membros, sendo 1(um) representante dos empregados e 1(uma) posição, atualmente em aberto. O CA atende aos requisitos exigidos pelas leis 6.404/1976; 13.303/2016; 12.353/2010; Decreto 8.945/2016; Estatuto Social da Companhia; Política de Indicações das Empresas Eletrobras e todos os critérios legais e aplicáveis pelos órgãos reguladores. Em 2020, o CA se reuniu 27 vezes e os principais assuntos discutidos foram:

1. Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para homologação de aumento do capital social da Companhia.
2. Revisão e/ou aprovação de normativos importantes como Política de Segurança de Barragens; Regulamentos de Alçadas e de Indicações; Política de Seleção e Nomeação Gerencial; Política de

Celebração de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras; Código de Conduta Ética e de Integridade; Política de *Hedge* Financeiro e Política de Porta-vozes.

3. Aprovação de matérias de *standstill* a fim de preservar o caixa da Holding e das controladas no período da pandemia.
4. Alienações de participações acionárias em SPEs.
5. Análise dos resultados do PDNG 2019-2023 e aprovação do PDNG 2020-2024.
6. Aprovação do protocolo das Empresas Eletrobras para doações no âmbito da pandemia do coronavírus.
7. Concessão de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC) para retomada do projeto de Angra-3.
8. Aprovação do Plano Estratégico 2020-2035.
9. Identificação e priorização dos riscos para o ciclo 2020-2021.
10. Aprovação de mapa de riscos e fixação de balizas para definição do perfil de riscos da Eletrobras, incluindo-se tolerâncias e limites.
11. Aprovação do PDNG 2021-2025.
12. Aprovação de operações relevantes de captação de recursos por meio de controladas.

REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Em janeiro de 2021 o Estatuto Social da Eletrobras passou por uma reforma trazendo importantes alterações, cujo objetivo foi atender à reformulação do estatuto-modelo para empresas federais, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), além de outras alterações. O novo estatuto-modelo da Sest objetiva a convergência para as diretrizes recomendadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relativas à governança corporativa de empresas estatais.

Entre as principais inovações, destacam-se o tratamento adequado às hipóteses configuradas de conflitos de interesses dos administradores; maior transparência na execução do interesse público; e aprimoramento do processo de seleção de administradores, em especial por meio da criação de um plano de sucessão pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade e Sucessão, o qual auxiliará o Conselho de Administração no acompanhamento dos planos sucessórios dos administradores. Ou seja, o novo Estatuto Social, passou a prever nova atribuição ao CA da Eletrobras para aprovar e manter atualizado o plano de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração.

O novo estatuto também empodera o Conselho de Administração para, dentre outras medidas, avaliar a adequada correlação entre o direcionamento conferido às atividades da estatal e o seu objeto social, configurados no planejamento estratégico. Reforça, ainda, o sistema de conformidade e gerenciamento de risco, por meio da ampliação das competências do Comitê de Elegibilidade, como forma de melhor assessorar o Conselho de Administração, trazendo mais transparência e tratamento mais claro para a relação entre a União e a Companhia, principalmente no que diz respeito a políticas públicas.

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS

Em 2020, foram realizadas uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) e quatro Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE). A 176ª AGE da Eletrobras, tratou da transferência da totalidade de ações da Amazonas GT para a Eletronorte; a 177ª AGE abordou a homologação de aumento de capital e reforma do Estatuto Social; a 178ª AGE foi conjunta à 60ª AGO e tratou de reforma do Estatuto Social e a 179ª AGE, analisou a alienação da participação em SPes. Nas quatro assembleias extraordinárias, a Companhia, disponibilizou aos seus acionistas a possibilidade de votar através do boletim de voto à distância, o que propiciou quóruns relevantes, de 86,22%; 85,22%; 83,21%; e 82,07%, respectivamente.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO



Membros do Conselho de Administração

Tabela 35

Conselheiro	Mandato (início e fim)	Participação nas reuniões %	Observações
Wilson Ferreira Jr.	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Mauro Gentile Rodrigues Cunha	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Ruy Flaks Schneider	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	29.04.2019 até 29.04.2021	88,88%	Eleito pela União
Ricardo Brandão Silva	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Marcelo de Siqueira Freitas	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Daniel Alves Ferreira	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito por acionistas minoritários Ordinaristas / Membro independente
Felipe Villela Dias	29/04/2019 até 29/04/2021	88,88%	Eleito por acionistas minoritários preferencialistas / membro independente
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito pelos Empregados da Holding
Lucia Maria Martins Casasanta	29/07/2020 até 29/04/2021	100%	Eleita pela União

Obs: Sr. Vicente Falconi Campos renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração em 17/07/2020 e Sra. Lucia Maria Martins Casasanta tomou posse no dia 30/07/2020, completando o prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, iniciado em 29/04/2019 e a encerrar-se em 29/04/2021. Sr. José Guimarães Monforte renunciou em 18/12/2020. A Presidência do CA, por ele exercida até essa data, passou a ser ocupada pelo já então Conselheiro Sr. Ruy Flaks Schneider. O cargo que era de José Guimarães Monforte no Conselho de Administração encontra-se, por ora vago.

Desde 2018, o CA é assessorado por três comitês: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e Comitê de Auditoria e Riscos, atualmente todos previstos no Estatuto Social. A participação ativa dos membros do CA nos comitês proporcionou maior segurança e confiabilidade na tomada de decisões. Isto porque a cada reunião ordinária do CA, há uma sessão dedicada à apresentação das atividades de cada comitê pelos respectivos representantes.

- **Comitê de Auditoria e Riscos (CAE):** assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da Auditoria Interna, Contabilidade e da Auditoria Independente; supervisão e riscos a serem assumidos pela Companhia; controles internos; gestão de riscos e gestão

financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões do Conselho de Administração da Holding. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CAE foram: análise e acompanhamento dos controles internos; do sistema de gestão de riscos; dos relatórios da ouvidoria; da auditoria interna e da contabilidade. Inclui-se nestes temas, a fidedignidade e completude das demonstrações financeiras e notas explicativas; análise de operações financeiras e monitoramento de investimentos Capex; acompanhamento do passivo de empréstimo compulsório, dentre outras atribuições fixadas pela Lei 13.303 e pela CVM.



Membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

Tabela 36

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha (Coordenador)	18/05/2018 até 18/05/2020	18/05/2020 até 18/05/2022	100%
Luiz Carlos Nannini	11/05/2020 até 11/05/2022	N/A	70,45%
Luís Henrique Bassi Almeida	22/02/2019 até 22/02/2021	22/02/2021 a 22/02/2023	100%
Felipe Villela Dias	28/05/2019 até 28/05/2021	N/A	93,65%
Daniel Alves Ferreira	01/06/2019 até 01/06/2021	N/A	90,47%

Obs: Luiz Carlos Nannini ficou afastado por motivo de saúde

- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:** assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados foram: orientação para o programa de Remuneração Variável Anual (RVA) e sobre indicadores e metas atrelados à gestão de pessoas; proposta de Participação nos Resultados; e acompanhamento da evolução das práticas de indicação de administradores nas empresas subsidiárias, bem como monitoramento individual das indicações para administradores, tanto na Eletrobras quanto em suas controladas. Este comitê também é responsável também pela elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de gestão de pessoas, apoio ao CA, no processo de avaliação de desempenho dos órgãos de administração da Eletrobras, inclusive mediante análise de metodologia, avaliando as medidas de evolução do sistema de remuneração e monitorando os desligamentos pelo PDV e celebração de ACTs.



Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração ⁽¹⁾

Tabela 37

Membros	1º Mandato	Percentual de Presença
Marcelo de Siqueira Freitas - (Coordenador)	15/05/2019 à 29/04/2021	100%
Ruy Flaks Schneider	15.05.2019 à 29.04.2021	94,73%
Lucia Maria Martins Casasanta	29.07.2020 até 29.04.2021	100%

(1) Nomenclatura alterada na AGE 180ª realizada em 28/01/2021.

- Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS):** assessoramento na análise e emissão de recomendações para as estratégias a serem adotadas pela Companhia, em seus negócios; na política de sustentabilidade e nas práticas de governança, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CEGS foram: participação do Processo de Planejamento Estratégico; acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de indicadores, metas e iniciativas estratégicas; acompanhamento de iniciativas para aprimoramento da governança corporativa e

sustentabilidade da companhia, incluindo estratégia para participação nos índices: *Dow Jones Sustainability Index*, Índice de Sustentabilidade Empresarial, IG-SEST – certificação das empresas estatais federais; orientação na elaboração do formulário Pratique ou Explique da CVM; monitoramento dos principais investimentos em obras/projetos em andamento; apoio às diretrizes estratégicas e de governança; acompanhamento da formação da carteira de projetos; acompanhamento de projetos estratégicos; e monitoramento da estratégia de comercialização de energia.



Membros do Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade

Tabela 38

Membros	1º. Mandato	2º. Mandato	3º. Mandato	Percentual de Presença
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	73,33%
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Ricardo Brandão Silva	29/04/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Lucia Maria Martins Casasanta (Coordenadora)	29/07/2020 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletrobras (CF) é composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral com prazo de atuação de 2 anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Em 2020, o Conselho Fiscal realizou 14 reuniões, entre ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno.



Membros do Conselho Fiscal

Tabela 39

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Patricia Valente Stierli	59ª AGO a AGO 2021	100
Giuliano Barbato Wolf	59ª AGO a AGO 2021	100
Thaís Marcia Fernandes Matano Lacerda	59ª AGO a AGO 2021	100
Eduardo Coutinho Guerra	60ª AGO a AGO 2021	100
Hailton Madureira de Almeida	60ª AGO a AGO 2021	100

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) é formada por um presidente e de até 05(cinco) diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, como previsto na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016). A DEE realizou 69 reuniões em 2020.



Membros da Diretoria Executiva 2020

Tabela 40

Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Mandato atual	Participação nas reuniões %
Presidência	Wilson Pinto Ferreira Junior (1)	27/07/2019 a 26/07/2021	91,30%
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade	Camila Gualda Sampaio Araújo (2)	13/07/2020 a 26/07/2021	100%
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores	Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	27/07/2019 a 26/07/2021	97,10%
Diretoria de Geração	Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55%
Diretoria de Gestão e Sustentabilidade	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	27/07/2019 a 26/07/2021	95,65%
Diretoria de Transmissão	Marcio Szechtman	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55

(1) No dia 24 de janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior renunciou ao cargo de presidente da Companhia, e permaneceu no cargo até dia 15 de março de 2021. Elvira Cavalcanti Presta, foi designada pelo Conselho de Administração da companhia para exercer interina e cumulativamente, a partir 16 de março de 2021, o cargo de presidente até que o processo de sucessão de Wilson Ferreira Junior seja concluído, com a eleição e a posse efetiva do novo presidente.

(2) Até o dia 10/07/2020 o cargo era ocupado por Lucia Maria Martins Casasanta.

Devido à pandemia da covid-19 em 2020, a Diretoria Executiva da Eletrobras criou, no dia 17/03/2020, o Comitê de Crise, que se reunia diariamente, por meio de reuniões virtuais, e contou com a participação de todos os presidentes e/ou outros representantes de todas as Empresas Eletrobras para avaliação da pandemia e seus impactos no mundo e na Companhia, em especial sobre as operações, situação de saúde e protocolos de proteção aos empregados. As reuniões também deliberavam sobre ações a serem implementadas para combater a covid-19 e a avaliação de seus resultados, além de prover um meio oficial de compartilhamento destas ações com o Governo Federal. A Eletrobras contratou um infectologista, como consultor, para apoio no tema relacionado à covid-19. Atualmente, o Comitê de Crise se reúne duas vezes por semana.

DESEMPENHO, AVALIAÇÃO E TREINAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, posteriormente incluindo também o Conselho Fiscal. A metodologia se tornou única para todas as Empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e informados, em reunião, aos participantes. Desde 2018, esta avaliação é realizada de maneira independente por uma consultoria externa em todas as Empresas Eletrobras e incluiu também os Comitês do Conselho de Administração da Holding, os diretores e conselheiros do Cepel e das SPEs nas quais a Eletrobras ou suas controladas possuem participação majoritária. Também em 2018 foi efetuada a análise e aperfeiçoamento da metodologia da Eletrobras com base em experiência de mercado da consultoria contratada, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança. Os procedimentos de aferição se mantiveram para 2020, incluindo entrevista estruturada, autoavaliação e análises personalizadas para os presidentes dos Conselhos de Administração e diretores-presidentes. Os critérios deste estudo contemplam três pilares: competências, resultados e atribuições do órgão.

A Eletrobras lançou, em 2017, o Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras que, anualmente, envolve várias ações educacionais para atender a estes públicos na Holding, nas empresas controladas, coligadas e nas SPEs, de forma consistente e continuada. Em virtude da pandemia covid-19, todas as ações educacionais foram realizadas remotamente, transmitidas por meio de plataformas de videoconferência.

No que se refere às ações educacionais, em 2020, foram realizados treinamentos para o Conselho de Administração sobre os seguintes tópicos:

- **Tendências de Inovação no Setor Elétrico – a demanda do novo consumidor:** uma visão de futuro do *business* da energia elétrica (*Market Transformation – Beyond Electricity*) e a evolução da matriz de geração e do contexto tecnológico do setor elétrico e atualização das discussões em torno da separação entre lastro e energia.
- **Alavancas Digitais para Comercialização de Energia:** plano de reestruturação do segmento de comercialização nas Empresas Eletrobras, incluindo-se o Projeto FMB (automação, automatização, *big data analytics*, ferramentas de *business intelligence* para produção de insights).
- **Transformação Digital no Setor Elétrico:** palestra da Gartner
- **Cyber Security (Riscos Cibernéticos) e Proteção de Dados YBER:** palestras da Deloitte sobre *cyber security*, e da Vanda Scartezini sobre LGPD.
- **Mudanças Climáticas e seus Efeitos para o Setor Elétrico:** palestra externa sobre riscos e oportunidades das mudanças climáticas.
- **Novas Tendências de Governança Corporativa nas Organizações:** palestra do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) sobre aprimoramento de governança, integridade de mercado de capitais e palestra da PwC sobre SOx (controles internos e gestão de riscos).
- **Cultura Organizacional – “O Fator Humano”:** palestras da Thutor sobre Cultura e Estratégia com as pessoas e de Angela Donaggio sobre uma nova abordagem da governança corporativa com base na ética comportamental.

Para 2021, o CA priorizou, para seus treinamentos, temas relacionados às tendências de inovação no setor elétrico, rumo a uma economia mais inclusiva de zero carbono; riscos e oportunidades com a regulação do setor elétrico; responsabilidades do conselho com as mudanças climáticas; pirataria cibernética no setor elétrico; uso de big data para gerar valor para os acionistas; revolução do modelo de trabalho tradicional; nova regulação para reporte de temas ASG; tendências de governança corporativa, ética e integridade; fator humano como chave para vantagem competitiva; e retomada da economia num mundo pós-covid.

SELEÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2016, a Eletrobras vem aprimorando a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei 6.404/76, Lei 13.303/16, Decreto 8.945/16, pelo Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis.

Neste sentido, os candidatos são alvo de uma rigorosa análise de integridade e de *background check*, a fim de que seja verificada eventual situação fático-jurídica de vedação ao cargo pretendido, bem como se o candidato preenche todos os requisitos mínimos à investidura ao cargo, incluindo-se experiência e qualificação profissionais. Adicionalmente, diversos bancos de dados são consultados a fim de subsidiar a análise de integridade, incluindo-se consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto 6.029/2007, consulta aos sites da CVM, TCU, TSE e TCE e consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das Empresas Eletrobras. Finda a análise de integridade e instruído o material de suporte correlato, o candidato então passa pelo crivo de análise de elegibilidade do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Eletrobras, o qual emite opinião sobre o preenchimento ou não dos requisitos legais de investidura, em atendimento ao Decreto

8.945/16. Tal manifestação do Comitê é então direcionada ao órgão competente para apoiar no processo de decisão referente à eleição do cargo em questão.

Destaca-se que a eleição de diretor vinculado às áreas de Integridade e Gestão de Riscos deverá ser precedida ainda de um processo seletivo apoiado por consultoria externa especializada na seleção de executivos, sem prejuízo da participação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. No caso das demais posições da Diretoria, é facultado ao Conselho de Administração se valer ou não do apoio da consultoria externa. Em 2020, a Eletrobras contou com o apoio da consultoria Korn Ferry na seleção da sucessora da diretora Lucia Maria Casasanta, tendo culminado com a eleição da Diretoria Camila Gualda Sampaio Araujo.

A eleição dos membros dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração é feita sempre pelos próprios conselheiros. O Conselho de Administração é igualmente responsável por aprovar os regimentos internos dos comitês e as regras para definição de atribuições, funcionamento e composição de seus membros.

O processo de indicação de representantes em conselhos e diretorias das Empresas Eletrobras e das sociedades que participam é estabelecido por um Regulamento Interno, o qual contempla todas as ações de melhoria implementadas nos últimos anos para aprimoramento do processo em questão.

Por fim, destaca-se que a última reforma estatutária, ocorrida em janeiro/21, passou a prever, expressamente, a atribuição do CA da Eletrobras para aprovar os planos de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração. Encontra-se em andamento trabalho para elaboração do primeiro plano de sucessão da Eletrobras, em alinhamento às melhores práticas de mercado.

O PAPEL DOS EMPREGADOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde 2012, a Eletrobras, com participação paritária da representação sindical, organiza e realiza, antes do início de nova gestão, a eleição para a escolha direta do representante dos empregados no Conselho de Administração. São elegíveis os empregados ativos da empresa, mas impedidos os casos de condenação criminal transitada em julgado, crime de peculato, crime contra a economia popular e crime contra a fé pública ou a propriedade. Além disso, os candidatos não podem, ainda que temporariamente, possuir alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos. Também são inelegíveis os(as) requisitados(as) e os(as) contratados (as) na empresa para cargos de livre nomeação e exoneração.

Os requisitos e vedações definidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016 são aplicáveis aos candidatos à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração. O sistema de votação eletrônica utiliza uma ferramenta de TI com rastreabilidade e confiabilidade asseguradas. A votação é secreta e disponível para todos os empregados ativos.

O conselheiro representante dos empregados é eleito para um prazo de gestão de 2 (dois) anos, a contar da data da posse, de acordo com o Estatuto Social da Eletrobras, e tem as mesmas funções dos demais membros do Conselho de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o tema.

Em 2019, a Eletrobras criou o Banco de Potenciais Conselheiros, iniciativa que deu aos empregados do Sistema Eletrobras oportunidade de se cadastrarem em um banco de dados utilizado pela Diretoria da Eletrobras e suas controladas para selecionar empregados para exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal em suas SPEs e coligadas. Os participantes são analisados quanto ao atendimento dos requisitos da Lei 13.303/16 e Decreto 8.945/16 e em relação aos critérios definidos no manual do Banco de Conselheiros, previamente divulgado. Toda a eleição segue os requisitos das Leis 6.404/1976,

12.353/2010 e 13.303/2016, Portaria 026/2011 do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional em vigor, do Decreto 8.945/2016 e do Estatuto Social da Eletrobras.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



Remuneração Realizada dos Administradores e Conselheiros Fiscais

Tabela 41

Remuneração	2020	2019	2018
Conselho de Administração	582.336,02	597.351,44	588.596,49
Conselho Fiscal	327.690,95	358.410,82	382.649,66
Diretoria Executiva	6.310.871,99	5.707.520,05	6.948.244,60
Comitê de Auditoria e Riscos ⁽¹⁾	2.177.886,47	1.694.564,52	901.556,04

(1) CAE alterou de 04 membros em 2019 para 05 em 2020.

6.3.2 Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

As Empresas Eletrobras reconhecem que a Gestão Integrada de Riscos Corporativos está diretamente relacionada ao crescimento sustentável, rentabilidade e criação de valor para seus acionistas, por permitir a identificação preventiva de ameaças aos negócios e à tomada de decisões baseada em riscos. Nesse sentido, a gestão integrada de riscos tem como principal meta a redução de eventos que possam impactar negativamente nos objetivos estratégicos da Companhia, em prol da preservação e geração de valor e do provimento de informações transparentes ao mercado e à sociedade.

O modelo de Gestão Integrada de Riscos da Eletrobras tem como bases metodológicas a norma ISO 31000 e os frameworks COSO 2013 e COSO ERM e, como base legal, as Leis 13.303/2016 e 12.846/2013, e o Decreto 8.945/2016. A identificação de riscos é realizada com a participação de todos os gestores de negócios das empresas, nos seus diferentes níveis, resultando na Matriz Corporativa de Riscos.

Em 2020, o Conselho de Administração priorizou a análise dos riscos de Demonstrações Contábeis e Financeiras — ênfase na mitigação das fraquezas materiais apontadas —; Segurança da Informação; Regulação Setorial na Geração; Regulação Setorial na Transmissão; Comercialização de Energia; O&M na Geração; O&M na Transmissão; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Direitos Humanos; Gestão do Negócio de SPE; Formação e Gestão do Contencioso — processo de empréstimo compulsório de energia —; Fraude e Corrupção; e Obras em Ativos de Geração — construção do ativo UTN Angra-3 —. Os planos de ação continuam sob acompanhamento constante de seus gestores responsáveis. A Eletrobras implantou um sistema automatizado de gestão de riscos a fim de facilitar a elaboração de suas análises e acompanhamento da eficácia das ações de mitigação de riscos propostas.

A Gestão Integrada de Riscos, por meio de um enfoque estruturado e da melhor compreensão das inter-relações, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a empresa e seus acionistas.



Matriz de Riscos do Ciclo 2020/2021

Figura 7

NEGOCIO				FINANCEIRO	
Geração		Transmissão		Liquidez	Mercado
Novos Negócios Geração	Regulação Setorial na Geração	Novos Negócios Transmissão	O&M na Transmissão	Fluxo de Caixa	Risco de Mercado
Obras em Ativos de Geração	Segurança Nuclear	Obras em Ativos de Transmissão	Regulação Setorial na Transmissão	Crédito	Orçamento
O&M na Geração	Combustível Nuclear	Parcerias	Gestão & Inovação	Contrapartes	Gestão do Orçamento
Segurança de Barragem	Armazenamento dos Elementos Combustíveis Irrradiados	Gestão do Negócio de SPES	Gestão de P&D+I	Endividamento / Alavancagem	Ativos
Prorrogação das Concessões			Segurança da Informação	Tributos	Precificação Regulatória de Ativos
Mercado de Energia				Administração Fiscal-Tributária	
Comercialização de Energia	Mudanças Climáticas				
OPERACIONAL				CONFORMIDADE	
Socioambiental	TIC	Pessoas	Suprimentos	Legislação e Normas	Reporte
Gestão Socioambiental de Empreendimentos	Disponibilidade e Desempenho de Sistemas TIC	Gestão de Pessoas	Gestão da Cadeia de Suprimentos	Fraude e Corrupção	Demonstrações Contábeis e Financeiras
Direitos Humanos	Jurídico	Saúde e Segurança do Trabalho	Segurança	Aderência às Regras	
	Formação e Gestão do Contencioso	Fundos de Pensão	Segurança Patrimonial		

Dentro da matriz de riscos organizacionais, a fraude e a corrupção são os riscos priorizados pela Diretoria Executiva da Eletrobras. O *Fraud Risk Assessment* (FRA), mapeado nas Empresas Eletrobras de maneira corporativa e única, identificou possíveis fatores de risco de fraude e corrupção inerentes aos negócios das empresas e, aqueles considerados mais críticos pela Alta Administração, foram priorizados.

CONTROLES INTERNOS

O controle interno relacionado ao Relatório Financeiro, é um processo planejado com o objetivo de comprovar a confiabilidade do documento e da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. As políticas e os procedimentos envolvidos nos controles internos das demonstrações financeiras são:

- (i) manutenção de registros que reflitam de forma adequada e exata as transações e disposições dos ativos da Companhia;
- (ii) razoável segurança de que os lançamentos das receitas e despesas da Companhia somente são realizados de acordo com as autorizações das alçadas competentes; e
- (iii) detecção a tempo de aquisições, uso e vendas não autorizados de ativos da Companhia, que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A administração da Eletrobras conduz, anualmente, uma avaliação dos controles internos da empresa para os relatórios financeiros, a qual é divulgada ao mercado em seu Relatório 20F na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

Todas as “não conformidades” apontadas pela Auditoria Interna, em seus testes de controles, e os controles classificados como ineficazes, nos testes da administração, são oficialmente reportados às Empresas Eletrobras, compondo a base do projeto de remediação das deficiências. As áreas de controles internos de cada empresa são responsáveis por auxiliar os respectivos gestores na elaboração de um plano de ação para a remediação das “não conformidades” apontadas. Ao mesmo tempo, as “não conformidades” apontadas pelo auditor externo são inseridas no projeto de remediação tão logo sejam disponibilizadas para a empresa, e seguem o mesmo fluxo para a criação dos respectivos planos de ação.

COMPLIANCE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

O atual Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, o Programa Eletrobras 5 Dimensões, representa o amadurecimento das ações históricas da organização no combate à fraude e corrupção. Desde a sua reestruturação, em 2016, as Empresas Eletrobras vêm se destacando pelo reconhecimento da efetividade do programa, especialmente nos resultados da investigação independente na esteira da Operação Lava Jato, com o encerramento de eventuais questionamentos por parte de autoridades norte-americanas.

O desafio de implementar um programa único padronizado para as Empresas Eletrobras tem sido superado, periodicamente, a cada novo mecanismo criado e a cada nova prática implementada. Por isso, o programa não se esgota por si só. Seu funcionamento depende de ações constantes de continuidade; do comprometimento da Alta Administração; da avaliação periódica dos fatores de risco de fraude e corrupção; da atualização constante das políticas e procedimentos formais; de sua disseminação para todos os públicos-alvo em ações de comunicação e treinamento; bem monitoramento e relatório para as instâncias competentes.

Orientado por um conjunto normativo robusto, composto de políticas e regulamentos que estabelecem regras de conduta e mecanismos destinados a prevenir, detectar e combater situações de fraude e corrupção, as Empresas Eletrobras atuam com base num conjunto de fatores de risco mapeados e priorizados, de modo a implementar e aprimorar respectivos controles para mitigar ou minimizar estes fatores. Dentro dos mecanismos de integridade implementados podemos destacar os processos :

- **Avaliação de integridade dos indicados para Membros de Governança (Diretores e Conselheiros das Empresas Eletrobras):** o processo recém aprimorado abrange tanto a situação de integridade do indicado, quanto a análise da sua elegibilidade, com base nos requisitos e vedações para nomeação, previstos na Lei 13.303/16 e no Regulamento de Indicações das Empresas Eletrobras. Em 2020, foram realizadas cerca de 450 avaliações de indicados.
- **Avaliação de integridade de terceiros:** atuação nos processos de contratação, desinvestimentos, patrocínios, projetos sociais, convênios e doações, sobretudo nas contratações promovidas durante a pandemia. O processo visa trazer segurança à empresa na medida que identifica o risco de fraude e corrupção envolvido no relacionamento, bem como estabelece ações de monitoramento para aqueles terceiros mais sensíveis. Em 2020, foram realizadas, na Eletrobras, cerca de 550 avaliações de integridade nestes terceiros.

Destaques em 2020:

- Criação do Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento do programa, por meio da aplicação da sistemática de levantamento, apuração e repositório de informações necessárias para a análise e o controle da efetividade dos mecanismos implantados e sua evolução contínua.

- Otimização das avaliações de integridade, por meio de melhorias implantadas no formulário de *due diligence* disponível para fornecedores, bem como aprimoramento do processo de avaliação de indicados, trazendo assim maior segurança e agilidade nas análises.
- Atualização do Código de Conduta Ética e Integridade.
- Disponibilização de treinamento para todos os empregados e curso voltado para profissionais que lidam com processos mais sensíveis.
- Aplicação de *due diligence* nos empregados para o mapeamento de possíveis conflitos de interesses internos.
- Estruturação e aprimoramento do macroprocesso de gestão e tratamento de denúncias e infrações.

ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

A Eletrobras repudia toda forma de fraude e corrupção. Todas as diretrizes norteadoras da atuação ética e íntegra das Empresas Eletrobras estão presentes no Código de Conduta Ética e Integridade, o qual passou por atualização em 2020. A nova versão do Código de Ética, edição comemorativa pelos 10 anos do documento, em formato único nas Empresas Eletrobras, teve como principais alterações a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/18), bem como a incorporação de novos conceitos que norteiam a conduta da empresa.

Em dezembro de 2020, foi lançado um curso *on-line* para todos os empregados sobre o tema “Conformidade com a LGPD e Ética no Tratamento dos Dados Pessoais”, com o objetivo de informar os empregados quanto às novas regras estabelecidas pela legislação; pela atualização do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras e ainda pela implementação de normativos e práticas específicos. Também em dezembro foi realizada a “Semana de Integridade e Cultura Ética da Eletrobras”, com palestras de especialistas internos e externos sobre governança, riscos e conformidade. O evento inovou, em um formato totalmente *on-line* e realizado de forma conjunta com todas as Empresas Eletrobras. Foram abordados temas que integram o Código de Conduta Ética e Integridade, tais como: fatores de risco de fraude e corrupção; conflito de interesses; ética e diversidade; conduta ética no ambiente virtual e redes sociais; e assédio no trabalho. Por fim, também em 2020 foi realizada uma campanha de sensibilização dos empregados e terceiros, como fornecedores e parceiros em SPE, por meio do lançamento da *web* série Eletrobras 5 Dimensões com as principais diretrizes do Programa de Integridade.

Além do Código, as diretrizes estratégicas do Programa de Integridade estão estabelecidas nas políticas que formalizam o compromisso das Empresas Eletrobras junto aos públicos de interesses. Aspectos de integridade também estão inseridos nos principais normativos — políticas e regulamentos das Empresas Eletrobras —, reiterando os valores estratégico de ética e transparência expressos no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035.

6.3.3 Auditoria Interna

A Auditoria Interna está diretamente vinculada ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), e tem o objetivo de apoiar a Alta Administração, na avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle. A Auditoria Interna da Eletrobras produziu, em 2020, 17 Relatórios de Auditoria, dentre os quais se destacam como mais relevante os seguintes:

- **Pilar Estratégico:** Gestão da Governança Corporativa; Gestão de Novos Negócios; Gestão Estratégica e Sustentabilidade; e Gestão de Riscos Corporativos.
- **Pilar Financeiro:** Gestão de Negócios Corporativos e Participações Acionárias; e Gestão do Fluxo Financeiro.
- **Pilar Operacional:** Gestão do Empréstimo Compulsório; Gestão da Segurança da Informação; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; e Gestão da Comercialização de Energia.
- **Pilar Conformidade:** Gestão da Integridade.

No Plano Anual de Auditoria Interna (Paint 2020), estavam previstos 23 trabalhos de auditoria interna, além de trabalhos específicos referentes às ações contínuas e/ou de cumprimento obrigatório. Em 2020 foram concluídos 17 trabalhos de auditoria, sendo 15 referentes ao Paint 2020 e priorizados 2 auditorias remanescentes do Paint 2019. Quatro trabalhos de auditoria programados para 2020 serão realizados em 2021: dois encerraram em janeiro de 2021 – Gestão da Cadeia de Suprimentos e Gestão Contábil –; e dois tem previsão de término em março de 2021 – Gestão do Contencioso e Transações com Partes Relacionadas –.

Em função dos impactos da covid-19, outras 10 atividades de auditoria que compõem o item de Demandas Extraordinárias do Paint 2020, correspondendo a 83% dos trabalhos programados para o exercício, precisaram ser reprogramadas.

Além dos trabalhos de fiscalização, a Auditoria Interna, como previsto no Paint 2020, faz o acompanhamento das ações decorrentes de suas recomendações com objetivo de verificar, com as áreas gestoras envolvidas, os status de implementação dos planos de ação, para corrigir as “não conformidades” contidas nos Relatórios de Auditoria Interna. Os ciclos de verificação são mensais e consistem em atualizar e validar das informações dos planos de ação em andamento. A Auditoria Interna analisa e consolida as informações em um banco de dados, para verificação a cada novo trabalho de auditoria. Na posição consolidada em 31/12/2020 era de 148 recomendações pendentes, sendo 46 delas com prazo de atendimento expirado. O relatório ao CAE é realizado mensalmente.

REMEDIAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS

Um dos principais requerimentos que a Eletrobras está submetida é a certificação do seu ambiente de controles internos, conforme exigência da Legislação *Sarbanes Oxley* (SOX). Isto significa realizar o mapeamento dos principais processos de negócio da Eletrobras e de suas empresas de geração e transmissão de energia e, posteriormente, realizar uma análise dos controles internos existentes e submetê-la à avaliação independente de auditores externos.

No ciclo de 2019-2020 da Certificação SOX, foram identificadas 172 deficiências, representando, aproximadamente, 10% do total de controles testados. Observou-se um acréscimo de controles ineficazes em relação ao ano de 2018, quando houve 185 deficiências apuradas, ou seja, 9% do total de controles testados.

6.3.4 Ouvidoria

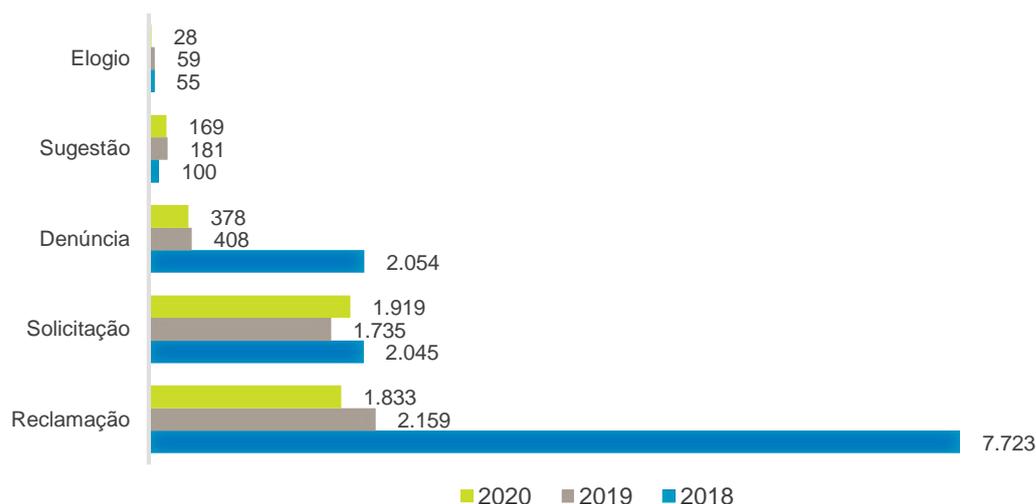
A Ouvidoria da Eletrobras é um importante canal de comunicação. Voltada para o atendimento tanto do público interno quanto do público externo, a Ouvidoria conta com ferramentas para garantir que o público em geral possa solicitar informações ou fazer sugestões, reclamações ou elogios. O papel da Ouvidoria é buscar, em parceria com todas as áreas da empresa, soluções para as questões recebidas, visando a melhoria dos processos internos e a transparência.

Em 2020 as Empresas Eletrobras registraram 4.327 manifestações, o que representa uma queda de 5% em comparação ao ano anterior. Essa redução deve-se à pandemia da covid-19, que reduziu o trabalho presencial na Companhia. Do total de manifestações, 60% foram de público externo, 18% de público interno e 22% de público não identificado. Como resultado: 96% encontram-se finalizadas, 4% em andamento e 0,1% pendente. Os assuntos relacionados às Comunidades de Convivência, Gestão de Pessoas, Solicitações de Informações e Gestão Empresarial foram os temas mais abordados.



Manifestação por Tipo no Sistema Eletrobras

Gráfico 11



Denúncias válidas = excluem as manifestações que não são para as Empresas Eletrobras ou que são reclamações, transferidas do Canal de Denúncias para o Serviço de Ouvidoria (SOU).

A Ouvidoria Geral da Eletrobras conta com diversos canais para recebimento de manifestações, disponíveis no sítio eletrônico da empresa. Porém devido à pandemia e à adoção do teletrabalho a partir de março/20, o atendimento presencial foi suspenso.

CANAL DE DENÚNCIAS EXTERNO

O Canal de Denúncias Externo recebeu 378 denúncias válidas, em 2020, representando uma redução de 7% em comparação ao ano anterior. Dentre as denúncias válidas, 202 foram finalizadas e 176 ainda permaneciam em andamento. Os principais temas foram: Infração a Normas, Regulamentos, Contratos e Legislação (308 ocorrências); Infração Ética (47); e Infração ao Programa de Integridade (23).

As demais manifestações, que não tinham caráter de denúncia, foram encaminhadas para registro no Sistema de Ouvidoria da respectiva empresa para tratamento local e são registradas no Canal de Denúncias como “fora do escopo”.

Além das 202 denúncias válidas recebidas e concluídas em 2020, foram finalizadas outras 340 relativas a anos anteriores, totalizando 542 denúncias encerradas na base do Canal de Denúncias. Isso representa um aumento de 93% frente ao número de denúncias concluídas em 2019, ou sejam, 281. Dentre os fatores que podemos destacar estão: adoção de um novo formulário de análise preliminar e consolidação da estrutura da Gestão de Apuração, que emitiu 328 recomendações de melhorias, formuladas no fim do

processo de apuração/investigação de cada caso. Foi implementado um sistema de controle e cobranças chamado Plano de Ação, dentro da ferramenta do Canal de Denúncias.

Destaques em 2020

Dentre as atividades da Ouvidoria, merecem destaque:

- Iniciado monitoramento mensal de potenciais riscos em manifestações dos tipos de reclamação, solicitação e sugestão, recebidas pelo Sistema de Ouvidoria (SOU), com vistas à análise de oportunidades de melhorias em processos e prevenção de incidentes;
- Priorização de riscos junto à área de integridade e, em especial, fraude e corrupção;
- O assédio sexual passou a ser tratado não somente em sua dimensão ética, mas também administrativa, trazendo consequências mais graves a casos confirmados;
- Iniciado o uso de ferramentas de *business intelligence* para geração de relatórios e cruzamentos de dados de gestão, o que permite *insights* mais estratégicos aos relatórios;
- Aprovação de 5 (cinco) proposições de Ouvidoria, que auxiliaram a melhoria dos processos de Governança Corporativa, Gestão de Participações Acionárias, Gestão de Infraestrutura, Serviços e Segurança empresarial e Gestão de Pessoas da Companhia.

SIC - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Eletrobras criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) onde disponibiliza dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2020, foram recebidos um total de 644 pedidos de informações, sendo 205 relacionados à Holding. O tempo médio de resposta foi de 6,55 dia e 9 pedidos estavam abertos em 31/12/2020.

6.3.5 Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Em 2020, foi realizada a Pesquisa de Reputação da Eletrobras 2020, um projeto corporativo previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2020-2024, com gestão e execução coordenadas por grupo de trabalho multidisciplinar da Superintendência de Comunicação.

Este estudo de mensuração e análise de reputação corporativa, teve por objetivo atualizar a avaliação da marca Eletrobras e suas empresas junto a quatro grupos de públicos estratégicos: sociedade, comunidades, público interno e formadores de opinião. A resposta de 27% dos pesquisados ficou dentro dos padrões estabelecidos para pesquisas internas — variação de 25% a 30%. Na próxima etapa do projeto, prevista para março de 2021, serão realizados workshops junto às áreas estratégicas da empresa, visando a construção de planos de ação para aprimorar o relacionamento com cada público pesquisado a partir dos gaps e oportunidades de aprimoramento levantados na pesquisa.

Sobre as marcas da Eletrobras, assim como em 2019 em 2020, não houve alterações do portfólio.

Prêmios e Reconhecimentos

Pela 13ª. vez a Eletrobras foi listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Em 2020, a B3 optou por descontinuar o Programa Destaque em Governança de Estatais, no qual a Eletrobras havia passado de 56 para 60 pontos, alcançando a pontuação máxima.

A obtenção de tais certificações demonstra o esforço conjunto das Empresas Eletrobras, coordenadas pela Holding, na melhoria dos processos para atendimento às boas práticas de Governança Corporativa, alinhada às diretrizes estratégicas do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras.

Em função da covid-19, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas (Sest) não lançou o IG-Sest em 2020. No ano anterior, a Companhia, havia alcançado, pela quarta vez consecutiva, a nota máxima, IG-Sest Nível 1 (Nível de Excelência).

Destaques em 2020

- **Institutional Investor – Wilson Ferreira Junior** ocupou o 2º lugar no *ranking* de Melhores CEOs e **Elvira Cavalcanti Presta** o 3º lugar no *ranking* de Melhores Diretores Financeiros de 2020 no *Latin American Executive Team*, na categoria "*Electric & Other Utilities*", *sell-side*.
- **Valor Econômico: Grandes Grupos – Eletrobras** classificou-se em 31º lugar no ranking dos 200 maiores conglomerados do país por Receita Bruta, com base nos balanços de 2019, e na 8ª posição entre os maiores Lucros Líquidos.
- **Revista Exame: Melhores e Maiores 2020** – no ranking da edição especial das 3.000 maiores companhias do país, por valor de Vendas Líquidas, em 2019, destacaram-se a **Itaipu Binacional** em 39º lugar; **Furnas**, em 75º; **Eletronorte**, em 124º; **Chesf**, em 146º; **Eletronuclear**, em 259º; **Amazonas GT**, em 307º; e **Eletrosul**, em 388º.
- **Virtuous Company: Melhores em Cultura Ética 2020 – Eletrobras** conquistou do 3º lugar entre as empresas de grande porte do setor de Energia, Mineração e Saneamento, seguida pela **Eletronuclear** em 4ª posição. A **Itaipu Binacional** ficou em 9ª lugar; a **Holding**, em 14ª; e a **Furnas**, na 30ª posição.
- **Revista Valor 1000, Serasa Experian e Centro de Estudos em Finanças /FGV: Maiores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** ocupou o 27º lugar no ranking geral Valor 1000 entre as maiores empresas brasileiras e na 4ª posição entre as companhias do setor de Energia Elétrica.
- **Revista Época: Melhores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** alcançou o 3º lugar no segmento Energia e o 12º lugar no ranking geral. O Anuário Época Negócios 360º da Época Negócios, é coordenado pela Fundação Dom Cabral
- **Isto É Dinheiro: As Melhores da Dinheiro 2020 – Eletrobras** foi listada em 35º lugar no ranking geral das 1000 maiores empresas do país.
- **Brand Finance: 50 Mais Valiosas – Eletrobras** se classificou em 41º lugar no ranking das cinquenta marcas mais valiosas do país.
- **Finance & Law Summit and Awards (FILASA) – Eletrobras** foi premiada na categoria Melhor Departamento Financeiro Interno: Infraestrutura e Energia.
- **Vigeo Eiris: Eletrobras** obteve o 1º lugar no total de 49 empresas do setor de Eletricidade e Gás nos mercados emergentes e o 34º lugar no universo total das empresas avaliadas.



7. Programas de Governo

A Eletrobras, como empresa estatal, é responsável pela operacionalização de diversos programas do setor elétrico. Os recursos aplicados nos programas são oriundos de fundos setoriais ou de outros recursos do próprio setor. Nos programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, o pagamento à Eletrobras se dá através de uma Taxa de Ressarcimento de Custos Administrativos, paga pelos Agentes Executores dos programas — empresas de distribuição de energia elétrica —. Em relação ao Procel, o orçamento para execução de projetos e pagamento dos custos administrativos é tratado no âmbito do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) do Procel, previsto na Lei 13.280/2016. Por fim, quanto ao Proinfa, o ressarcimento à Eletrobras dos custos administrativos dispendidos nas atividades e ele relacionadas ocorre via Conta Proinfa, conforme artigo 16 do Decreto 5.025/2004 e são apresentados no Plano Anual do Proinfa (PAP). A Aneel utiliza o PAP para cálculo e publica as cotas de energia e as cotas de custeio de modo a não acarretar vantagens ou prejuízos à Eletrobras, conforme estabelecido no artigo 13 do referido Decreto.

Em sua maioria, os recursos utilizados para esses programas não transitam mais pelos resultados da Companhia e, portanto, não impactam as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas. Desde 01/01/2018, as receitas, custos e receitas financeiras da comercialização do Proinfa são apresentadas de forma líquida, sem efeito na demonstração de resultados.

Até 2017, a Eletrobras era também responsável pela gestão financeira dos contratos de financiamentos e de subvenção, que servem de instrumentalização dos programas setoriais. Existe ainda um passivo de Reserva Global de Reversão (RGR) — conforme Nota Explicativa 25 das Demonstrações Financeiras de 2020 —, a ser devolvido pela Eletrobras à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme recebimento dos agentes do setor. Estes valores não são uma dívida da Eletrobras, e a Companhia também não é garantidora. São de recursos decorrentes da gestão do fundo da RGR/CDE realizada no passado e que devem ser devolvidos, à medida que forem quitados pelos agentes.

A Eletrobras participa em quatro programas governamentais:

Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei 10.438 e regulamentado com o Decreto 5.025/2004. A Companhia tem uma participação fundamental no programa, assegurando a compra e comercialização da energia contratada pelas usinas do Proinfa por um período de 20 anos.

O programa cumpriu o seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa.

Em 2020, o programa gerou 9,1 milhões de MWh com um custeio de R\$ 3,32 bilhões, totalizando entre fevereiro de 2006 até o final de 2020, aproximadamente 106,8 milhões MWh de energia gerada. Não houve alteração no total de empreendimentos novos adicionados ao Sistema Interligado Nacional em comparação a 2019.

Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) promove o uso eficiente da energia elétrica no país, combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais. O Procel conta com recursos oriundos da Lei 13.280/2016 e tem a Eletrobras como responsável por sua administração e utilização. Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 42,3 milhões em projetos de eficiência energética nos segmentos público e privado com recursos oriundos dessa lei.

O resultado de economia de energia do Procel foi de uma redução de aproximadamente 22 milhões MWh, evitando uma emissão de 1,36 milhão tCO₂ equivalentes.

Em 2020, o Procel criou o Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética, também conhecido como Lab Procel, para fomentar e intermediar oportunidades de desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica junto a *startups* e micro e pequenas empresas (MPEs), visando estruturar negócios e disponibilizar para a sociedade soluções ou produtos inovadores com ênfase em eficiência energética. Para a operacionalização do Lab Procel, a Eletrobras celebrou convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O valor total do convênio é de R\$ 16,6 milhões, dos quais R\$ 15 milhões são aportes da Eletrobras.

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é operacionalizado pela Eletrobras, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural.

De 2004 até 2020, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R\$ 28,5 bilhões, sendo R\$ 20,7 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR). Desde 2004, já foram liberados R\$ 17,22 bilhões em recursos da CDE e RGR, dos quais R\$ 0,75 bilhão em 2020, originado de recursos da CDE. O total contratado atinge R\$ 20,72 bilhões, ou seja, 83% do total de recursos disponíveis.

Em 2020, foram realizadas 44.232 ligações, acumulando mais de 3,5 milhões de ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a 16,9 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

No Sistema Gerenciador da Eletrobras foram cadastrados 7.472 projetos em 2020, somando 559.394 projetos desde 2004, resultando em 3.141.809 ligações, o que corresponde a 95% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras; construção de 846.422 km de redes elétricas de alta e baixa tensão implantação de 8,82 milhões de postes; instalação de 6.378 sistemas fotovoltaicos individuais e 2 coletivos.



Recursos Setoriais do Programa Luz para Todos de 2004 a 2020

Tabela 42

Região	RECURSOS SETORIAIS					
	Contratados			Liberados(*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	6.307,94	318,29	6.626,23	4.817,98	284,30	5.102,28
Nordeste	8.489,75	941,94	9.431,69	7.421,39	837,42	8.258,81
Centro-Oeste	1.193,48	575,60	1.769,08	982,42	526,96	1.509,38
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,92	942,98	1.683,90
Sul	346,24	511,90	858,14	280,25	387,26	667,51
Brasil	17.195,54	3.522,24	20.717,78	14.242,96	2.978,92	17.221,88

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais. Após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) — Lei 13.360/2016.



Nº. de Ligações do Programa Luz para Todos, por Região, até 31/12/2020

Tabela 43

Região	Contratadas entre os Agentes Executores (*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	789.573	683.814
Nordeste	1.656.410	1.622.216
Centro-Oeste	236.766	225.573
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.296.580	3.142.137

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Mais Luz para a Amazônia – MLA

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia (MLA), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado pelo Decreto 10.221, 5 de fevereiro de 2020 com o intuito de minimizar as dificuldades vividas pelas famílias residentes nas regiões remotas da Amazônia Legal e que dificilmente seriam atendidas por extensão de redes convencionais.

O MLA tem sua vigência até 31 de dezembro de 2022, com possibilidade de prorrogação até a conclusão da universalização do acesso à energia elétrica nas regiões remotas dos nove estados que integram a Amazônia Legal. Em seu papel de operacionalizadora do MLA, a Eletrobras é responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras. Os recursos financeiros necessários

ao desenvolvimento do MLA virão de agentes do setor elétrico, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial sob gestão CCEE, e de outras fontes a serem regulamentadas pelo MME, em conjunto com outros órgãos governamentais. No ano de 2020, foram firmados 09 (nove) Termos de Compromisso, entre o MME e os agentes executores, com o estabelecimento das metas de atendimento para cada unidade da federação.



Estados que integram a Amazônia Legal

Mapa 4



Os atendimentos do MLA serão realizados por meio de geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis e visam o desenvolvimento das comunidades, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A chegada da eletricidade irá diminuir a vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo o exercício da cidadania, o bem-estar e a dignidade para a vida dessa população. Segundo o MME, o MLA tem previsão de beneficiar cerca de 82 mil famílias localizadas nas regiões remotas da Amazônia Legal,

BUSA

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (SIGBUSA) que estão vinculados à concessão de empresas do setor de energia elétrica. Deste, 1.897 são bens servíveis à prestação do serviço de energia elétrica, sendo que 1.872 estão em operação e 25 encontram-se desativados; e 67 são bens inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica. Outros 23 bens foram alienados e 7 bens estão em posse da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A Aneel, por meio do Despacho 1.227, de 30 de abril de 2020, anuiu previamente à alienação dos 67 bens considerados inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica.

A Medida Provisória 998/2020, convertida na Lei 14.120/21, determinou que os custos administrativos, financeiros e tributários incorridos pela Eletrobras, desde 1 de maio de 2017, com o registro, a conservação e a gestão dos bens BUSA e instalações, deverão ser ressarcidos com recursos da Conta RGR, conforme ato regulamentar da Aneel.



8. Mercado de Capitais

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 39,057 bilhões, representado por 1.568.930.910 ações, sendo 1.288.842.596 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais. Em relação a 2019, houve alteração relevante na composição do capital social da Companhia por meio de aumento de capital homologado em fevereiro de 2020 via Assembleia de Acionistas.



Composição Acionária da Eletrobras em 31/12/2020

Tabela 44

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	667.888.884	51,82	0	0	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESpar	141.757.951	11,00	0	0	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	0	0	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FND	45.621.589	3,54	0	0	0	-	45.621.589	2,91
FGHAB	1.000.000	0,08	0	0	0	-	1.000.000	0,06
Outros	358.028.908	27,78	146.920	100,00	242.987.127	86,80	601.162.955	38,31
Demais Acionistas								
Cust. CLBC								
Residente	221.568.126	17,19	82.812	56,37	133.714.017	47,77	355.364.955	22,65
Não Residente	97.712.776	7,58	1	0,00	92.262.005	32,96	189.974.782	12,11
Programa ADR	38.663.271	3,00	0	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Demais								
Residente	84.489	0,01	21.629	14,72	9.666.577	100,00	9.772.695	0,62
Não Residente	246	0,00	27	0,02	213	0,00	486	0,00
Total	1.288.842.596	100	146.920	100	279.941.394	100	1.568.930.910	100

**Distribuição do Capital Social da Eletrobras pelos Continentes em 2020**

Tabela 45

Continente	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%
Oceania	2.113.555	0,16%	-	0,00%	2.210.779	0,79%
Europa	23.935.822	1,86%	28	0,02%	23.100.421	8,25%
América do Norte	92.533.486	7,18%	-	0,00%	59.608.509	21,29%
América do Sul	1.152.952.564	89,46%	146.892	99,98%	184.375.742	65,86%
Ásia	17.307.169	1,34%	-	0,00%	10.645.943	3,80%
África	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	1.288.842.596	100,00%	146.920	100,00%	279.941.394	100,00%

Desempenho das ações

A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob o código "ELET3" e as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" e classe "A", sob os *tickers* "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os *tickers* "XELTO" e "XELTB".

Em 2020, as ações da Companhia na B3 refletiram positivamente o resultado do PDNG 2020-2024 com o desinvestimento em SPes, reestruturação de dívidas e medidas de gestão focadas em redução de custos, como planos de desligamentos voluntários de empregados. Esses impactos, porém, foram reduzidos pelos efeitos da pandemia da covid-19 e contexto político econômico no Brasil e exterior, que atingiram todo o mercado de capitais. De forma inédita, a B3 adotou o procedimento operacional que interrompe a negociação de ativos em bolsa (*circuit break*) por 6 (seis) vezes em março de 2020. As ações da Eletrobras também sofreram oscilações em decorrência de notícias divulgadas na mídia e declarações de autoridades do País, não necessariamente relacionadas diretamente à Companhia, mas que alteraram a perspectiva do mercado em relação à aceitabilidade pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 5.877/2019, que dispõe sobre a privatização da Eletrobras.

**Programa Nível 1 B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão**

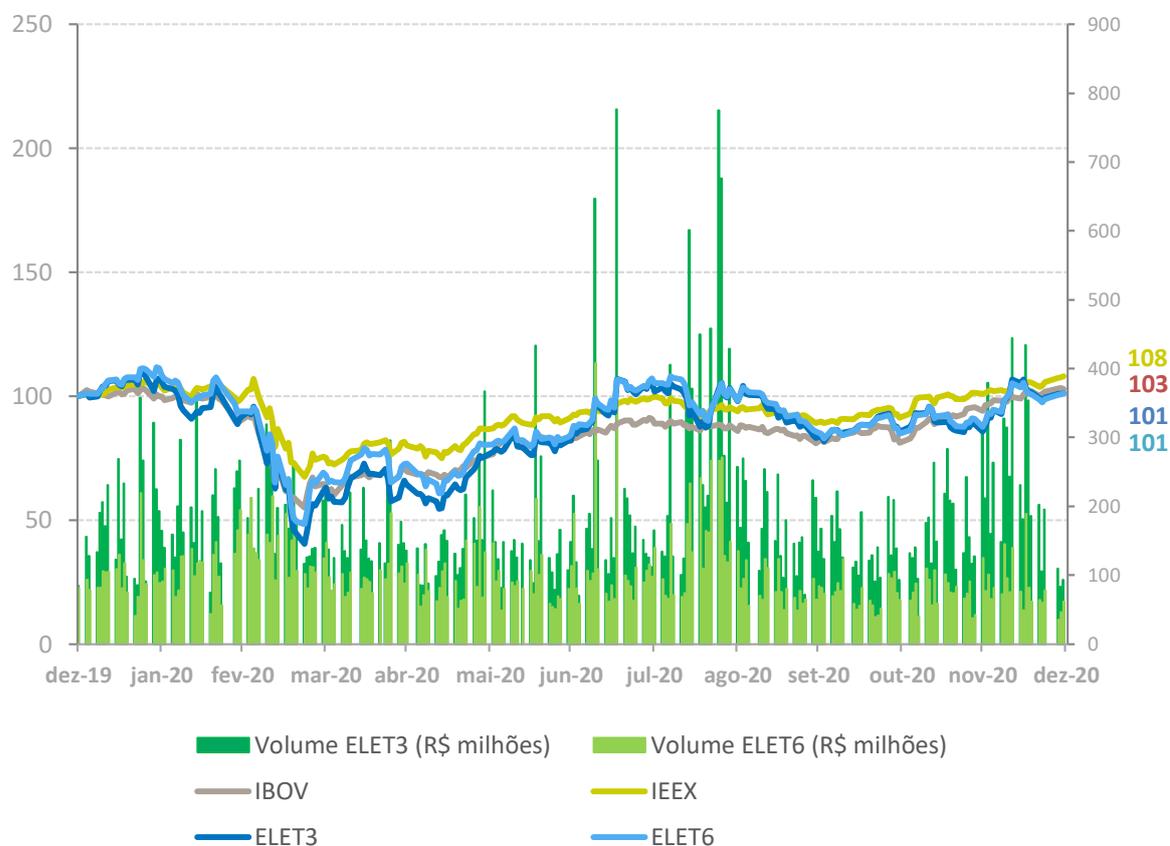
Tabela 46

Preço e Volume	(R\$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R\$) ELET6 B3 (Ações ON)	(pts.) IBOV B3 (Índice)	(pts.) IEE B3 (Índice)
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	35,01	35,22	119.017	82.846
Máxima em 2020	38,26	38,83	119.528	82.846
Média em 2020	30,04	31,17	98.706	71.348
Mínima em 2020	13,96	16,82	63.570	51.682
Variação em 2020	1,13%	1,21%	2,92%	8,12%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões de	6,0	3,1	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (R\$ milhões)	189,8	102,2	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2020*	R\$ 54.987 milhões			
*Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PNA a mesma cotação da Pref. B				



Comportamento Ações da Eletrobras na B3 S.A. 2020

Gráfico 12



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Notícias na mídia relacionadas à privatização, positivas ou negativas, trouxeram aumento significativo no volume negociado das ações, em especial, nos meses de julho e agosto.



Programa de ADR Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) em 2020 Tabela 47

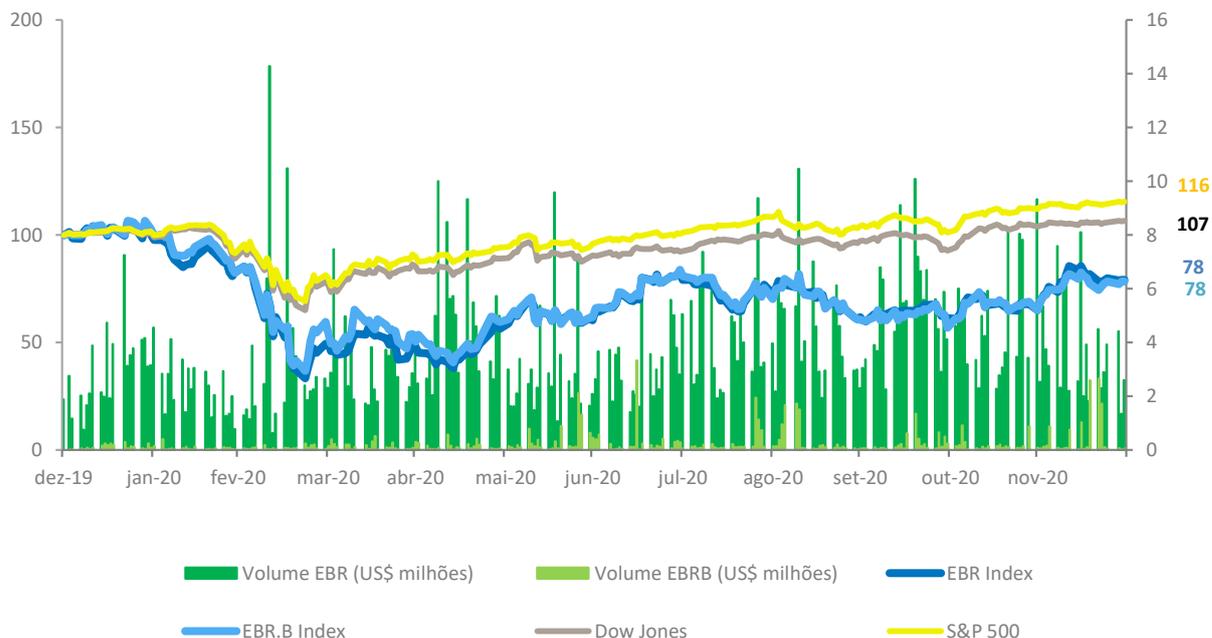
(Em US\$)

Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	6,67	6,73
Máxima em 2020	9,06	9,18
Média em 2020	5,91	6,07
Mínima em 2020	2,84	3,16
Varição em 2020	-21,6%	-21,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	648,8	39,3
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões US\$)	3,8	0,2



Comportamento das ADRs Nível II na NYSE em 2020

Gráfico 13



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast



Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid em 2020

Tabela 48

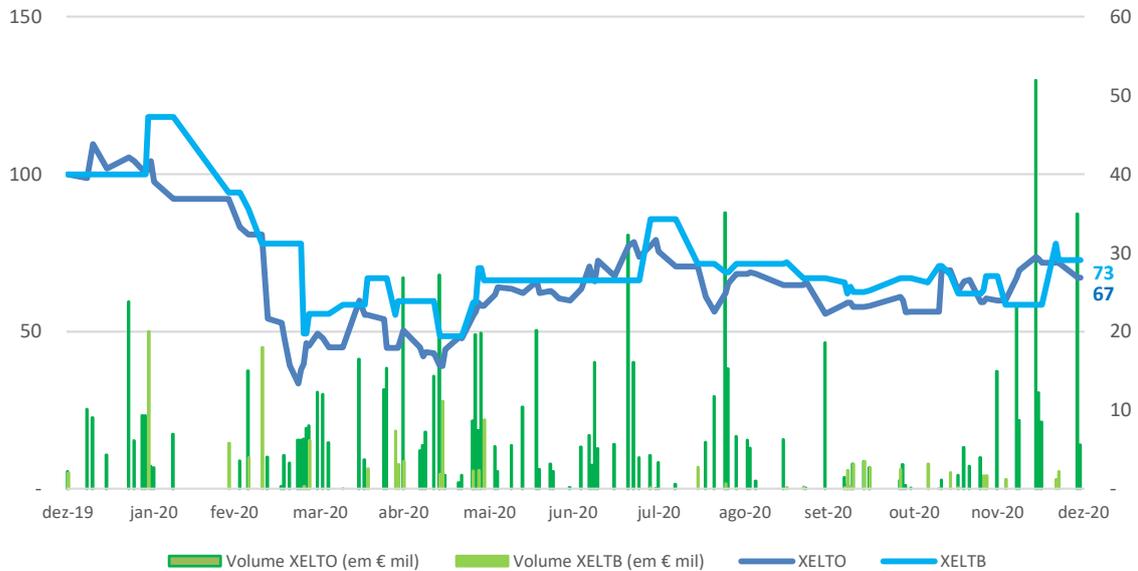
(Em €)

Preço e Volume	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	5,60	5,60
Máxima em 2020	9,15	9,10
Média em 2020	5,35	5,40
Mínima em 2020	2,80	3,74
Variação em 2020	-32,9%	-27,3%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	1,4	0,2
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de Euros)	7,1	1,1



Comportamento das Ações na Bolsa de Valores de Madri em 2020

Gráfico 14



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Rating (Classificação de Risco)

Os *ratings* da Eletrobras refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e, também, a expectativa de que a Companhia continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o *rating* soberano do país.



Ratings

Tabela 49

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's BCA	"Ba3": / Estável	16/09/2020
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba2": / Estável	16/09/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Foreign Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Local Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
S&P LT Local Currency (Escala Nacional Brasil)	brAAA/Estável	12/03/2021
S&P LT Foreign Currency (Escala Global)	BB-/Estável	12/03/2021

Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em 2020, a Eletrobras realizou 01 reunião virtual com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), atendendo a sua política de prestação

de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Promoveu também 01 *Virtual Non-deal roadshow* em Nova Iorque e Boston (EUA), 01 *Deal roadshow*, em Nova Iorque (EUA) e Londres (Inglaterra) e 01 *roadshow* em São Paulo. Participou de mais 02 eventos no exterior em Madri (Espanha) e Londres e 13 conferências no Brasil, por vídeo conferências, em razão da pandemia.

A Eletrobras realizou, através de sua área Relações com Investidores (RI), cerca de 71 telefonemas e videoconferências com analistas, acionistas e agências de ratings.

Ombudsman de RI



Em 2020, o Ombudsman de RI recebeu 643 consultas de 383 manifestantes, sendo 26% estrangeiros. Os solicitantes foram classificados como agentes autônomos; investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas; agências de rating e outros agentes de mercado. Das consultas realizadas, as principais estavam relacionadas aos seguintes assuntos: privatização da Eletrobras; créditos a receber de terceiros; informações financeiras; realização de assembleias de acionistas; PDNG; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; emissão de debêntures; rating; decisões judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório; e alienação de participação em SPEs.

O canal de contato do Ombudsman de RI está site www.eletrobras.com.br ou direto no *e-mail*: ombudsman-ri@eletrobras.com

Comunicação com o Mercado

Em 2020, a Eletrobras divulgou 117 Comunicados ao Mercado, sendo 26 Fatos Relevantes e 04 (quatro) Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM 358/2002. Desse total, apenas 03 (três) foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A, o que corresponde a 2,0% dos comunicados. Os demais foram de iniciativa da Companhia, visando cumprir sua obrigação de manter o mercado informado. Os principais assuntos abordados foram: capitalização da Eletrobras; alienação de SPE's; incorporação CGTEE/Eletrosul; emissão de debêntures; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; empréstimo compulsório e *lives* de executivos.

As entidades reguladoras e demais órgãos do Governo Federal possuem seus atendimentos classificados como urgentes. Foram registrados 20 atendimentos dessa natureza, sendo 60% oriundos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 30% da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e 10% do Ministério de Minas e Energia (MME).



9. Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório mudou, durante o período de 1977 a 1993, recaindo somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, ou sejam, as indústrias com consumo mensal superior a 2.000 kW/h. Os valores passaram a ser representados por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

O empréstimo compulsório impactou, principalmente, as Demonstrações Financeiras no passivo denominado “Empréstimo Compulsório” (Nota Explicativa 27) e em “Contingências Judiciais” (Nota Explicativa 33), as quais nos remetemos para maiores detalhes desses passivos.

Provisão para ações a entregar

Passivo referente às ações pref. B que deverão ser entregues aos contribuintes, atualizado pelo valor de mercado das ações pref. B ou valor patrimonial, o que for menor mais proventos.

No ano de 2020, houve aumento de R\$ 345 milhões nesta rubrica, pois, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda, nas ações a serem entregues, foi registrado no Passivo Não Circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após devida chancela no SAC (Solicitação de Ações), teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional previsto na Lei 6.404/1976.

Compulsório não quitado

A arrecadação dos créditos escriturais de compulsório (2ª fase) ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 (quatro) assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Em relação à movimentação no exercício 2020, o aumento de R\$ 419 milhões, se deu pela revisão de entendimento sobre a forma de correção monetária desses créditos não convertidos em ações. O passivo referente aos depósitos judiciais, levantados pela Eletrobras, era baseado nos critérios estabelecidos no Decreto Lei 1.512/76 para constituição e atualização dos valores levantados, isto é, os créditos somente eram constituídos em janeiro do exercício seguinte ao do ano do depósito judicial, quando passavam a ser corrigidos pelo IPCA-E.

Todavia, com base em parecer jurídico que revisitou o tema no 3T20, houve mudança de entendimento quanto aos critérios ora adotados para escrituração do passivo em questão. Neste sentido, a Companhia passou a adotar a correção monetária denominada plena, ou seja, correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data do levantamento dos referidos autos judiciais, pela Eletrobras.

Considerando-se que houve revisão da forma de correção monetária do principal, a movimentação do exercício também incluiu os reflexos nos juros anuais de 6% ao ano, sobre o principal, devidos durante o período de carência, observado o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos.

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na Nota Explicativa 31 que trata de Provisões e Passivos Contingentes.

Contingência Judicial

Conforme Nota Explicativa 33, existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Holding, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil.

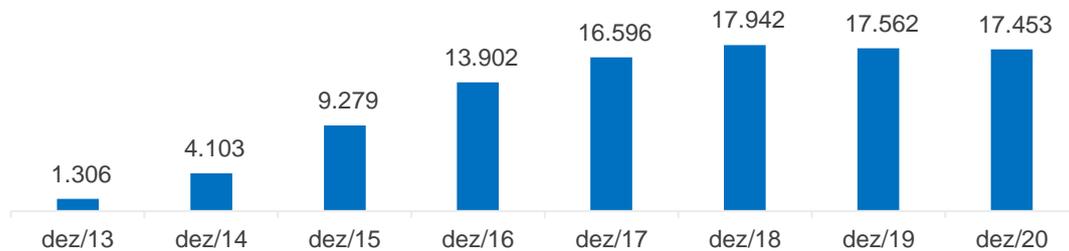
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.643 processos relativos a este tema provisionados, representando um passivo de R\$ 17.453 milhões, com destaque para o provisionamento do Processo 0023102-98.1990.8.19.0001. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo era de R\$ 17.562 milhões.



Evolução do Estoque de Provisão de Contingência de Empréstimo Compulsório

Gráfico 15

(R\$ milhões)



Movimentação do Exercício

Gráfico 16

(R\$ milhões)





10. Serviços de Auditoria Externa

Em 2020, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente, exclusivo, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes.



Remuneração dos Auditores Externos Independentes em 2020

Tabela 50

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
PWC (R\$)	24.589.172,77	13.416.666,62	-
KPMG Assesores LTDA (R\$)	16.000,00	784.551,45	7.420.086,45
KPMG Auditores Independentes (R\$)	2.390.535,00	4.994.695,10	11.987.268,24
Total	26.995.707,77	19.195.913,17	19.407.354,69
Itaipu Binacional	2020	2019	2018
PWC (R\$)	-	-	425.254,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	489.590,05	564.924,45	-
Total	489.590,05	564.924,45	425.254,00

O valor de R\$ 24,5 milhões são serviços totais de auditoria realizados pela PWC, atual auditor independente do Sistema Eletrobras. O valor de R\$ 2,4 milhões pagos à KPMG referem-se, majoritariamente, a serviços de auditoria realizados por conta da operação de *Bonds* realizada no 1T20.

Para evitar conflitos de interesse ou a perda de independência auditores externos, a Eletrobras segue a Instrução CVM 308/1999 quanto à obrigatoriedade de substituição dos Auditores Independentes

responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Destaca-se que a substituição pode ser de até 10 exercícios sociais consecutivos pelo fato da Companhia ter Comitê de Auditoria e Riscos estatutário em funcionamento permanente e auditor independente ser pessoa jurídica.

Destaca-se que o (CAE) tem como uma de suas atribuições opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente, segundo as normas e a legislação vigente; supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência e opinar sobre quaisquer contratações de serviços pela Eletrobras ou suas controladas envolvendo auditores independentes ou empresas que tenham prestado serviços de auditoria independente nos últimos 5 (cinco) anos para a Holding ou suas subsidiárias.

Em consonância com suas obrigações legais, a Eletrobras firmou contrato com a PWC em abril de 2019, com vigência de 24 meses renováveis por mais 36 meses. A Itaipu Binacional teve como Auditor Independente a KPMG Auditores Independentes em 21/06/2018, com prazo de vigência de 36 meses.



11. Desempenho Financeiro

11.1 Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2020, um lucro líquido consolidado de R\$ 6.387 milhões, inferior aos R\$ 11.133 milhões obtidos em 2019. O lucro de 2019 é composto pelo Lucro Líquido das operações continuadas de R\$ 7.848 milhões e pelo Lucro Líquido de R\$ 3.285 milhões referente às operações descontinuadas (distribuição), com destaque para privatização da distribuidora Amazonas Energia, que deixou de ser consolidada pela Eletrobras.

A Receita Operacional Líquida apresentou uma redução de 2%, passando de R\$ 29.714 milhões em 2019 para R\$ 29.081 milhões em 2020, com forte impacto dos resultados positivos em transmissão em decorrência da Revisão Tarifária Periódica ocorrida em meados de julho de 2020. Tal resultado em transmissão compensou, parcialmente, o resultado negativo em geração, fortemente afetado pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candiaota III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R\$205 milhões e R\$267 milhões, e pelo término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MW_{méd} e 362MW_{méd}, respectivamente), embora tenha havido um aumento de R\$ 433 milhões na receita de geração das usinas sob regime de cotas da lei 12.783/2013, em razão do reajuste anual. O Ebtida IFRS, no valor de R\$ 11.474 milhões em 2019, reduziu para R\$ 10.487 milhões em 2020.

A Eletrobras, em decorrência das orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros, passando a tratar como ativo de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes. Como consequência, para manter mesma base comparativa, a Companhia efetuou reapresentação dos saldos destes ativos como ativos de contratos. Os reflexos acumulados desta reapresentação se encontram no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, conforme Nota Explicativa 4.4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2020.



Resultado Consolidado 2020-2019

Tabela 51

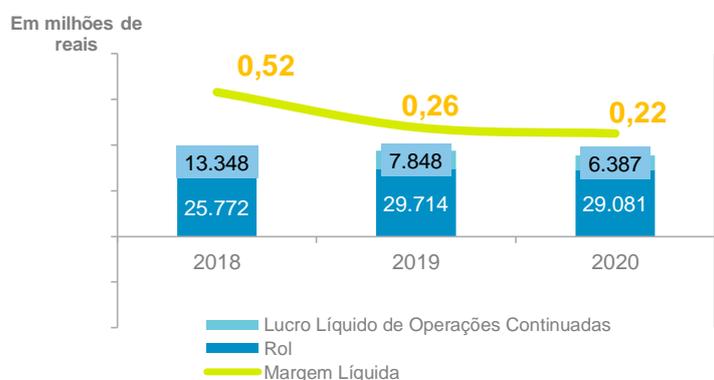
(Em R\$ milhões)

DRE	2020	2019
Receita de Geração	22.270	23.374
Receita de Transmissão	12.248	11.533
Outras Receitas	711	769
Receita Bruta	35.228	35.675
Deduções da Receita	-6.148	-5.961
Receita Operacional Líquida	29.081	29.714
Energia para revenda, uso da rede, combustível e construção	-7.959	-7.450
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006
	2.709	8.601
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	4.228	0
Participações societárias	1.671	1.041
Outras Receitas e Despesas	16	25
	8.624	9.667
Resultado Financeiro	-1.672	-2.449
Resultado antes do imposto	6.953	7.218
Imposto de Renda e Contribuição Social	-565	631
Lucro líquido do Exercício	6.387	7.848
Lucro (Prejuízo) Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.387	11.133



Resultado e Margem Líquida

Gráfico 17



(Em R\$ milhões)

Receita, Custos e Despesas Operacionais

RECEITA OPERACIONAL



Receita Operacional Consolidada 2019-2018

Tabela 52

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional - Geração	2020	2019	%
Receitas de Geração			
Suprimento	14.426	15.871	-9%
Fornecimento	2.661	2.282	17%
CCEE	1.176	1.353	-13%
Receita de Operação e Manutenção - Usinas Renovadas pela Lei 12.783/2012	3.982	3.549	12%
Receita de Construção	38	49	-23%
Repasse Itaipu	-14	269	-105%
Receitas de Geração	22.270	23.374	-5%

GERAÇÃO

DESTAQUES:

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou queda de 5% em 2020 na comparação com 2019. Essa queda foi influenciada, principalmente, pela redução da receita de suprimento devido ao término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MWh e 362MWh, respectivamente) e pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candiota III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R\$205 milhões e R\$267 milhões. Essa redução de receita no ACR foi parcialmente contrabalançada pelo direcionamento de parte dessa energia para o ACL e, pelo aumento na conta de receita de operação e manutenção, em função do reajuste anual da RAG conforme Resoluções Homologatórias Aneel nº 2587/2019 (ciclo 2019-2020) e nº 2746/2020 (ciclo 2020-2021) e aumento da receita indenizatória para o pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.

TRANSMISSÃO



Tabela 53

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional de Transmissão	2020	2019	%
Receitas de Transmissão			
Receita de O&M – Linhas Renovadas Lei 12.783/13	4.361	4.075	7%
Receita de O&M –Regime Exploração	1.082	852	27%
Receita de Construção	778	748	4%
Receita Contratual – Transmissão	6.026	5.857	3%
Receitas de Transmissão	12.248	11.533	6%

DESTAQUES

O crescimento foi influenciado, principalmente, pela aprovação da revisão tarifária das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, concedida pela Aneel em 30 de junho de 2020,

que aprovou a nova Receita Anual Permitida ("RAP") destas concessões para o ciclo tarifário 2018-2023 e trouxe as seguintes alterações sumarizadas: (a) alteração retrospectiva do wacc referente aos anos de 2018 e 2019; (b) reconhecimento dos novos investimentos ocorridos no ciclo 2013-2018; (c) revisão da parcela referente ao O&M dos ativos associados aos contratos; (d) Alteração na base de ativos incorporando baixas ocorridas no ciclo 2013-2018 e o reajuste do valor novo de reposição dos ativos associados à RBSE; (e) Incorporação do pagamento da parcela controversa "Ke" que estava, em discussão judicial, desde 2017; (f) Inclusão na RAP por parcelamento em 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

Outras Receitas



Tabela 54

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional	2020	2019	%
Outras Receitas	711	769	-8%

DESTAQUES OUTRAS RECEITAS

A conta de Outras Receitas apresentou uma queda de 8%, passando de R\$769 milhões para R\$711 milhões, influenciada, principalmente, pela queda de receita na controlada Furnas devido ao Registro dos Ganhos atuariais em 2019, no montante de R\$ 172 milhões, enquanto em 2020 foi de R\$ 67 milhões. Esse impacto foi parcialmente contrabalançado, entre outras ocorrências, pelo registro na controlada Chesf do contrato de arrendamento de Camaçari, com impacto de aproximadamente R\$ 50 milhões.

Custos e Despesas Operacionais



Tabela 55

(Em R\$ milhões)

	2020	2019	%
Energia comprada para revenda	-2.400	-2.162	11%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.500	-2.265	10%
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.092	-2.107	-1%
Construção	-966	-915	6%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850	-7%
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807	3%
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006	268%
Custos e Despesas	-26.372	-21.113	25%

DESTAQUES

O crescimento de 10% na conta de encargos de uso da rede elétrica, se deve, principalmente, a alteração entre as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão vigentes de janeiro a junho de 2019, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.409 de 26/06/2018, e as tarifas vigentes de janeiro a junho de 2020, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.562 de 25/06/2019. Além disso, houve crescimento da Energia Comprada para Revenda, influenciada, principalmente, pelos novos contratos de curto prazo firmados a fim de diminuir a exposição negativa na CCEE, pelo aumento do montante nos produtos vigentes, já previstos contratualmente; e pelo reajuste de preço dos contratos vigentes de compra. As Contas de PMSO e Provisões estão detalhadas abaixo.

Pessoal, Material, Serviços e Outros

Tabela 56

(Em R\$ milhões)

Pessoal, Material, Serviços e Outros	2020	2019	%
Pessoal	-4.743	-5.828	-19%
Material	-274	-280	-2%
Serviços	-1.963	-2.171	-10%
Outros	-2.197	-1.572	40%
PMSO total	-9.176	-9.850	-6,8%

DESTAQUES PESSOAL

A conta de pessoal apresentou redução de 18%, passando de R\$5.828 milhões em 2019 para R\$4.743 milhões em 2020, que se deve, principalmente, aos menores custos decorrentes do desligamento de pessoal pela realização dos Planos de Demissão Consensual, que reflete efeitos parciais devidos as datas de desligamento e obrigações temporais com plano de saúde. Foram desligados 1.726 em 2019 e 562 em 2020. As despesas com PDC (indenização e plano de saúde) foram de R\$ 681 milhões em 2019 contra uma reversão de R\$10 milhões em 2020. Desconsiderando o PDC, os custos e despesas com pessoal apresentaram redução de 8% entre 2019 e 2020, refletindo a política de contenção de custos estabelecida pela Companhia, com PDC e OBZ (periculosidade e horas extras).

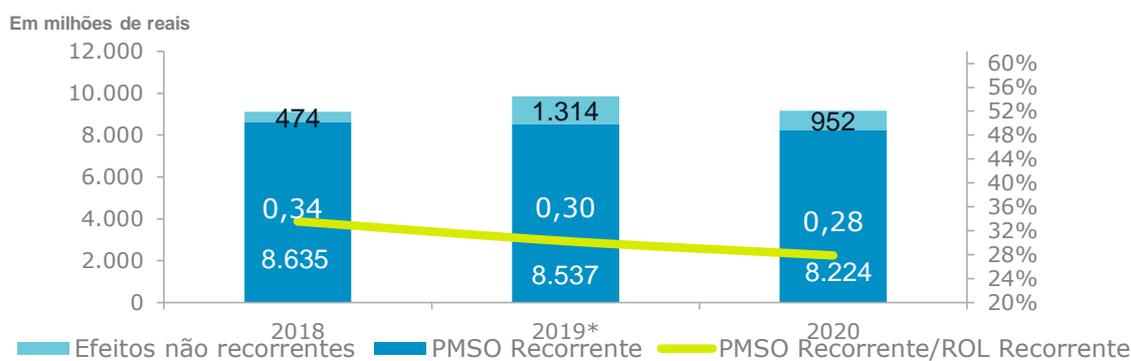
DESTAQUES MSO

As contas de Material, Serviços e Outros apresentaram aumento de 10%, concentrados na conta de outros, que apresentou uma elevação de 40%, impactada, principalmente, pelo aumento na rubrica Indenização, perdas e danos devido ao acordo judicial realizado por furnas com a Light no valor de R\$ 496 milhões (Portarias DNAEE/1986 - "congelamento geral de preços", instituído pelo Plano Cruzado); pelo acréscimo em Perdas Não Operacionais no montante de R\$ 134 milhões, referentes à multa contratual da ação ajuizada pela CIEN Cia de interconexão energética.

PMSO Recorrente e PMSO/Rol

Gráfico 18

(Em R\$ milhões)



*Dados de 2019 reapresentados.

Consolidado das Provisões Operacionais

Tabela 57

(Em R\$ milhões)

Provisões Operacionais	2020	2019	%
Contingências	-4.188	-1.757	138%
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	-680	334	-303%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	-345	0	-
PECLD - Financiamentos e empréstimos	-139	-356	-61%
PECLD - Consumidores e revendedores	-805	-268	200%
Provisão Aneel - CCC	-64	53	-220%
Garantias	12	101	-88%
Contratos onerosos	-89	179	-150%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-51	0	-
Usina Candiota III - Carvão	-76	0	-
Parcela de ajuste RAP	-224	0	-
GAG melhoria	-178	-210	-15%
Impairment de ativos de longo prazo	-442	122	-463%
Outras	-106	-203	-48%
Provisões/reversões Operacionais	-7.374	-2.006	268%

A conta de Provisões Operacionais apresentou variação de 268%, que se explica, principalmente, em função do lançamento de Provisão de Contingências no montante de R\$ 4.188 milhões, sendo R\$2.665 milhões referentes a processos do Empréstimo Compulsório, R\$ 731 milhões de contingência na Chesf, sendo aumento de R\$123 milhões relativos à atualização do processo do Fator K e R\$109 milhões de aumento da provisão GSF e R\$ 499 milhões de contingência em Furnas, sendo constituições de: R\$ 260 milhões em trabalhista, R\$ 146 em regulatória e R\$ 123 milhões em cíveis. Em PCLD – consumidores e revendedores houve provisão de R\$ 805 milhões com destaque para dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT no valor de R\$ 359 milhões. Impactou também a provisão para impairment da Fase C da UTE Candiota III, no valor de R\$ 611 milhões. Houve ainda Provisões /Reversão para perdas em investimentos no montante de R\$680 milhões, influenciado principalmente, pela venda dos lotes 1 e 2 (Santa Vitoria do Palmar, Hermenegildo I, II e I e Chui IX). Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório, ocorrida no 3T20, no montante de R\$ 345 milhões. Além disso, Provisão Parcela Ajuste RAP no montante de R\$224 milhões na CGT Eletrosul em decorrência do registro dos montantes recebidos a maior na RAP nos ciclos 2018/2019 e 2019/2020 em decorrência da Revisão Tarifária postergada por dois ciclos. A devolução do montante ocorrerá em 36 parcela a partir de julho/2020. Provisão de R\$ 51 milhões para cumprimento de inflexibilidade da Usina de Candiota III.



Participação Societária

Tabela 58
(Em R\$ milhões)

	2020	2019	%
Participações Societárias	1.671	1.041	60%

Os principais destaques foram: (i) variação positiva na equivalência patrimonial CTEEP no montante aproximado de R\$1,1 bilhão, devido ao efeito da RTP registrado em 2020; Esse impacto foi parcialmente contrabalançado por: (ii) variação negativa no resultado de participações societárias da Norte Energia (Belo Monte), de R\$ 597 milhões, decorrente dos contratos do ACL impactados pelo menor preço do PLD devido à pandemia Covid, exposição decorrente de desconstrução, início da amortização de financiamentos de

project finance e aumento do registro de depreciação, devido a entrada de operação de UGs no 2 semestre 2019; e (iii) variação negativa no resultado de participações societárias da SPE Madeira Energia, de R\$ 213 milhões, impacto explicado pela variação monetária (IGP-M + 23,14% no ano) sobre o valor de arbitragem com o Consórcio Construtor, e também pelo impacto de GSF de R\$ 30 milhões, complementados ainda pela variação da dívida.

Resultado Financeiro

A Eletrobras apresentou um resultado negativo de R\$ 1.672 milhões, em 2020, contra um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 2.449 milhões, em 2019, uma melhora de R\$ 777 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento na receita de aplicações financeiras de 27% devido, principalmente, à maior disponibilidade de caixa durante o ano de 2020 (+R\$ 210 milhões); e os encargos de dívidas, que apresentaram redução no montante de R\$ 394 milhões, influenciado pela redução das taxas dos indexadores (juros). Outro fator positivo foi o ganho com derivativos, que gerou uma receita de R\$ 332 milhões em 2020 e uma despesa de R\$ 57 milhões em 2019, em razão da precificação de ativo conforme previsto em contrato de venda de energia celebrado com a Albras que é vinculada, principalmente, à cotação do LME (Alumínio) e dólar. Essa variação positiva foi, parcialmente, impactada pelo resultado da variação cambial líquida, que foi negativa em R\$544 milhões em 2020 e positiva em R\$35 milhões em 2019.

EBITDA Consolidado



Ebtida Consolidado

Tabela 59
(Em R\$ milhões)

EBITDA	2020	2019 Reapresentado	%	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	6.387	11.133	-43%	10.744
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285	-100%	3.285
Resultado do Exercício	6.387	7.848	-19%	7.459
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	565	-631	-190%	-1.090
+ Resultado Financeiro	1.672	2.449	-32%	2.081
+ Amortização e Depreciação	1.863	1.807	3%	1.807
= EBITDA	10.487	11.474	-9%	10.257
Ajustes (itens não Recorrentes)				
Interrupção de Angra I e II Retroativo e Inflexibilidade Candiota e Ajustes a Dedução a Receita Candiota	466	0	-	0
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	-4.228	0	-	0
Outras Receitas e Despesas	-16	-25	-35%	-25
Compra de energia (cobrança retroativa por FID)/Combustível Candiota	93	0	-	0
PDC	-10	681	-96%	681
Combustível Amapá/combustível Candiota	-24	0	-	0
Terceirizados Furnas/Serviços adicionais Candiota	108	0	-	159
Investigação/Consultorias e implementação SAP/ERP Inepar + Camargo Correa + CIEN + Acordo Light + Gerador Amapá + Doações Covid + perda imobilizado em curso + outros	878	526	67%	526

EBITDA	2020	2019 Reapresentado	%	2019
Contingências	4.188	1.757	138%	1.757
Contratos onerosos	89	-179	-150%	-179
PCLD Estimativa de perda de crédito (CPC 48) /Reversão PCLD CIEN	67	435	-85%	435
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	680	-334	-303%	-334
Parcela de ajuste RAP (c)	224	0	-	0
Impairment de ativos de longo prazo	442	-122	-463%	-122
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (a)	345	0	-	0
Provisão ANEEL - CCC	64	-53	-220%	-53
Usina Candiota III - Inflexibilidade	51	0	-	0
Usina Candiota III - Carvão	76	0	-	0
= EBITDA GERENCIAL	13.978	14.268	-2,0%	13.210

Nota: A partir de 2019, a Companhia passou a considerar, no seu EBITDA recorrente, a receita de RBSE das concessões prorrogadas a luz da Lei 12.783/2013, de forma a manter protocolo semelhante aos covenants de debêntures emitida em 2019. O Ebitda dos 2020 recorrente considera esse ajuste da receita de RBSE para comparação do EBITDA recorrente dos 2019, para efeitos comparativos, e também os efeitos obrigatórios do IFRS 9 e 15 conforme explicativa 4 das nossas demonstrações financeiras. Além disso, considerando a privatização das distribuidoras ter sido concluída em abril de 2019, e estas operações não fazerem mais parte do seu core business, a companhia tratou como não recorrente os efeitos relevantes de receitas financeiras, despesas, reversões de PL e provisões de PCLD prospectivas (CPC 48) de empréstimos contratados com elas antes ou em decorrência do processo de privatização, embora receitas e eventuais provisões decorrentes de empréstimos contratados possam continuar afetando o resultado contábil da companhia até seu completo exaurimento. Contudo, foram tratados como recorrentes PCLD de dívida efetiva das distribuidoras em aberto bem como dívidas dessas relacionadas a fornecimento de energia.

Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



Dívida Bruta e Líquida em 2020

Tabela 60

(Em R\$ milhões)

	31/12/2020
Dívida Bruta - R\$ milhões	47.002
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	14.326
(-) Financiamentos a Receber	10.925
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.416
Dívida Líquida	20.335

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras não é garantidora da RGR tomada por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor. A partir de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, deixaram de ser reconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também deixaram de ser reconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras.

Indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado (LTM): 1,5x

11.2 Demonstração do Valor Adicionado – R\$ milhões

Gráfico 19



11.3 Análise do Resultado da Controladora

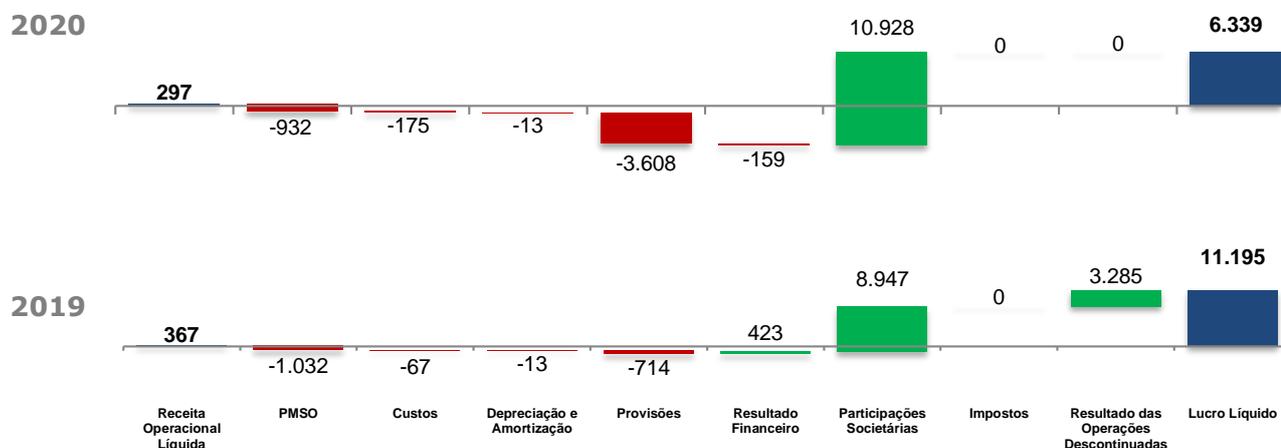
Em 2020, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido de R\$ 6.339 milhões, uma redução de 43% em comparação ao lucro líquido de R\$ 11.195 milhões registrado em 2019.

Esse resultado de 2020 foi decisivamente influenciado por: (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 10.928 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; parcialmente compensado por (ii) Provisões para contingências judiciais, no montante de (R\$ 2.642 milhões), decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de (R\$ 2.665 milhões). O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2020 e 2019.



Evolução do Resultado da Eletrobras Holding – R\$ milhões

Gráfico 20



Participações Societárias da Controladora

Em 2020, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 10.928 milhões, decorrente principalmente do resultado de Equivalência Patrimonial dos investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:



Participações Societárias

Tabela 61
(Em R\$ milhões)

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	8.991	7.632
Investimentos em coligadas		
Equivalência patrimonial	1.937	854
Total	10.928	8.487

Provisões Operacionais da Controladora

Em 2020, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 3.608 milhões, frente a provisão de R\$ 714 milhões em 2019.

Essa constituição é explicada, principalmente pela constituição, em Contingências, de empréstimo compulsório no valor de R\$ 2.665 milhões em 2020 e de R\$ 775 milhões em 2019; (ii) pela provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 514 milhões em 2020, frente a uma reversão de R\$ 7 milhões em 2019; (iii) pela provisão para implantação de ações para o empréstimo compulsório no montante de R\$ 345 milhões em 2020, sem contrapartida em 2019; (iv) pela Provisão para Liquidação de Créditos Duvidosos (PCLD) no montante de R\$ 139 milhões em 2020 e de R\$ 356 milhões em 2019; (v) Esse movimento foi parcialmente contrabalançado pela reversão de provisão relativa ao passivo a descoberto no valor de R\$ 119 milhões em 2020 e de R\$ 257 milhões em 2019.



Provisões Operacionais

Tabela 62
(Em R\$ milhões)

Provisões Operacionais	Controladora	
	2020	2019
Garantias	12	101
Contingências	- 2.642	- 609
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	- 139	- 356
Passivo a descoberto em Controladas	119	257
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	- 514	7

Provisões Operacionais	Controladora	
Provisão para perdas em investimentos classificados como mantidos para venda	0	0
<i>Impairment</i>	0	0
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	- 345	0
Provisão Aneel - CCC	- 64	0
TFRH	0	0
Outras	-36	- 114
	- 3.608	- 714

Resultado Financeiro da Controladora

Em 2020, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 159 milhões, apresentando uma redução em relação ao resultado financeiro positivo de 2019 de R\$ 423 milhões, conforme demonstrado a seguir:



Resultado Financeiro

Tabela 63
(Em R\$ milhões)

RESULTADO FINANCEIRO	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	1.368	2.122
Receita de aplicações financeiras	695	435
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2	2
Atualizações monetárias líquidas	351	706
Variações cambiais líquidas	21	102
Outras receitas financeiras	177	343
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-1.701	-2.041
Encargos de arrendamento mercantil	-6	-6
Encargos sobre recursos de acionistas	-24	-231
Outras despesas financeiras	-1.042	-1.009
	-159	423

11.4 Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro, a Companhia apurou Lucro Líquido da Controladora de R\$ 6.338,6 milhões.

Considerando que a obrigação anual de pagamento de dividendos mínimo aos acionistas preferenciais, estabelecida nos parágrafos 1º e 2º do artigo 10 do Estatuto Social, foi integralmente cumprida em 2021, qualquer distribuição de dividendos que venha a ser declarada e paga, no ano de 2021, deve observar somente o que dispõe os parágrafos § 3º e § 4º do artigo 10 do Estatuto Social, que estabelece que, depois

de assegurado às ações preferenciais os dividendos mínimos, será assegurado a cada ação preferencial o direito de dividendos, por cada ação, pelo menos 10% maior que os atribuídos a cada ação ordinária.

Destaca-se, ademais, que foi necessário destinar o valor de R\$ 201,8 milhões referentes à rerepresentação das Demonstrações Financeiras de 2019, por conta do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Assim, a destinação dos resultados referente ao exercício de 2020 e lucros acumulados foi proposta pela administração, conforme detalhado no Fato Relevante divulgado em 19 de março de 2021, e se encontra descrito a seguir:



Destinação dos Resultados

Tabela 64

Saldo Total a Destinar após Dividendos Obrigatórios	(R\$ mil)
Saldo Total a Distribuir	4.703.939
(-) Reserva Estatutária de Investimento (50% LL de 2020)	(3.169.344)
(-) Reserva Estatutária de Estudos e Projetos (1% LL de 2020)	(63.387)
(-) Retenção de Lucros (Art.196 LSA – Orçamento de capital)	(1.471.208)
Saldo final	0



Distribuição de Dividendos

Tabela 65

Classe	Total (R\$ mil)	R\$/Ação
Ações preferenciais classe A	152,5	1,03814345290052
Ações preferenciais classe B	290.619,3	1,03814345290052
Ações ordinárias	1.216.366,8	0,94376677536411
Total	1.507.138,6	-

Farão jus aos dividendos a serem declarados na 61ª Assembleia Geral Ordinária, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

11.5 Operações Realizadas em 2020

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras concluiu processo de emissão de bônus no mercado internacional, realizado através de duas tranches com vencimentos em 2025 e 2030, em montantes respectivos de USD 500 milhões e USD 750 milhões. As tranches concernentes a esta emissão pagam cupons de juros semestrais, com taxas de respectivamente 3,625% e 4,625% ao ano e tem regime de amortização em *bullets* nas respectivas datas de vencimento.

Os recursos provenientes desta captação foram utilizados para a recompra parcial (*tender offer*) dos títulos emitidos em dólares em 2011, com vencimento em outubro de 2021. Este processo de recompra, que ocorreu de modo coordenado com a nova emissão, permitiu a recompra de USD 1,124 bilhões, reduzindo o montante a quitar em outubro de 2021 para USD 625,7 milhões, o que contribuiu para redução significativa do esforço de caixa previsto para a Holding em 2021.

Por fim, além da recompra parcial e alongamento do perfil do passivo obtidos como resultado deste processo, destaca-se que os custos da nova emissão, apresentados previamente, foram significativamente inferiores aos custos da emissão de 2011, cujos títulos foram recomprados a juros de 5,75% ao ano.

As demais captações e operações realizadas pelo Sistema Eletrobras no ano de 2020 são demonstradas de modo consolidado na tabela a seguir:



Captações 2020

Tabela 66

Empresa	Contraparte (instituição financeira)	Finalidade da contratação	Contratação			Taxa de juros (a.a.)
			Mês da Contratação	Valor total (R\$ milhões)	Vencimento ou último pagamento	
Furnas	Debenturistas (Coordenador Bradesco)	Série Incentivada – Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Fev/2020	800	15/11/2029	IPCA + 4,08%
	Cédula de Crédito Bancária (BTG Pactual)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Jul/2020	420	03/07/2023	CDI + 2,30%
Eletronorte	Cédula de Crédito Bancária (Bradesco)	Refinanciamento e gestão de passivo	Mai/2020	1.000	10/05/2021	CDI + 2,62%
	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Refinanciamento e gestão de passivo	Nov/2020	750	20/10/2024	CDI + 2,60%
Amazonas GT	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Set/2020	500	04/08/2024	CDI + 2,75%
CGT Eletrosul	Debêntures (Coordenador: Safra)	Série Incentivada – Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Dez/20	300	15/11/2028	IPCA + 3,75%
Chesf*	Contrato de financiamento (BNB)	Reforços e melhorias no sistema de Transmissão	Dez/20	Até 263,1	15/01/2034	IPCA + 1,53% e IPCA + 1,87%

* Recursos serão desembolsados conforme avanço dos Reforços e melhorias previstos

11.6 Impactos da Pandemia

A Eletrobras e suas Controladas realizaram, ao longo de 2020, acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros atinentes à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que não foi verificado impacto sobre a capacidade financeira em honrar os contratos financeiros das Controladas ou da Eletrobras durante este ano.

Dentre as medidas efetivamente executadas, destaca-se que as Controladas aderiram ao programa de *standstill* anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou, preventivamente, riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as Empresas Eletrobras. Este programa possibilitou economia fruto da suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 (seis) meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

No que se refere ao fluxo de caixa, a Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa positivo de R\$ 7,8 bilhões (R\$ 14,4 bilhões no consolidado), o que lhe dará uma maior segurança para os potenciais impactos acima relatados em suas operações.

Em relação à exposição cambial, a Companhia esclarece que em sua posição consolidada de balanço apresenta o cenário de exposição cambial dolarizada passiva de USD 1.124 milhões na data base de 31/12/2020, conforme quadro a seguir:



Exposição Cambial

Tabela 67

(USD milhões)

Exposição em moeda estrangeira (Consolidado) 31/12/2020	
Ativo	1.081
Passivo	(2.205)
= Exposição Passiva	(1.124)

A despeito da posição de balanço demonstrar exposição consolidada passiva ao dólar, quando observado o efeito sobre o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do Bônus, em montantes correspondentes a USD 625,7 milhões, USD 500 milhões e USD 750 milhões, vencendo, respectivamente, na forma de *bullets* em outubro de 2021 e em 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de USD 2,205 bilhões que compõe a exposição cambial de balanço, USD 1,882 bilhão, ou 85,35%, estão concentrados em 3 datas específicas, relativos aos *bullets* previamente mencionados.



12. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL 2020

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL				
(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2020	2019	2020	2019
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 249.625	R\$ 236.550	R\$ 3.888.054	R\$ 4.375.266
- Empregados	R\$ 240.588	R\$ 228.757	R\$ 3.857.178	R\$ 4.340.418
- Administradores	R\$ 6.735	R\$ 5.921	R\$ 28.574	R\$ 32.976
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,76	13,66	-	-
- Administradores	1,05	1,05	-	-
b. Benefícios Concedidos	2020	2019	2020	2019
Encargos Sociais	R\$ 62.382	R\$ 73.124	R\$ 939.796	R\$ 1.106.042
Alimentação	R\$ 11.545	R\$ 14.516	R\$ 195.599	R\$ 211.994
Transporte	R\$ 169	R\$ 601	R\$ 22.200	R\$ 28.295
Previdência Privada	R\$ 17.099	R\$ 18.807	R\$ 250.716	R\$ 229.837
Saúde	R\$ 21.985	R\$ 25.013	R\$ 401.324	R\$ 486.305

...

Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 4.789	R\$ 5.371	R\$ 16.838	R\$ 21.987
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 2.987	R\$ 3.148	R\$ 63.442	R\$ 68.844
Cultura	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.180	R\$ 1.821
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 2.137	R\$ 1.385	R\$ 15.792	R\$ 24.695
Outros	R\$ 28.312	R\$ 20.387	R\$ 460.488	R\$ 513.272
Total	R\$ 151.406	R\$ 162.352	R\$ 2.367.376	R\$ 2.693.092
c. Composição do Corpo Funcional	2020	2019	2020	2019
Nº de empregados no final do exercício	690	739	12.435	12.975
Nº de admissões	1	0	34	127
Nº de demissões	55	48	513	1327
Nº de estagiários no final do exercício	99	109	595	921
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	8	10	475	485
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	454	482	10.092	10.483
- Feminino	236	257	2.343	2.492
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	23	36	926	1.292
- De 36 a 60 anos	612	631	9.942	10.079
- Acima de 60 anos	55	72	1.567	1.604
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	0	26	385	466
- Com ensino médio	66	41	1.076	1.270
- Com ensino técnico	0	15	3.630	4.296
- Com ensino superior	322	346	4.717	4.619
- Pós-graduados	302	311	2.627	2.324
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	64%	63%	-	-
- Feminino	36%	37%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2020	2019	2020	2019
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.288	1.453	7.394	9.492
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	313	24	1.253	743
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	1.071	140	1.740	658

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 21.308	R\$ 8.297	R\$ 168.838	R\$ 510.346
--	------------	-----------	-------------	-------------

II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	2020	2019	2020	2019
Totais dos investimentos em:				
Educação	R\$ 230	R\$ -	R\$ 17.064	R\$ 21.318
Cultura	R\$ 1.513	R\$ 1.580	R\$ 2.690	R\$ 11.610
Saúde e Infraestrutura	R\$ -	R\$ -	R\$ 75.242	R\$ 98.169
Esporte e Lazer	R\$ -	R\$ 297	R\$ 1.003	R\$ 1.980
Alimentação	R\$ -	R\$ -	R\$ 375	R\$ 7
Geração de Trabalho e Renda	R\$ -	R\$ 28	R\$ 2.634	R\$ 3.200
Reassentamento de Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros	R\$ 2.522	R\$ 78	R\$ 19.684	R\$ 24.996
Total dos investimentos	R\$ 4.265	R\$ 1.983	R\$ 118.692	R\$ 161.280
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.310.854	R\$ 7.019.038
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 331.245	R\$ 335.965
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 4.265	R\$ 1.983	R\$ 6.760.791	R\$ 7.516.283
2.2. Interação com os Fornecedores				

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balanço Social”, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2020	2019	2020	2019
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ -	R\$ -	R\$ 61.722	R\$ 56.051
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 65.338	R\$ 82.405
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 206	R\$ 259
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.475	R\$ 2.794
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 2.566	R\$ 1.959	R\$ 136.965	R\$ 95.591
Total dos investimentos	2.566	1.959	266.706	237.100
3.2. Passivo Ambiental	2020	2019	2020	2019
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ 24	R\$ 396
Passivos e contingências ambientais	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.164.789	R\$ 178.064
Total dos passivos ambientais	0	0	1.164.813	178.460
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7.123	8.399	7.187	8.441

IV. Outras Informações

4.1 - Informações financeiras	2020	2019	2020	2019
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 297.036	R\$ 366.525	R\$ 29.080.268	R\$ 29.714.256
Resultado Operacional (RO)	R\$ 6.338.688	R\$ 7.910.061	R\$ 6.907.386	R\$ 7.218.933